

**MARIA MEIRE DE CARVALHO**

***VIVENDO A VERDADEIRA VIDA: VIVANDEIRAS, MULHERES  
EM OUTRAS FRENTE DE COMBATES***

**BRASÍLIA**

**2008**



Universidade de Brasília – UnB  
Programa de Pós-graduação em História

---

**MARIA MEIRE DE CARVALHO**

***VIVENDO A VERDADEIRA VIDA: VIVANDEIRAS, MULHERES  
EM OUTRAS FRENTES DE COMBATES***

**BRASÍLIA**

**2008**

**MARIA MEIRE DE CARVALHO**

***VIVENDO A VERDADEIRA VIDA: VIVANDEIRAS, MULHERES  
EM OUTRAS FRENTES DE COMBATES***

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como exigência para a obtenção do título de Doutora em História.

**Orientadora: Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz**

Brasília

2008

## **BANCA EXAMINADORA**

Profª Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB) - Presidente

Profª Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)

Profª Dra. Lúcia Helena Rincón Afonso (UCG)

Profª. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (Mda)

Profª Dra. Vanessa Maria Brasil (UnB)

Profª Dra. Tereza Cristina de Novaes Marques (UnB) - Suplente

Defesa em 15/08/08.

**BRASÍLIA**

**2008**

*À memória de minha mãe **Izaura Charles Dantas**,  
mulher guerreira e destemida, que sempre acreditou nos  
meus sonhos e tudo fez para que eles se tornassem  
conquistas.*

*Aos meus filhos **Allan, Aldrey e Andryelle**, anjos da  
minha vida.*

*Ao **Vando**, companheiro incansável.*

## AGRADECIMENTOS

Lutas e empreendimentos sempre me acompanharam naquilo que me propus realizar. Hoje, a mulher madura que, muitas vezes, se faz de forte, é resultado dos embates que tive que enfrentar ao longo da vida. Como feminista, resisti e continuo resistindo às opressões e assujeitamentos cotidianamente impostos à minha condição de mulher, cidadã, professora/historiadora, esposa e mãe.

A entrada para o doutorado e as discussões teóricas feitas durante os seminários cursados no PPGHIS/UnB foram de grande relevância na minha vida acadêmica e pessoal, não apenas pelas possibilidades profissionais da obtenção de um título de doutoramento, mas principalmente pelas experiências vivenciadas. Durante a escrita dessa tese, enfrentei desafios, tropeços, perdas, desencontros, encontros, mas também realizei um sonho meu...

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz. Deixo registrada minha profunda gratidão pelas suas lições, críticas, ensinamentos, enfim, pela criteriosa orientação. Com Diva aprendi que não se pode desistir da luta e nem tampouco da História.

De forma muito especial, agradeço à professora Dr<sup>a</sup>. Dulce Oliveira Amarante, pelas sugestões recebidas e pelo feliz encontro que tivemos, há dez anos, em relação a uma temática comum: as mulheres.

Agradeço também à professora Dr<sup>a</sup>. Lúcia Helena Rincón, pelas discussões iniciais sobre relações de gênero. Admiro sua militância pela causa dos direitos das mulheres e educador@s em geral.

À professora Dr<sup>a</sup> Vanessa Brasil, pelas conversas, pela referência de materiais bibliográficos.

À professora Dr<sup>a</sup>. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, por aceitar o convite para participar da banca.

À professora Tânia Navarro Swain, pelo trabalho que realizou no PPGHIS/UnB; seus seminários, as leituras de seus textos com abordagens feministas propiciaram-me amadurecimento para construir meu objeto de estudo; suas sugestões durante o exame de qualificação foram fundamentais e fizeram-me repensar o modo de enxergar as vivandeiras.

À professora, Laís Aparecida Machado, pelo despertar da pesquisa acadêmica em torno da temática *mulheres* ainda na graduação em História.

Aos funcionários do arquivo do *Jornal do Comércio* (antigo *O Jornal - RJ*); da Fundação da Biblioteca Nacional (RJ); da Biblioteca Estadual de Salvador (BA) e do CPDOC/FGV (RJ), pela atenção concedida durante o período de pesquisas nesses arquivos. A documentação consultada foi fundamental para elaboração dessa tese.

À CAPES, pela concessão da bolsa, que propiciou os custeios de viagens, aquisição de livros e o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu pai Deusdete de Carvalho Dantas, pela vida.

Aos meus irmãos Sandra, Manoel e Francisco pelo apoio e por sempre acreditarem no meu trabalho.

Aos sobrinhos/as Thiago, Felipe, Nayara, Renan, Matheus, Izabella Ludmila, Lorena, Karine e Alessandra, pela admiração que dispensam aos meus estudos.

Aos cunhados/as Wanderley, Valdete, Marizete e Vera, pelo incentivo.

Aos colegas do PPGHIS/UnB: Thiago, Janira, Valéria, Cláudia, Suzane, Liliane, Cida e Patrícia, pelas discussões calorosas em torno dos estudos feministas e de gênero.

Aos colegas docentes da UEG, aos funcionários administrativos e aos meus alun@s do Curso de História, UnU Cora Coralina, pelo respeito ao trabalho que ali desenvolvo.

À amiga Mônica Martins pelas longas conversas e por compartilhar comigo as angústias da elaboração da tese.

À amiga Gil pela leitura crítica do texto e pelos incentivos nos momentos difíceis.

À Aninha, pelo esforço em aliviar minhas preocupações com os cuidados e afazeres de minha casa, ora em Goiânia, ora na cidade de Goiás, pelas orações, cafezinhos e sucos enquanto escrevia a tese.

Ao Leosmar e a Daniela do Valle pela revisão de português e revisão do inglês no texto da tese.

Ao Felipe Costa e o Daniel Castro, pela atenção dispensada à organização das imagens que compõe a tese.

Enfim, agradeço a tod@s que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.



## SUMÁRIO

### **VIVENDO A VERDADEIRA VIDA: VIVANDEIRAS, MULHERES EM OUTRAS FRENTES DE COMBATES**

ÍNDICE ICONOGRÁFICO.....	011
LISTA DE SIGLAS.....	013
RESUMO.....	014
ABSTRACT.....	015
INTRODUÇÃO.....	018
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>BAÙ ICONOGRÁFICO DAS VIVANDEIRAS: IMAGENS QUE LIBERTAM, IMAGENS QUE APRISIONAM.....</b>	<b>030</b>
1.1 A representação das mulheres na guerra: as vivandeiras.....	030
1.2 A vivandeira francesa: a invenção de um modelo.....	033
1.3 Adereços, vestimentas e objetos que conformam a representação da vivandeira francesa.....	039
1.4 Representações de vivandeiras na imprensa ilustrada e em anúncios publicitários.....	053
1.5 Vivandeiras em cartões postais, selos e calendários de moda.....	059
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA .....</b>	<b>075</b>
2.1. – Memória, mulheres e guerra: relações de poder.....	075
2.2 – Historiografia e memória da guerra: vivandeiras, chinas e damas respeitáveis .....	081
2.3 – Vivandeiras, entre silêncios e reducionismos historiográficos.....	085
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>IMAGENS DAS VIVANDEIRAS DA GUERRA DO PARAGUAI (1865- 70).....</b>	<b>102</b>
3.1 - A Guerra do Paraguai: imagens e sentidos.....	102

3.2 - A guerra representada pela imprensa ilustrada.....	102
3.3 – Captação do real? A fotografia da guerra.....	111
3.4 - A produção da heroína: Ana Néri, dama respeitável.....	116
3.5 – A presença autorizada: a Sargenta Jovita. ....	123

#### **CAPÍTULO IV**

#### **AS VIVANDEIRAS DA COLUNA PRESTES (1924-27): A REPRESENTAÇÃO DA REBELDIA.....**

4.1 - A Coluna Prestes: registros da memória.....	129
4.2 - As mulheres na Coluna: rebeldes vivandeiras.....	133
4.2.1 - Hermínia: enfermeira/combatente.....	138
4.2.2 - Elza Schimidk: presença incômoda da guerreira/mãe.....	148
4.2.3 - Alzira: transgressora/mulher.....	151
4.2.4 – Santa Rosa: invisibilidade/ presença indesejada.....	155
4.2.5 – Anônimas guerrilheiras rebeldes.....	157

#### **CAPÍTULO V**

#### **REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NOS PALCOS DA GUERRA: REAFIRMAÇÃO DE SENTIDOS.....**

5.1 – O termo ausente na mídia impressa: vivandeiras na Coluna Prestes...	166
5.2 – O retorno das vivandeiras: discursos políticos contemporâneos.....	182

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
---------------------------	-----

FONTES.....	196
-------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
---------------------------------	-----

## ÍNDICE ICONOGRÁFICO

Figura 01 - Chapéu de Vivandeira.....	039
Figura 02 - Mostra fotográfica de barris de vivandeiros/cantineiras.....	041
Figura 03 - Vivandeira/Cantineira (1870-1871).....	042
Figura 04 - Vivandeira do Regime de Infantaria.....	046
Figura 05 - Estátua de vivandeira.....	048
Figura 06 - Escultura de vivandeira.....	048
Figura 07 -Vivandeira em <i>souvenir</i> .....	049
Figura 08 -Vivandeira seu marido e filho.....	051
Figura 09 - Vivandeiros de Brest - Jean Baptiste Pater.....	052
Figura 10 - Vivandeira no Exército francês – desenho de 1859.....	054
Figura 11 - Vivandeira à frente do Exército francês.....	056
Figura 12 - Vivandeira em rótulo de charuto.....	058
Figura 13 - Fotografia de três cantineiras (1870).....	062
Figura 14 -Vivandeira na Companhia de Soldados 10º Regimento de Infantaria, batalha no front (1886).....	063
Figura 15 -Vivandeira calendário de moda Lizzi Jones-Filha do Regimento...064	
Figura 16 - Vivandeira do <i>zouave</i> , em cartão postal (1898 -1906).....	067
Figura 17 - Vivandeira imperial em cartão postal de 1929.....	068
Figura 18 - Vivandeira vestida ao estilo <i>zouave</i> , Cartão Postal 1898-1906...069	
Figura 19 - Enfermeira, soldado e cantineira, França, 1915.....	071
Figura 20 - Vivandeira em Envelope Patriótico de 1865.....	072
Figura 21 – Vivandeira em selo patriótico.....	072
Figura 22 - Pellox, cantineira do Regimento Infantaria <i>Zouaves</i> .....	073
Figura 23 - Mulher recrutada à força para os campos de guerra.....	105
Figura 24 - Casal de negros se apresentam para lutar na Guerra do Paraguai.....	107
Figura 25 -Voluntárias se apresentam para lutar na Guerra do Paraguai.....	108
Figura 26 - Saída do Exército brasileiro de Tuiuti.....	110
Figura 27- Oficial e crianças.....	113
Figura 28- Ana Néri retratada em litografia.....	118
Figura 29 - Ana Néri – pintura de Victor Meireles.....	120
Figura 30 – Imagem de Ana Néri como patrona da enfermagem.....	122

Figura 31 - Ana Néri: selo “mulheres famosas” .....	123
Figura 32 - Sargenta Jovita (1865).....	127
Figura 33 - Combatentes da Coluna Prestes - hospital improvisado em La Gaiba (Bolívia), destaque para a enfermeira Hermínia (ao fundo, toda de branco).....	138
Figura 34 - Elza Schmidk e seu filho Evandro Schmidk.....	150
Figura 35 - Alzira aprisionada em Uauá (BA).....	152
Figura 36 - Pelotão Capitão Landucci - mulher posa junto aos combatentes.....	157

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDOC/ FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UnB – Universidade de Brasília

PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

## RESUMO

CARVALHO, Maria Meire de. Universidade de Brasília, 2008. *Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates*. Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz.

Na presente tese, enfoco, como objeto de estudo, as representações das vivandeiras, construtos veiculados em diferentes discursos sobre a presença e a ação das mulheres nos palcos da guerra. Procurei analisar a cena discursiva das imagens de vivandeiras, elaboradas no passado e no presente. Tais imagens revelam suas condições de produção, o modo como foram discursivamente produzidas, reconhecidas e significadas. Num esforço de desnaturalização, estive particularmente atenta aos indícios que me possibilitaram questionar o que se apresentava como dado natural e acessar outras formas de atuação e significação históricas das mulheres nos campos de combate. Procurei sentidos que fugissem dos esquemas prévios e sexistas, instituidores de uma essência feminina/masculina, de um domínio fundado na determinação biológica. Procurei, portanto, escrever uma história do ponto de vista feminino, uma história produzida com outras visões/leituras do mundo social, desatreladas da perspectiva sexista naturalizada como padrão e presente na produção do conhecimento histórico. Tal história evidencia a ação das mulheres na Guerra do Paraguai (1865-70) e na Coluna Prestes (1925-27) para além do modelo de representação da vivandeira francesa, incorporada no imaginário social e da corporação militar com sentidos negativos, pejorativos e diferenciadores. Enfim, escrevi uma história de mulheres na guerra que prioriza os estudos por outras lentes de leitura: a feminista e a de gênero. Apoiei-me também no quadro nocional das *representações sociais*, do *imaginário e memória social* e do *pensamento da diferença* para tornar visíveis e dizíveis as experiências constituídas e constituidoras pelas/das vivandeiras, mulheres que viveram verdadeiramente a vida.

**Palavras-chave:** Mulheres, vivandeiras, guerras, representações, sexo/gênero.

## ABSTRACT

CARVALHO, Maria Meire de. University of Brasília, 2008. *Living the True Life: vivandières, women in other combat fronts*.

Advisor: Dr. Diva do Couto Gontijo Muniz.

In the present thesis, I have focused as the object of study the representations of the vivandières, construes propagated in different speeches on the presence and the action of the women in the stages of the war. I have searched to analyze the discursive scene of the images of vivandières elaborated in the past and the present. Such images disclose its conditions of production, the way that discursively they had been produced, recognized and meant. In a denaturalization effort I have been particularly aware of the evidences that have enabled the questionings of what had been presented as a natural basis and access other forms of actuation and historical significance of the women in the fields of battle. I have searched out orientations that left behind previous and sexist schemes, establishers of the feminine/masculine essence, of a domain founded in the biological determination. I have sought, however, to write a story from a feminine point of view, a story produced with other visions/interpretations of the social world, detached from the sexist perspective naturalized as a pattern and present in the production of the historical knowledge. Such story evidences the action of the women in the War of Paraguay (1865-70) and in the Coluna Prestes (1925-27) going beyond the model of representation of the French vivandière incorporated in the social imaginary and in the military corporation with negative and pejorative senses as well as with differentiations. At last, I wrote a story of women in the war that prioritizes the studies from other lenses of interpretation: the feminist and the gender. I also supported myself in the notional picture of the *social representations*, *imaginary* and the *social memory* and *the thought of the difference* to make visible and utterable the experiences constituted and constituting by/for the vivandières, women who had lived life truly.

**Key-words:** Women, vivandières, wars, representations, sex/gender.

*O saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.*

Michel Foucault



## A VIVANDEIRA<sup>1</sup>

Ai que vida que passa na terra  
Quem ouve o rufar do tambor;  
Quem não canta na força da guerra:  
Ai amor, ai amor, ai amor

Quem a vida quiser verdadeira,  
É fazer-se uma vez vivandeira.

Ai que vida é esta que eu passo  
Com tão lindo gentil mocetão:  
Se depois da batalha o abraço,  
Ai que vida pr'o meu coração!

Que ternura cantando ao tambor  
Ai amor, ai amor, ai amor  
Que harmonia tem a metralha  
Derrubando fileiras sem fim  
E depois, só depois da batalha,  
Vê-lo salvo, cantando-me assim:

Em t'as marchas fazendo trigueira,  
Mas t'eu amo gentil vivandeira.

Não me assustam trabalhos da lida,  
Nem as balas me fazem chorar,  
Ai que vida, que vida, que vida,  
Esta vida passada a cantar.

Que eu lá sinto no campo o tambor  
A falar-me meiguices d'amor.

Só na guerra se matam saudades,  
Só na guerra se sente o viver,  
Só na guerra se acabam vaidades,  
Só na guerra não custa morrer.

Ai que vida, que vida, que vida,  
Ai que sorte tão bem escolhida!

Mas deixemos os cantos sentidos,  
Estes cantos do meu coração:  
Mas prestemos ouvidos  
Ai taplão, rataplão, rataplão.

Ao taplão, rataplão, que o tambor  
Vae cadente fallando d'amor.

Ai que vida que passa na guerra,  
Quem pequena na guerra viveu:  
Quem sozinha passando na terra,  
Nem pae, nem a mae conheceu.

Quem a vida quiser verdadeira,  
É fazer-se uma vez vivandeira.

---

<sup>1</sup>PALMEIRIM, Luis Augusto. *Cancioneiro de músicas populares*. Colleção recolhida e inescrupulosamente trasladada para canto e piano por César A. das Neves. Essa poesia apareceu por volta de 1850, e com ela a música. Arquivo da Fundação da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), folha 1071.

## INTRODUÇÃO

*Quem escreverá um dia a história das putas que não se prostituíram?*

(CHIAVENATO, 1983:126)

A pergunta de Chiavenato inquietou-me e interpelou-me por várias razões. Uma delas, pela provocação feita à historiografia tradicional que mantém um silêncio sobre a participação das mulheres na Guerra do Paraguai (1865-1870), ancorado na imagem naturalizada das prostitutas que acompanhavam as tropas, presente na memória social e da corporação militar. Outra razão, pela solidariedade explicitada por um autor do sexo masculino, ao questionar a construção historiográfica e memorialística que reduz a prostitutas todas as mulheres que atuaram no conflito. O próprio Chiavenato, embora denuncie esse silêncio e desclassificação, dedica apenas um capítulo, à parte, sobre a atuação das mulheres naquele evento bélico. Ele escreve uma história do conflito sob a ótica masculina, ou seja, a guerra é assunto e evento realizado pelos homens e para os homens, ignorando a presença das mulheres. Seu questionamento, reconhecidamente válido, não teve valor suficiente para convencê-lo a escrever tal história. Ele optou por uma construção com legitimidade assegurada pela comunidade de historiadores, produtora e reprodutora do sexismo na estruturação do social e do conhecimento.

Com efeito, como falar da presença das mulheres na guerra se, social e culturalmente, a elas esse espaço parece estar interdito? Como incluí-las no discurso historiográfico cujas regras internas, princípios e fundamentos funcionam justamente para silenciá-las e excluí-las? Ou, quando a elas se refere, é para reafirmar papéis e domínios definidos como femininos, como o espaço privado e a atuação como mãe, enfermeira, esposa; enfim, pessoas que vivem para servir e cuidar dos soldados feridos; ou seja, por meio de representações cujos sentidos reafirmam a posição de inferioridade do feminino diante do masculino?

Ao buscar respostas para essas e outras inquietações, surgiram várias outras indagações: como as mulheres que atuaram na guerra foram representadas e veiculadas em diferentes discursos e em diferentes momentos? Isto é, quais as imagens, valores, papéis, e sentidos que tais representações revelam? Quais investimentos discursivos e relações de poder presidiram a produção das representações das vivandeiras<sup>2</sup>?

Assim, instigada por tais questionamentos, realizei a presente pesquisa como resposta ao desafio de não apenas conferir visibilidade à presença das mulheres na guerra, mas, sobretudo, apreender os diversos sentidos impressos às representações das vivandeiras, mulheres que atuaram nos campos de combates.

Foram essas as inquietações que indicaram os rumos principais da pesquisa realizada. Trata-se de uma abordagem do objeto de estudo sob uma perspectiva interdisciplinar que resultou na presente tese intitulada: ***Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates***. No título adotado, tomei por empréstimo uma expressão da canção popular “A vivandeira”, que afirma: “quem a vida quiser verdadeira, é fazer-se uma vez vivandeira”. Na construção poética, o eu lírico concebe as vivandeiras como aquelas mulheres que escolheram os campos de batalha; que romperam com regras e padrões sociais, que enfrentaram diversas frentes de combate, não apenas as da linha do *front*, mas principalmente a misoginia dos companheiros de luta, para viver a verdadeira vida.

No rastreamento de registros sobre a presença das mulheres na guerra, construí um conjunto documental heterogêneo, formado por dois tipos de fontes: as iconográficas, materializadas em suportes diversos, como litografias, desenhos, pinturas, fotografias, cartões postais, anúncios publicitários e selos; as impressas, constituídas por discursos historiográficos e memorialísticos de ex-combatentes e ex-comandantes da Guerra do Paraguai<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup>A Enciclopédia Larousse (1982:884) traz o significado do termo vivandeira como: “pessoa que negocia víveres nas feiras, nos arraiais ou acampamentos militares (usa-se especialmente para designar mulheres que acompanhavam, com essa finalidade, tropas em marcha)”.

<sup>3</sup>Sobre a Guerra do Paraguai existem centenas de trabalhos. Considerei, especialmente, a análise que Francisco Doratioto (2002) fez sobre tal conflito. Para o autor, essa guerra foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro

(1865-70) e da Coluna Prestes<sup>4</sup> (1924-27), além de textos políticos contemporâneos, veiculados pela mídia impressa brasileira.

Além da preocupação em conferir visibilidade histórica à presença das mulheres no espaço das guerras, tive também como propósito de cifrar algumas matrizes de sentidos expressas nas representações das vivandeiras veiculadas no Brasil a partir do modelo da vivandeira francesa. Nos diversos discursos recolhidos, reporteime aos mecanismos de produção dos discursos que versam sobre as vivandeiras e como eles foram reiterados e adquiriram *status* de verdade. Isso me fez perceber que os indícios discursivos nos permitem vislumbrar outras possibilidades de leitura das vivandeiras como também questionar imagens e construções naturalizadas no senso comum e no conhecimento histórico.

Tais reflexões foram iluminadas pelo aporte teórico produzido pelos estudos feministas em sua resposta à “necessidade teórica de interpelar, do ponto de vista das mulheres, os processos sexuados em ação na estruturação do social e do conhecimento”. (DECARRIÈS, 2000:10). Estudos feministas percebidos, portanto,

---

regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos [...] não há “bandidos” nem “mocinhos” como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses (DORATIOTO, 2002: 93).

<sup>4</sup> O movimento da Coluna Prestes foi resultado do levante militar de 5 de julho de 1924, liderado pelo General Isidoro Dias Lopes, que protestava contra a política do governo federal. Além dos militares, liderados pelo General Isidoro Dias Lopes, que se levantaram contra o Governo Federal e que, mais tarde, se desembocou na saga da Coluna Prestes, muitos elementos das camadas médias urbanas manifestaram-se favoráveis à rebelião, dentre eles, professores/as, estudantes, comerciários e outros. Em julho de 1924, a tropa paulista, composta por militares, civis, mulheres e estrangeiros, acossados pelas forças legalistas abandonaram a capital paulista, com o intuito de ingressar pelo interior do Brasil para continuar a sublevação. Sob o comando do General Isidoro Dias Lopes e do Major da Força Pública Paulista Miguel Costa, os rebeldes chegam ao Paraná, onde permanecem por mais de sete meses combatendo contra as forças legalistas. A conspiração tenentista prosseguiu durante todo o ano de 1924. Enquanto a tropa paulista combatia no Paraná, o levante do Rio Grande do Sul ganhava corpo. Em 29 de outubro de 1924, após dias de sublevação, as forças do Sul, comandadas pelo capitão Luís Carlos Prestes, levantaram-se contra o Governo Federal e deflagraram o levante gaúcho. A união das tropas paulistas e das tropas gaúchas no início de 1925, no Paraná constitui-se no que anos mais tarde foi denominado por Coluna Prestes. Após uma marcha de aproximadamente 25.000km, por quatorze estados brasileiros e alguns países da fronteira, a Coluna Prestes se exilou na Bolívia, em fevereiro de 1927. (CARVALHO, 2001:19-38).

como ato político de construção de um caminho intelectual comum, apesar das divergências, a fim de opor-se aos pressupostos androcêntricos dos saberes dominantes e assim escapar ao fechamento do pensamento binário e estático do feminino e do masculino. (Idem, *ibidem*)

### Um “ato político” que emerge em vias múltiplas, inscritas

como críticas epistemológicas dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade, como refutação dos modelos teóricos dominantes, propostos para pensar e dizer as mulheres e suas vidas; como interrogação sobre a condição das mulheres e sua posição na história; como escrita literária para escapar ao fechamento e à exclusão da linguagem androcêntrica; como reflexões políticas engajadas em prol de um ideal democrático e de transformação das instituições sociais que legitimam e atualizam, no decorrer do tempo, a construção social e cultural dos saberes. (Idem, *ibidem*: 11)

Trata-se, como visto, de proposta que possibilita o alargamento do repertório teórico e metodológico para a leitura do aspecto social e do conhecimento produzido. Como ressalta Diva Muniz, essa possibilidade “não deveria ser menosprezada pela história, pois seu potencial subversivo abre novas possibilidades para se pensá-la diferentemente, para se produzir conhecimento histórico” (MUNIZ, 2008:03).

Solidária a tais perspectivas, busquei escrever uma história das mulheres na guerra, investindo nesse “potencial subversivo” dos estudos feministas. Nesse sentido, fiz escolhas, selecionei dados, recortei temas e tempos, construí séries, procedi a inclusões e exclusões, analisei imagens e articulei sentidos do presente com aqueles percebidos nos discursos sobre as experiências do passado na tentativa de romper com o que está evidente, naturalizado, com o “regime de verdade” sobre as vivandeiras.

Compus, então, o *corpus* documental a partir do critério da viabilidade, uma vez que integro meus interesses de pesquisadora com os recortes que selecionei. O mapeamento documental partiu da emergência do enunciado das vivandeiras em diferentes materialidades discursivas já mencionadas anteriormente, sem, no entanto, eleger um recorte espaço-temporal rígido. Considerei, assim, representações das vivandeiras que emergem em diferentes discursos dos séculos XVIII, XIX e XX, de modo

disperso, mas visível, sem linearidade cronológica e sem encadeamentos causais.

A *internet* foi muito útil para a realização da pesquisa, pois parte das fontes - iconográfica e textual - foram captadas em páginas virtuais bilíngües, que disponibilizam acervos de arquivos públicos (museus, bibliotecas e arquivos) e privados (coleções particulares).

A tarefa empreendida de selecionar, delimitar e interpretar as fontes inclui a de se posicionar em relação à escrita da história como ato político, sem abrir mão dos critérios exigidos na operação histórica. Isso não significa perceber o documento como “prova” do que aconteceu, mas como uma versão do que aconteceu, como um acontecimento discursivo que também precisa ser historicizado. Escrever a história como uma operação que envolve a tarefa de recortar, organizar, distribuir, repartir em níveis, estabelecer séries, distinguindo o que é pertinente do que não é para mapear a emergência do acontecimento discursivo. Como afirma Foucault, o mais importante no trabalho do/a historiador/a é folhear as diversas durações temporais e suas rupturas. É

constituir séries, definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhe a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou quadros: daí a multiplicação dos estratos, seu desligamento, a especificidade do tempo e das cronologias que lhe são próprias; daí a necessidade de construir não mais acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de conseqüências) e acontecimentos mínimos, mas sim, tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente (alguns breves, outros de duração média ..., outros, finalmente de ritmo lento ...). O aparecimento dos períodos longos na história de hoje não é um retorno às filosofias da história, às grandes eras do mundo, ou às fases prescritas pelo destino das civilizações; é o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries. (FOUCAULT, 2000:08-09)

Trabalhar com essa perspectiva teórica e metodológica é possível quando se pensa a história não mais como uma duração, mas sim como uma multiplicidade de durações e séries que se relacionam e remetem umas às outras. Nessa lógica, deve-se pensar o objeto e construí-lo a partir das durações múltiplas, já que é configurado pelas séries e demarcado por suas próprias balizas. Além disso, ele recusa terminantemente modelos explicativos,

fechados e unívocos. Propõe, portanto, pensar a história como um discurso, como

um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento, utilização poderíamos assinalar [...] na história; [...] o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é de parte a parte histórico – fragmentado de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo. (Idem, *ibidem*:135-136).

Conceber a história como um discurso, como uma forma cultural, implica o desafio de nela buscar não os supostos encadeamentos causais, finalidade e continuidade linear e evolutiva, mas a fragmentação e a descontinuidade, pois seu tecido é feito de dispersões e obstáculos. De fato, Foucault defende que “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, mas ao acaso da luta” (1979:28).

Daí a necessidade de voltar as regras do jogo contra seu nascimento, pois o acontecimento “é a cena em que as forças se arriscam e se afrontam, em que podem triunfar ou ser confiscadas” (Idem, *ibidem*:32). Tais conceitos e procedimentos referenciaram minha análise sobre a presença e atuação das mulheres na guerra e ao modo como foram representadas, isto é, como vivandeiras. Isso me permitiu percebê-las nas experiências que as constituíram como tais, localizadas no e além do acontecimento bélico. Para tanto, não me desviei do território bélico, mas procurei alargar o seu espectro, sem a ingênua pretensão de voltar no tempo, de “resgatar o passado”. Afinal, como assinala Foucault, a história

não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem. (FOUCAULT, 1999:55-56)

Tais noções foram fundamentais para a história que escrevi, solidária ao projeto de recusar a repetição do mesmo. Procurei, pelo contrário,

consoante o assinalado pela historiadora feminista Tânia Navarro Swain, construir uma “história do possível”, buscando “a destruição das evidências”, procedimento mediante o qual “a história nunca mais será a mesma”. Isso porque, segundo a autora,

fazer história é mais do que nunca uma atividade política, recusando a repetição do mesmo, aquele murmúrio infindável de reafirmação da ordem, de criação incessante de um mundo pensado de forma binária, conjugado no masculino, em articulações de poder, nas economias gerais do saber, construtoras de hierarquias, diferenças e desigualdades (NAVARRO-SWAIN, 2006:119-120)

Praticar uma “história do possível” é atentar para o múltiplo, o diverso e o instável; é recusar o unívoco, o binário e o fixo, posições que acionam as metanarrativas e sua pretensão de abordagem total e globalizante do social. É uma leitura questionável porque deixa de fora a outra metade da humanidade, as minorias étnicas, raciais, geracionais, religiosas, profissionais, regionais e sexuais; enfim, silencia sobre ações e pensamentos de diversos grupos de vencidos. A história do possível pensa múltipla e diferentemente o social. É comprometida com o presente e com uma sociedade justa e, por conta disso,

a História nunca mais será a mesma, a das certezas, e dos positivismo, a das visões de mundo e das contradições a ser resolvidas. A História, hoje, é uma disciplina instigante, aberta às questões e aos paradoxos, perguntando em lugar de concluir, cuja preocupação central não é a descrição ou a compreensão dos fatos ou comportamentos esperados (NAVARRO-SWAIN, 2006:119)

Para escrever essa história, além dos aportes dos estudos feministas e de gênero, do pensamento da diferença, considere, ainda, o quadro nocional do imaginário e das representações sociais. Assim, construí meu objeto de estudo a partir desse repertório conceitual e metodológico. Para tanto, considere as concepções de *imaginário social*, propostas por Cornelius Castoriadis (1995) e Baczko (1985); a teoria das *representações sociais*, postulada por Denise de Jodelet (2001); o conceito de *tecnologia social de gênero*, defendido por Tereza de Lauretis (1994); as reflexões sobre sexo/gênero, produzidas por Judith Buther (2001); o conceito de *dispositivo amoroso*, formulado por Tânia Navarro-Swain(2000); o uso político da categoria



gênero pela história, discutido por Diva do Couto G. Muniz (2005/2008); a conceituação de *memória social*, elaborada por Maurice Halbwachs (2006) e de *memória discursiva*, por Michel Pêcheux (1999); os procedimentos da análise discursiva, definidos por Eni Pulcinelli Orlandi (1997).

Todo esse repertório foi indispensável para a realização do presente estudo e o desafio proposto de se pensar e escrever uma história no feminino. Uma história que nos liberta do passado, ao promover desnaturalizações, ao denunciar e expor o sexismo na produção dos silêncios sobre a presença das mulheres na história e das exclusões desses sujeitos no discurso historiográfico.

Na expectativa de perceber e apreender as vivandeiras em sua historicidade, isto é, na operacionalidade das representações sociais construídas sobre as mulheres na guerra, adentrei-me pela rede imaginária que funciona como esquema de interpretação e de significação. O imaginário social e as representações que o integram possibilitam-nos questionar o estatuto do real, pois, segundo Backo (1985:311), tal dimensão instituinte do social “se faz inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”.

Essas representações sociais são entendidas tal como as define Denise de Jodelet:

enquanto sistema de interpretação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das entidades pessoais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JODELET, 2001:22)

Percebe-se, assim, a força instauradora das representações na modelagem dos corpos e na normalização das condutas sociais, a partir dos sentidos conferidos às experiências e relações sociais. Como bem atenta Tereza de Lauretis, as representações sociais são construídas e depois aceitas, incorporadas, individual e coletivamente, nas práticas sociais. No caso das mulheres, a representação de gênero atua no “corpo desenhado em

gênero, transformado em sexo [...] dentro e fora de seus contornos de gênero” (LAURETIS, 1994:217).

A representação do gênero pressupõe, portanto, relações de poder e de dominação. Não é um processo despolitizado, mas produtor de desigualdades, de aprisionamentos identitários, enquadrados na lógica binária do eterno feminino/masculino. Foucault afirma que o poder não é unicamente jurídico, nem destrutivo, nem somente coercitivo, mas criativo e produtor de sentidos. O poder opera por meio de

uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo, que através das lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; [...] O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares. (FOUCAULT, 1988: 88-89)

O esforço em identificar os mecanismos de produção das diferenças e dos sentidos, atravessados pelo indissociável sistema sexo/gênero, incluiu o de conferir visibilidade etnográfica às vivandeiras. Elas emergem na/da análise realizada sobre sua produção nos processos de significação presentes nas linguagens iconográficas, memorialísticas e historiográficas, consideradas na presente pesquisa.

Tal análise etnográfica revela algumas das imagens, idéias, papéis, valores e significações que atravessam as representações das vivandeiras. Trata-se de termo que expressa muitas imagens, por exemplo, mãe, enfermeira, heroína, patriota, transgressora, rebelde, combatente, guerreira, prostituta, “semi-prostituta”, polarizado entre sentidos negativos e positivos; ou seja, revela um mundo dividido em mulheres respeitáveis e não-respeitáveis. Nesse reducionismo, evidencia-se a recusa em considerar a pluralidade das experiências que as constituíram como tais nos campos de batalha, as quais são pensadas como

o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais. Um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior (nas palavras de C. S.

Pirce). A constelação ou configuração de efeitos e significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através do seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as mulheres, de forma capital – as relações sociais de gênero. (LAURETIS, 1994:228).

Se a experiência constrói a subjetividade das pessoas, no caso das mulheres, os efeitos do feminino em seus corpos e comportamentos são expressões do funcionamento da tecnologia social do gênero. Nessa experiência de assujeitamento, há “técnicas, estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído” (LAURETIS, 1994: 240). Mulheres e homens são modelados com os contornos e as hierarquias estabelecidas entre feminino e masculino. Nesse sentido, os discursos sobre as vivandeiras são *tecnologias de gênero* de grande alcance, dado o seu peso de autoridade na disseminação das imagens, sentidos e significados configuradores das vivandeiras.

Assim, utilizando imagens de diferentes discursos, bem como um repertório teórico e metodológico de diversos campos do conhecimento, construí meu objeto, ciente de que me desvencilhei de algumas armadilhas e caí, porém, em outras tantas, já que a leitura que fiz só pode se feita a partir de minhas condições de produção. Trata-se de leitura política e comprometida com o meu lugar social de fala. Nessa leitura posicionada, busquei acessar, apreender sentidos que foram impressos às representações das vivandeiras, ou seja, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990:17)

A tese está estruturada em cinco capítulos. **Baú iconográfico das vivandeiras: imagens que libertam, imagens que aprisionam** é o título do primeiro capítulo. Nele, analiso os discursos visuais e/ou iconográficos, conforme a matriz francesa da formação discursiva sobre vivandeiras: o lugar de onde emanam as representações da vivandeira, já que o termo vem do francês, *vivandère*. Nesse capítulo, evidencio referências às mulheres no campo da guerra, que acompanhavam os pelotões *zouaves* do exército francês no século XIX. Essas mulheres integravam os pelotões atuando de diversas maneiras: como enfermeiras, guerreiras, cozinheiras, espãs,

esposas, amantes, prostitutas, mascotes. Todavia, independentemente do tipo de serviço prestado aos pelotões, elas foram representadas carregando um barril, um tambor ou uma cantina de madeira na qual traziam água ou conhaque para servir as tropas, de modo a demarcar exclusivamente esse tipo de atuação feminina na guerra.

No segundo capítulo, denominado **Os silêncios da história...**, analiso alguns registros historiográficos sobre as mulheres e a guerra, ressaltando as relações de poder que presidem tais construções. Visualizo a presença das mulheres “vivandeiras, chinas, prostitutas e damas respeitáveis”, registrada e significada pela história e pela memória da guerra. No diálogo estabelecido com tais fontes, ressalto a construção dos quadros sociais da memória e suas relações de poder, haja vista o silêncio produzido sobre a presença e ação das mulheres nos palcos da guerra. Nesse silêncio, a evidência do exercício do poder que instaura interdições, realiza exclusões, opera reducionismos, despolitizando a atuação das mulheres.

**Imagens de vivandeiras na Guerra do Paraguai (1865-70)** é o nome dado ao terceiro capítulo, no qual investigo e interpreto as referências sobre as mulheres na Guerra do Paraguai, representadas como vivandeiras em diversos discursos. Analiso imagens de mulheres que foram dadas a ler como vivandeiras pelas lentes dos memorialistas e historiadores, cujas imagens se dividem entre o silêncio, a heroicização, a valorização e a desclassificação da presença das mulheres no espaço bélico. Nesse olhar dos memorialistas e historiadores, há uma preocupação comum em conter o potencial desestabilizador que essa presença representava para a ordem patriarcal e militar.

Sob o título **Vivandeiras da Coluna Prestes (1925-27): a representação da rebeldia**, analiso, no quarto capítulo, as representações sobre a atuação das mulheres na Coluna Prestes. Os registros veiculam imagens sobre a presença das mulheres em espaços antes impensados, principalmente porque silenciados pela historiografia das guerras. Pensei a produção das imagens também como práticas discursivas que permitem acessar um modo de ler, de se dar a ver a participação das mulheres na guerra. Evidencia-se uma atuação efetiva e combatente das vivandeiras que integravam a marcha da Coluna Prestes. Foram mulheres que confrontaram as

prescrições sociais de seu tempo com suas ações na campanha armada, mas foram silenciadas pela historiografia e pela memória, aprisionadas pela lógica do gênero e da divisão dos espaços público e privado.

Finalmente, no quinto capítulo, **Representações das mulheres nos palcos da guerra: reafirmação de sentidos**, reporto-me às representações de vivandeiras, veiculadas nos discursos da mídia impressa, reafirmando os sentidos negativos da atuação das mulheres na guerra. Exponho e denuncio a invisibilidade midiática das vivandeiras da Coluna Prestes, ao mostrar que o termo não apareceu na imprensa do período. Como evidenciado nos nove jornais pesquisados, vivandeira é um termo ausente, mas as mulheres aparecem como “bandoleiras”, “destemidas amazonas”, “*la garçone*”, “*detraquèe*”, “meras espiãs”, “criminosas rebeldes”, “piedosa enfermeira”. São construções discursivas que interpelam sentidos negativos, pejorativos perpassados de misoginia, presentes no imaginário social da época. Ressalto, ainda, a visibilidade com sentido pejorativo nos discursos políticos contemporâneos, que apontam para o retorno das vivandeiras nessas cenas discursivas. Vivandeiras são ressemantizadas de modo depreciativo, de modo que se reafirmam sentidos da matriz francesa e revelam o poder no jogo político da linguagem.

É relevante ressaltar, ainda, que, nos discursos sobre as guerras, as vivandeiras foram representadas por imagens, papéis, valores, idéias, significados que ressaltam características tanto positivas como negativas. São construtos sociais, lingüísticos, culturais e históricos que nos permitem perceber as complexas relações de poder - sociais, sexuais e de gênero -, constituídos dinamicamente nas/pelas redes de significados correntes.

Enfim, esse estudo foi desenvolvido de acordo com as condições de produção da autora: mulher, historiadora, educadora e feminista, cujo olhar questiona os “regimes de verdade” estabelecidos na sociedade e está atento ao poder que envolve seu estabelecimento. Um olhar também comprometido com o projeto político de permanente releitura dos discursos sobre o passado, o que inclui conferir visibilidade e sentido à presença das mulheres na história.

# CAPÍTULO I

## BAÚ ICONOGRÁFICO DAS VIVANDEIRAS: IMAGENS QUE LIBERTAM, IMAGENS QUE APRISIONAM

### 1.1 - A representação das mulheres na guerra: as vivandeiras

*A representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam. A representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações) Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito.*

(JODELET, 2001:27)

Nesse capítulo, dedico-me à leitura das representações na perspectiva apontada por Jodelet (2001), com o intuito de perceber a veiculação de tais construtos nos conjuntos discursivos visuais, saberes que conformam/formam/produzem a identificação das vivandeiras<sup>5</sup>. O conjunto de imagens de vivandeiras, de mulheres que atuaram em espaços bélicos na França do século XIX, expõe, na materialidade de seus diferentes aportes - pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e esculturas -, representações que nos revelam não apenas sobre a presença de mulheres nos palcos das guerras, combatendo junto aos seus companheiros de tropas em diferentes lugares e momentos, mas, sobretudo, interpelam-nos a investigar os significados socialmente conferidos à experiência configuradora das vivandeiras.

---

<sup>5</sup> Vivandeira vem do francês *vivandière*, não se sabe precisamente como e quando o termo surgiu; terminologia que exprime *viande*, francês para carne, ou *meaning* latin para alimento de vivenda, “da raiz”. Durante os séculos subseqüentes, *vivandière* receberia uma variedade de *meanings*, geralmente do “*giver hospitality*”, da “giver vida”, e mais tarde “quem vende alimentos e bebidas às tropas”. Para maiores esclarecimentos ver “A História da Vivandeira” - texto original em francês, disponível no site web [www.vivandiere.net/hist.html](http://www.vivandiere.net/hist.html). Acesso em 02/04/2005.

São imagens que, quando visualizadas, instigam-nos a interpretar a representação da vivandeira e, ao mesmo tempo, a representá-la. Interpretá-la no sentido de decifrar as idéias, regras, tradições e convenções que norteiam tal construto. Da mesma forma, essas imagens são representações carregadas de valores que nos permitem apreender alguns dos múltiplos sentidos conferidos socialmente à presença e às ações das mulheres nos campos de guerras. Na interpretação, é visível a ação pedagógica das representações no sentido de apresentar ao mundo social como as mulheres na guerra deveriam ser representadas. Tais imagens são, portanto, versões construídas sobre as mulheres que atuaram nos conflitos armados, incorporadas às tropas, distribuídas em pelotões combatentes, atuando como tais e também como enfermeiras, como comerciantes responsáveis pelo fornecimento de víveres, como prostitutas, como espiãs, como mães, esposas, noivas, amantes etc.

Visualizar as vivandeiras nas diversas materialidades iconográficas<sup>6</sup> é exercício instigante, pois se trata de um conjunto de imagens que ora as liberta das amarras do social e ora as aprisiona. Essa ambigüidade presente nas imagens se explica pelo fato de que foram construídas sob um imaginário social atravessado por representações dicotômicas de sexo/gênero, raça e classe, dentre outras. Um imaginário produzido e também produtor de uma lógica binária, heterossexual e patriarcal<sup>7</sup>, que concebe o mundo em termos de pares opostos, fixos e estáveis e que confere ao feminino a posição de inferioridade em relação ao masculino. Um imaginário que comporta também deslocamentos e mudanças em sua dimensão criativa, perturbadora e inventiva. Afinal, como bem atenta Maria Sylvia Porto Alegre, o imaginário não responde apenas pela reprodução, pelo assujeitamento, mas também pela

---

<sup>6</sup>O termo iconográfico é empregado no sentido de designar as várias formas de manifestação artística, desde o desenho gráfico até a fotografia. Essa materialidade é entendida como constituinte/constituidora do ambiente visual de criação humana. Assim, por meio do conjunto iconográfico selecionado, discuto como as imagens idealizam e constroem o campo das representações sociais, carregadas de significação.

<sup>7</sup> O termo patriarcal, segundo Ávila (2007:35), é utilizado não apenas no sentido literal do pai ou direito paterno, mas, sobretudo, no sentido utilizado pelas feministas a partir da década de 60, do século XX, qual seja: o de um conceito que se refere especificamente à sujeição das mulheres e que sintetiza o direito político que todos os homens exerceram pelo simples fato de serem homens. Carole Pateman (1993:38-63) assinala que é urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado, dado às discussões e complexidade desse conceito.

criação, participação, portanto, da “inventividade humana, no que ela deve à subjetividade e ao imaginário” (PORTO ALEGRE, 1998:110).

O material iconográfico é aqui concebido na perspectiva de uma interpretação e compreensão provisórias, na perspectiva de um estudo da imagem pensada como uma “hermenêutica visual”, expressão utilizada por Maria Sylvia Porto Alegre, para designar as “conexões de sentidos que levam em conta a relativa autonomia das produções simbólicas [...], uma atividade específica na qual toda a história de uma cultura está inscrita” (idem, *ibidem*).

As conexões às quais a autora se refere são conexões de sentidos que possibilitam acessar algumas das condições de produção discursiva sobre as vivandeiras, um conjunto imagético produzido em diferentes momentos e espaços em que se veiculam, circulam e conservam efeitos de verdades; em que se produz o efeito de verdade sobre a atuação de mulheres nos campos de guerra. Um conjunto de imagens cujos elementos são produtos da criação humana, um baú iconográfico, que, em suas diferentes materialidades, revela que

as formas de linguagem e sua relação estreita com o imaginário e com as ideologias mostram que não há nas imagens uma forma unívoca de perceber o real, ou seja, não há um sentido literal intransponível. [...] Elas são artefatos culturais e, como tal, pertencem ao mundo compartilhado dos indivíduos e dos grupos sociais, participam da construção da vida coletiva em fatos pequenos, mas densamente entrelaçados de alta complexidade. (PORTO ALEGRE, 1998:110)

Com efeito, na análise da produção imagética das vivandeiras foi possível perceber que não há “uma forma unívoca de perceber o real”. O que existe é a construção de uma função aglutinadora da produção imagética, preservadora da ordem, revelada no sentido pejorativo. Trata-se de sentido que aporta para a “relação estreita (da linguagem) com o imaginário e com as ideologias”.

Assim, práticas discursivas produzem as vivandeiras e sentidos sobre a ação das mulheres na guerra, de modo a conter os efeitos desestabilizadores que tal atuação possibilitava, já que são imagens que ensinam a interpretar aquela representação. Tais práticas discursivas são entendidas, na visão de Orlandi, como “linguagem em ação, isto é, as maneiras



a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (2002:45).

## 1.2 - A vivandeira francesa: a invenção de um modelo

A análise de alguns textos iconográficos franceses, produzidos nos séculos XIX e XX, possibilita perceber a “linguagem em ação”, isto é, a produção de sentidos e de posicionamentos em relação às vivandeiras nas relações sociais e cotidianas da guerra. Ao analisar a composição da fisionomia, dos gestos reveladores de atitudes e ações, busco as marcas configuradoras da matriz<sup>8</sup> francesa para compreender os sentidos inscritos nas práticas discursivas, isto é, apreender os sentidos conferidos às mulheres nos campos de batalhas. Tudo isso resulta nas diversas conotações de “vivandeiras”: mulheres desonradas – prostitutas, semi-prostitutas; mulheres honradas – mães, esposas, viúvas, enfermeiras dedicadas; mulheres mitificadas – heroínas da guerra.

Michel Foucault trabalha com a categoria de *destruição das evidências* que propõe

reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso (1996:51-52).

Assim, destruir as evidências é estranhar o comum, desnaturalizá-lo, desfamiliarizar o que está evidente, visível, dado, de modo a perceber o implícito, o não-dito contido no dito. Busquei, assim, desfamiliarizar o saber sobre as vivandeiras e sua emergência na *ordem do discurso*, com o propósito de tentar entender como as representações foram produzidas,

---

<sup>8</sup>A palavra matriz é utilizada como recorrência presente nos sentidos conferidos às vivandeiras a partir do modelo francês do século XIX. Na análise das imagens evidencio algumas dessas matrizes imprimidas às vivandeiras, como o cantil, o chapéu e o uniforme e tento apresentar outros elementos, como o fuzil e a espada que levam à desconstrução dessas matrizes consolidadas no esforço repetitivo dos discursos textuais e iconográficos. Segundo Ávila (2007:16), as matrizes de sentido são palavras ou ícones que se destacam pela repetição e pelo sentido ali instaurado, formadores de indícios que nos permitem aceder à inteligibilidade do texto.

significadas e ressignificadas nos diferentes discursos. Foi, enfim, um desafio e um exercício com o objetivo de des-cobrir imagens, acessar idéias, costumes, práticas, papéis, valores, normas, significações a elas estabelecidas a partir de um permanente e complexo jogo de linguagem, de significação, de exercício de poder.

Ao buscar as matrizes de sentido das vivandeiras, encontrei referências dessas mulheres junto aos pelotões *zouaves* do exército francês do século XIX. Os *zouaves* formaram um corpo da infantaria do exército francês, originalmente composto por soldados argelinos que se destacaram por atos de bravura e por seus trajes. Eles usavam um uniforme oriental desgastado, considerado pitoresco em relação aos demais, o que aponta para as hierarquizações estabelecidas entre os pelotões combatentes formados pelos soldados nacionais, autênticos franceses, e aqueles formados pelos colonizados, os argelinos. É justamente junto a esse inferiorizado corpo de combatentes que os registros informam terem sido incorporadas as mulheres, identificadas, então, como “vivandeiras”<sup>9</sup>.

Em *A história da vivandeira*, texto disponível na web (2005), há referência aos regimentos *zouaves* como aqueles que traziam vivandeiras em seus pelotões. Segundo essa versão, muitas dessas mulheres tornaram-se esposas dos soldados e, uma vez integradas às tropas, prestaram serviços como “enfermeiras, guerreiras, cozinheiras, espiãs, mascotes”. Todavia, não obstante essa diversidade de atuação, dos múltiplos serviços por elas realizados na guerra, as vivandeiras são representadas por uma imagem fixa e singular de uma mulher que usava chapéu e carregava um cantil, uma espécie de barril de madeira na qual carregavam água, *whisky* ou conhaque. Após a integração e atuação das vivandeiras junto aos pelotões de *zouaves*, suas imagens passaram a ser insistentemente veiculadas com o cantil e o chapéu, assim se notabilizando nos registros iconográficos.

Trata-se de investimentos discursivos que irão circular como verdade única, compartilhadas pelos indivíduos e grupos sociais a respeito das

---

<sup>9</sup> Para maiores aprofundamentos, ver “A História da Vivandeira” - texto original em francês, disponível no site web [www.vivandiere.net/hist.html](http://www.vivandiere.net/hist.html). Acesso em 02/04/2005.

mulheres que atuaram na guerra. A multiplicidade e diversidade da experiência dessa atuação foram reduzidas a uma imagem-síntese de vivandeira, uma mulher que usava chapéu e carregava um cantil.

Pela documentação consultada, é possível perceber que, até por volta do século XVIII, as vivandeiras que participavam das guerras ou campanhas armadas vestiam roupas comuns. Em meados do século XIX, a corporação militar, numa ação disciplinadora, uniformizou-as conforme o destacamento que integravam.

Essa ação domesticadora sobre aquelas que queriam a “vida verdadeira” buscou a homogeneização de conduta das vivandeiras. Assim, por volta de meados do século XIX, as vivandeiras foram separadas de suas contrapartes, as cantineiras, e aceitas oficialmente nos campos de batalha, enquanto aquelas foram designadas a permanecer no acampamento. A partir dessa incorporação singular nos batalhões, elas receberam o *status* de integrantes das tropas, ou seja, deviam se portar segundo o padrão militar, com o mesmo corte dos uniformes de cada pelotão de unidade ([www.clearwaterhats.com/ladies](http://www.clearwaterhats.com/ladies)). Não eram mulheres engajadas informalmente na corporação, mas formalmente nela incorporadas, assujeitadas às suas regras disciplinares e às posições hierárquicas de sua estrutura. No caso delas, ocupavam as posições inferiores.

A separação entre as duas categorias de mulheres resultou numa mudança também do termo para designar cada uma delas. O termo *vivandière* conviveu, até certo tempo, com o termo *cantinière*, que remete ao sentido de serviçal, de servir bebidas. Posteriormente, os sentidos se confundem. Permanece o termo *vivandière* com o sentido de *cantinière*, contrapondo-se àquele conferido às vivandeiras que acompanhavam as tropas, o de pessoas livres e sem regras, que escolheram a “vida verdadeira”. Trata-se de imagem presidida pelo sentido de rebeldia, de uma vivência feminina fora da ordem patriarcal, monogâmica e heterossexual. Substituir essa imagem pela da cantineira foi construção engenhosa, ancorada em outro sentido, o de mulheres disciplinadas que viviam para servir aos outros e à pátria. Não por acaso, em 1865, o regulamento do exército francês estabelecia o quantitativo de vivandeiras que comporia seus quadros: “um por um no batalhão da infantaria,

dois por um no esquadrão da cavalaria, e em quatro por um no regimento da artilharia ou da coordenação de pelotão”<sup>10</sup>. Trata-se de proporção que revela a situação diferente e desigual como foram incorporadas e também como atuaram nos combates.

Com a institucionalização, uniformizadas e disciplinadas, elas estavam autorizadas a ser objeto de exposição pública como integrantes do Exército. Dessa maneira, há um investimento discursivo nessa imagem padronizada, com intensa veiculação em cartões-postais, em artes estatuárias e algumas embalagens de cigarros e produtos alimentícios. Tais imagens, representadas em diferentes suportes materiais, circularam como verdade sobre as vivandeiras.

Significativamente, as vestimentas, adereços e objetos que compõem tal imagem foram e ainda são usados pelas atrizes e bailarinas que encenam apresentações teatrais, balés e óperas<sup>11</sup> etc. Essas imagens fazem parte de um cenário, de uma encenação, de uma representação simbólica acerca do que elas desempenhavam nos campos de combate, espaço considerado de uso exclusivo masculino, identificado como do gênero feminino e também fora dele. Vê-se, assim, um processo de realimentação e de reafirmação de imagens e sentidos. Um processo de realimentação do imaginário, que reafirma sentidos de uma representação que orienta e organiza as condutas, as relações sociais e a leitura de mundo.

Se, inicialmente, as vivandeiras eram as companheiras dos combatentes que, com eles, queriam a “vida verdadeira”, por volta de 1800, elas são descritas e representadas carregando barris de madeira (que antes era tarefa das cantineiras), pintados frequentemente de vermelho, branco e azul, contendo conhaque, com marca registrada. Nesse momento, não havia sido ainda processada a distinção entre vivandeira e cantineira. Elas eram representadas não apenas como fornecedoras de alimentos e demais víveres às tropas regulares do exército francês, mas também como integrantes dos pelotões, combatendo junto aos regimentos de infantaria e cavalaria.

---

<sup>10</sup> Ver texto (em inglês), disponível no site [www.findarticles.com](http://www.findarticles.com)

O artigo trás como título: “Imagens militares: viva as vivandeiras”. (acesso em 05/04/2005)

<sup>11</sup> Para maiores aprofundamentos, ver texto em francês disponível no site [www.vivandiere.net](http://www.vivandiere.net)  
Acesso em: 15/06/2005.

Retratadas como mulheres resistentes, de pele bronzeada pela exposição ao sol, os feitos das vivandeiras circularam na mídia impressa que noticiava sobre as guerras do séc. XIX, particularmente as do período napoleônico, momento em que há uma intensa circulação dessa imagem. Ela é usada para estimular o patriotismo e, sobretudo, o recrutamento, nesse momento em que o exército francês, sob o comando de Napoleão Bonaparte, desafiou muitos países, anexou-os e expandiu as fronteiras da França na Europa e fora dela.

É visível na proliferação de imagens desse momento e contexto o esforço discursivo em produzir um “modelo” de vivandeira: uniformizada, disciplinada, colaboradora no esforço comum de guerra, enquadrada nos papéis de gênero pré-determinados – servir aos outros, seja fornecendo comida (cesta), bebida (cantil), seja cuidando dos feridos (enfermagem), seja dando apoio moral aos companheiros combatentes (noiva, mãe, irmã, viúva), seja atendendo ao *contrato sexual*, combatendo no palco da guerra, ao lado dos companheiros de tropa e, juntos, lutando pela pátria. Como bem atenta Carole Pateman, o contrato social pressupõe o contrato sexual, a liberdade civil pressupõe o direito patriarcal. Nesse caso, “todas as mulheres são ‘servas’ de um tipo especial na sociedade civil, isto é, ‘esposas’ ” (1993:80-81).

São imagens que, por suas conformações específicas, constituíram para uma política de produção de identidade, segundo os valores e papéis vigentes, “modo pelo qual a sociedade se refere a si mesma e se refere ao próprio passado, presente e porvir; o modo de ser das outras sociedades para ela.” (CASTORIADIS, 1995:416).

Nessa proliferação de imagens, sou interpelada não apenas para aqueles sentidos propositalmente reconhecíveis, mas também com outros em torno das vivandeiras, essas mulheres que atuaram tanto “dentro”, como também “fora” da ordem. Como ressalta Tereza de Lauretis,

as mulheres como seres históricos, sujeitos de ‘relações reais’, são motivadas e sustentadas por uma contradição em nossa cultura, uma contradição irreconciliável: as mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero, ao mesmo tempo dentro e fora da representação. [...] esta é a contradição sobre a qual a teoria feminista deve se apoiar, contradição que é própria condição de sua existência (LAURETIS, 2004:218).

Então, se como indivíduos, “as mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero”, no espaço das guerras elas também se constituem tanto “dentro” como “fora” do gênero e, assim, da ordem estabelecida, que é presidida por convenções de sexo/gênero. Além daquelas imagens já consagradas no imaginário social - enfermeiras, amantes, cantineiras, mães, esposas e prostitutas -, emergem também dos discursos as imagens de combatentes, comerciantes, oficiais, espiãs e mascotes. Enfim, diversas e diferentes imagens que dão a conhecer algumas das formas de como a sociedade viu e representou a múltipla atuação das mulheres no campo da guerra. Imagens que remetem a uma multiplicidade de atuação, às relações de poder que atravessam sua produção.

Com efeito, não há como desconhecer que as imagens textuais e iconográficas trouxeram à tona não somente alguns indícios das práticas cotidianas das vivandeiras, mas também veicularam sistemas de significação ou “regimes de verdade” sobre elas. Como salienta Foucault, os textos

e também todas as categorias de imagens não podem, então, ser apreendidos nem como objetos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades, cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente (FOUCAULT, 1986:14).

Ao fazer a leitura dos textos imagéticos ou não, há que se considerar suas condições de produção, a “rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente”. Conforme Foucault, ao referir-se à “rarefação do discurso”, toda produção discursiva

é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (1996:9).

No jogo de linguagem em que as imagens das vivandeiras são criadas, elas revelam as forças que organizam os sentidos aglutinadores do mundo. Aprisionadas pelos discursos textuais e iconográficos, cuja função é a de “conjurar seus poderes e perigos”, essas mulheres instigam-nos a pensar as relações de poder que presidiram sua produção, especialmente, reveladas pelos adereços e indumentárias que usavam.

### **1.3 - Adereços, vestimentas e objetos que conformam a representação da vivandeira francesa**

As imagens das vivandeiras incluem vestimentas, objetos e adereços, como o chapéu e o barril ou cantil, isto é, acessórios da indumentária que compõe o modelo francês, matriz de tal construção. Dentre os adereços, destaque-se o chapéu. Essa é uma marca, um sinal forte de sua identificação, sendo inclusive, objeto de comercialização com o nome de “chapéu de vivandeira<sup>12</sup>”

**Figura 01 – Chapéu de Vivandeira**



Fonte: [www.clearwaterhats.com/ladies](http://www.clearwaterhats.com/ladies), (Mai, 2005)

O chapéu sugere ter sido bastante utilizado nos campos de combate, pois além de proteger as cabeças do sol e da chuva, também servia

---

<sup>12</sup>Objeto exposto em loja de acessórios femininos; o chapéu é comercializado pela denominação de “chapéu de vivandeira”, numa alusão às mulheres que participaram de campanhas bélicas. Disponível no site [www.clearwaterhats.com/ladies](http://www.clearwaterhats.com/ladies), web, 2005 Acesso em: 20/05/2005.

para padronizar os batalhões e facilitar-lhes a identificação. Ao mesmo tempo, prestava-se também ao disfarce das feições que identificavam ou denunciavam as mulheres. O chapéu, o uniforme e o fuzil compreendiam a indumentária militar dos combatentes e os tornavam iguais, em seus respectivos batalhões, independentemente de seu sexo/gênero. Assim, o artifício da farda completa estabelecia, na materialidade dos corpos, uma aparente ausência de diferença entre os sexos nos campos de batalha, apagando, naquela situação específica, a significação de masculino e de feminino dada aos corpos. Com bem assinala Tânia Navarro Swain,

a imagem e os sentidos atribuídos aos corpos não são, portanto, superfícies já existentes, sobre as quais se encastram os papéis e os valores sociais, são, ao contrário, uma *invenção social*, que sublinha um dado biológico cuja importância, culturalmente variável torna-se um destino natural e indispensável para a definição do feminino. A questão se articula sobre a *importância social*: isto significa que a materialidade do corpo existe, porém a “diferença entre os sexos” é uma atribuição de sentido dada aos corpos (NAVARRO-SWAIN, 2000: 51-52)

Nessa “atribuição de sentido dada ao corpo”, construções feitas a partir de uma posição social, elaboradas social, lingüística e culturalmente é possível perceber “os efeitos do sistema sexo/gênero, de seu funcionamento sobre corpos, comportamentos e relações sociais” (LAURETIS, 1984:284). Emblematicamente, o chapéu da vivandeira, que produzia uma visão de igualdade, foi usado pelas militantes feministas da década de 60, do século XX. Também seu uso remetia à presença das mulheres em espaços antes impensados e, sobretudo, era um símbolo de sua força guerreira e combativa.

Tal como o chapéu, outras materialidades são significadas como marcas de um tempo e de um acontecimento; destaque, a seguir, a mostra fotográfica, que expõe a coleção de barris usados pelas vivandeiros nas guerras francesas em 1870, disponibilizada no *Museu Napoleônico de Fontainebleau* (França). Os barris são artefatos materiais usados e veiculados para reafirmar papéis femininos convencionais em tempo de guerra: servir aos outros, manter-se “dentro da ordem”. Investe-se, portanto, na diferença sexual para reafirmar a desigualdade entre mulheres e homens. São visíveis as



particularidades de cada um, já que nesses barris aparecem inscrições próprias da guarda nacional francesa.

**Figura 02 – Mostra fotográfica de barris de vivandeiras/cantineiras**



Fonte: [www.dressreform.tripod.com/vivacant.html](http://www.dressreform.tripod.com/vivacant.html), Maio 2005.

Se as vivandeiras e/ou cantineiras carregavam esses barris, cumprindo um dos papéis a elas prescrito em campos de guerra, o de servir aos soldados, a prática contemporânea de abrigá-los em museus traduz uma política de preservação de memória nacional em que se reconhece a contribuição das mulheres, principalmente das cantineiras e das vivandeiras, atuando nos campos de batalhas. É visível, nessa iniciativa, o esforço das autoridades francesas em tornar tais artefatos em monumentos, em institucionalizar essa memória, de forma que a pátria fosse enaltecida. Investe-se, assim, na participação das mulheres na construção da nação.

Isso também é o que se vê na exposição de indumentárias, uniformes e objetos atribuídos às vivandeiras. São elementos que compõem uma imagem padronizada, de modo a ensinar como a vivandeira deveria ser representada dentro e fora da França. A imagem a seguir está disposta no *Museu das Armas de Paris* e evoca uma vivandeira/cantineira<sup>13</sup> do Regimento de Infantaria, por volta de 1870 a 1871, contexto em que as mulheres já se

<sup>13</sup>Imagem identificada como a de uma vivandeira/cantineira. Acredito que, por volta de 1870, ainda fosse difícil distinguir uma da outra, já que foi nesse período que as vivandeiras acumularam também a função das cantineiras.

encontravam oficialmente incorporadas aos batalhões de combatentes, como cantineiras e/ou vivandeiros do Exército francês.

**Figura 03 – Vivandeira/Cantineira (1870-1871)**



Fonte: [www.dressreform.tripod.com/vivcant.html](http://www.dressreform.tripod.com/vivcant.html), Março, 2005

Em relação à imagem de vivandeira acima, não há como não indagar sobre a ausência das armas – punhal, faca, espada ou baioneta - artefatos de guerra utilizados pelas mulheres nos combates. Na produção dos sentidos sobre a ação das mulheres na guerra, é visível o propósito em conferir visibilidade à função doméstica de servir e em ocultar a combatente. Daí aprisionar a representação da vivandeira aos papéis convencionais, autorizados, definidos em posição de inferioridade aos soldados, ao sexo masculino, negando-a como combatente. É visível o esforço institucional no sentido reafirmar a posição da vivandeira dentro da ordem, ou seja, segundo o viés patriarcal, heterossexual e androcêntrico da sexualidade do período.

Nesse exercício de poder, constrói-se uma memória da guerra. Demarcam-se os espaços-memórias que buscam integrar discursos e objetos, palavras e coisas, no esforço comum de produzir a reafirmação de sentidos naturalizados, os quais contêm o potencial desestabilizador da presença das

mulheres na guerra, combatentes que atuaram ao lado dos companheiros de tropa, representativa àquela ordem.

Analisar os sentidos conferidos às imagens das vivandeiras, dispostas em museus franceses, convoca-nos a interpretar o uso dos domínios do espaço e do tempo e como eles foram operacionalizados na materialidade museológica. Refletir sobre tal funcionamento é exercício que nos remete a Michel Foucault, à sua obra, *As Palavras e as Coisas*, quando ele discute as utopias e as heterotopias. Para esse filósofo,

as utopias consolam, porque se não dispõem de um lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; [...] As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem porque impedem de nomear isto ou aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a 'sintaxe', e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. (FOUCAULT, 1992:7-8)

Suas reflexões em torno das heterotopias mostram o caráter instável, relativo e ilusório dos posicionamentos culturais, da vida humana, uma vez que as heterotopias são

espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão representados, contestados ou invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. (FOUCAULT, 2006:415)

Nesse sentido, museus e bibliotecas são “heterotopias do tempo que se acumulam ao infinito”. São criações da modernidade e seu projeto de “construir um lugar de todos os tempos”, de organizar “regimes de espacialidade”, tal como pensado por Carlos José Martins (2002), ao refletir sobre utopia e heterotopia na obra *de* Michel Foucault:

existem as heterotopias do tempo que se acumulam ao infinito, por exemplo, os museus e as bibliotecas. Museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de se acumular e de se empilhar até o cume de si mesmo. [...], a idéia de constituir um

lugar de todos os tempos que seria, ele mesmo, fora do tempo e inacessível à sua modernidade, o projeto de se organizar, assim, um tipo de acumulação perpétua e indefinida do tempo em um lugar que não movimentaria, tudo isto pertencente à nossa Modernidade. O museu e a biblioteca são heterotopias que são próprias à cultura ocidental do século XIX. (MARTINS, 2002: 97-98)

Vê-se, na França oitocentista, um esforço em organizar a memória e também de criar “um tipo de acumulação perpétua”, de estabelecer um “regime de verdade” acerca do espaço dos museus como heterotopias que armazenam “verdades” sobre os acontecimentos de diversas épocas. O *Museu das Armas de Paris* investe na perpetuação das imagens de vivandeiras dentro do padrão normativo francês de mulher, ou seja, dentro da ordem patriarcal, heterossexual, monogâmica e androcêntrica, daí negar, interditar às mulheres o espaço das guerras. O museu é uma “espécie de lugar que está fora de todos os lugares”, representação igualmente contestada ou invertida. É também um posicionamento real, heterotópico, espécie de utopias efetivamente realizadas, posto que tais imagens passaram a ser sacralizadas e disseminadas como verdade unívoca em repouso temporal imortalizado.

Como espaço de todos os tempos, o museu designa uma posição e acumula materialidades e experiências. Mas, como ressalta Foucault, “a heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis” (2006:418), e é assim que os museus elaboram e justapõem em uma única representação, os vários posicionamentos das mulheres nos campos de combates, alguns deles incompatíveis.

Dessa maneira, o museu, espaço da heterotopia, aquele capaz de congrega “em um só lugar real vários espaços”, também representa, contesta, inverte todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura, evidenciando, assim, como são ilusórios os posicionamentos que exercem poder na esfera social.

Relativiza-se, portanto, a idéia de acumulação estável e perpétua dos museus, espaço-memória das experiências diversas das mulheres nas guerras, sintetizadas em uma única, a da vivandeira disciplinada, uniformizada, integrada aos batalhões e servindo aos soldados e à pátria. Nessa operação, existe uma política de manutenção da ordem patriarcal, posto que a imagem

produzida reafirma o sentido de dominação masculina, quando se reduzem e minimizam-se a efetiva participação das mulheres nas guerras.

Nesse esforço de organizar, separar, ordenar e classificar, o museu aproxima e inclui as mulheres nas guerras, mas as distancia, as exclui da atuação bélica. Trata-se de esforço de ordenamento, de enquadramento em uma ordem, entendida na acepção que lhe dá Foucault:

a ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem... Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada pessoa, as ordens empíricas com as quais terá que lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, a que a lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra (1992:9).

Os elementos que integram a “lei interior” compõem os “códigos fundamentais de uma cultura”, levam a pensar que essas mulheres, as vivandeiras, atuaram tanto “dentro” como “fora” da ordem. Afinal, elas tanto atuaram e reafirmaram seus valores, hierarquias e princípios, como também os subverteram. Daí o entendimento de que se trata de representação emblemática de gênero, já que reafirma a ordem patriarcal, androcêntrica e heterossexual, mas também a desestabiliza.

A política de neutralização desse potencial subversivo, expressa nos espaços dos museus, comporta também o poder de representar, contestar ou inverter a posição inferiorizada na ordem. É como se “fizesse aparecer e ao mesmo tempo os/as excluísse e, no mesmo movimento, se achasse diante do ser bruto da ordem. E é em nome dessa ordem que os códigos de linguagem, da percepção, da prática são criticados e parcialmente invalidados.” (FOUCAULT, 1992:10)

Com efeito, a imagem de vivandeira a seguir foi representada “dentro da ordem” e também “fora” dela. Dentro, porque representada segundo os códigos de linguagem reafirmados pelo *Museu de Armas de Paris*: uniformizada, portando o cantil e o chapéu, identificada como integrante do

Oitavo Regimento de Infantaria do Exército da França, de 1860<sup>14</sup>. Fora, porque é representada numa imagem estilizada - mulher esguia, loira, maquiada, marcante batom vermelho nos lábios, sobrancelhas bem aparadas e com luvas, em pose de modelo, apresentando a roupa e seus acessórios. Não há como associá-la aos campos de batalha, mas às passarelas da moda, daí encontrar-se “fora” dos códigos da corporação militar. Nesse jogo de linguagens, invertem-se os sentidos que, ao mesmo tempo, autorizam a presença das mulheres na guerra e também a desautorizam.

Assim, embora vestida com trajes que a cobrem da cabeça aos pés, ela é apresentada em pose sensual, em contraste com os quatro distintivos colocados no peito, signos que as inscrevem como combatentes oficiais na ordem militar. Nesse jogo, ela carrega medalhas, como os demais combatentes que atuaram em campanhas bélicas, porém, é representada com uma fisionomia indiferente à guerra e fora do círculo militar.

**Figura 04 – Vivandeira do Regime de Infantaria**



Fonte: [www.dressreform.tripod.com/vivcant](http://www.dressreform.tripod.com/vivcant), Março, 2005.

---

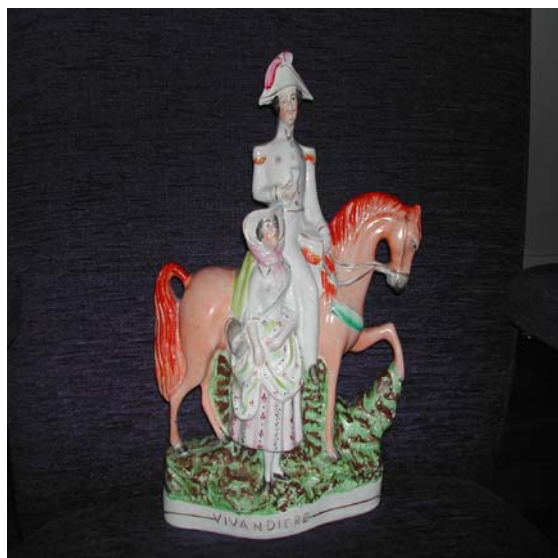
<sup>14</sup>Acervo particular de Luce Ries, disponível na web no site <http://dressreform.tripod.com/vivcant.ht>. Acesso em: 16/03/2005.

Embora vários dos registros consultados façam referência às vivandeiras como mulheres que possuíam pele bronzeada pela exposição constante ao sol, nas imagens dispostas nos museus, o que se vê é sua representação como mulheres de faces brancas, claras, associadas às da classe alta e média, raramente expostas ao sol, ao trabalho sob a luz solar direta. São representações que as distanciam do espaço da guerra, materializadas nas esculturas, pinturas, desenhos, fotografias que remetem a uma imagem estilizada das vivandeiras, distantes daquelas que escolheram a “vida verdadeira”, isto é, combatendo e marchando junto às tropas em guerra, sob chuva, sol e vento.

A iconografia prolifera um imaginário social atravessado por variadas representações que alimentam a imagem da vivandeira fora do espaço da guerra, com traços recorrentes do engendramento que evoca para a naturalização dos papéis sociais da ordem binária do gênero em termos de masculino/feminino, superior/inferior, principal/secundário etc.

“Dentro da ordem” é como foram representadas várias das práticas que as configuraram como vivandeiras, isto é, na posição de auxiliar do homem: enfermeiras, comerciantes, abastecedoras de víveres, água, conhaque etc. Também, nas imagens materializadas nas artes estatuárias - uma vivandeira, ao lado de um oficial da cavalaria e uma vivandeira em uniforme oficial de 1861 -, o investimento no sentido de servir às tropas e de posição inferiorizada evidenciam-se em ambas as imagens visualizadas abaixo. Elas estão com os barris e a pé.

Figura 05 - Estatueta de vivandeira



Fonte: [www.vivandiere.net/JohnVerhoevenstatuj](http://www.vivandiere.net/JohnVerhoevenstatuj)

Figura 06 - Escultura de vivandeira



Fonte: [www.regmqm.com/scultures](http://www.regmqm.com/scultures)

Essas duas imagens<sup>15</sup> reiteram, portanto, os sentidos conferidos à representação de vivandeira que se quer disseminar: uniformizada, disciplinada, com a conduta normatizada, segundo as regras militares da corporação, assujeitada aos seus códigos, “dentro da ordem”. Nessas imagens, elas não são desviantes, nem “párias” que acompanhavam as tropas, sem lei, sem normas, pelo contrário, estão enquadradas. Nesse enquadramento, há o propósito de atenuar o efeito da atuação das mulheres “fora da ordem”, isto é, no espaço da guerra.

A imagem à esquerda refere-se ao período napoleônico, momento de formação do império francês e de valorização das mulheres nesse projeto. Sem armas, com o cantil e o chapéu, ela está representada no exercício das funções socialmente definidas como de sua competência: acompanhando o soldado para lhe servir, seja com alimentos ou com cuidados. Trata-se, portanto, de imagem que veicula o sentido naturalizado da divisão sexual de papéis, ou seja, “dentro da ordem” patriarcal.

<sup>15</sup> Essas duas imagens foram localizadas em uma coleção particular disposta em *site web*. No acervo não há registros da autoria das peças nem o período em que foram feitas. Tanto a estatueta como a escultura da vivandeira remete ao período napoleônico, no entanto, não encontrei referências que me assegurem dizer que essas imagens foram disseminadas na França dessa época.



A imagem à direita também se investe nesses sentidos, o de uma suposta “essência” da natureza feminina, que predestina as mulheres a viverem para servir aos outros: no caso, “suavizar” as mazelas da guerra: a violência, os saques, os estupros, os ferimentos e as mortes. A vivandeira é uma presença autorizada, na medida em que sua atuação restringe-se a servir as tropas com comida e bebidas. Tal como em outras imagens, também não se vê nessas duas nenhuma arma, mas o cantil, a cesta e o uniforme oficial. Essas foram as “armas” de combate das mulheres na guerra, segundo a referida representação.

A imagem apresentada a seguir, figura 07, é uma mini-estatueta, comercializada como brinquedo ou *souvenir* que retrata uma vivandeira da 15ª Companhia do Corpo da Infantaria Francesa de 1809. O texto evidencia que “as vivandeiras tinham uma posição semi-oficial na Unidade do Exército francês, vestiam uniformes desgastados como os *zouaves* e comercializam licor, tabaco e outros tipos de líquidos e víveres à tropa”<sup>16</sup>.

**Figura 07 - Vivandeira em *souvenir***



Fonte: [www.cgi.ebay.com/Valiant-miniature](http://www.cgi.ebay.com/Valiant-miniature)

---

<sup>16</sup> Na embalagem do brinquedo, inscrições a respeito da vivandeira *souvenir* informam que elas “tinham uma posição semi-oficial” e reafirmam a posição de inferioridade na hierarquia do Exército. O texto e a imagem que retrata essa vivandeira *souvenir* está disponível em: [www.cgi.ebay.com/Valiant-miniature](http://www.cgi.ebay.com/Valiant-miniature) - Vivandiere-French. Acesso em: 20/05/2005.

O *souvenir* acima, identificado como uma vivandeira, representa o funcionamento da tecnologia social de gênero, produz efeito de feminino inferiorizado em relação ao masculino em corpos, comportamentos e relações sociais. Além de registrarem a integração das vivadeiras nos quadros da corporação militar como “semi-oficial”, sua incorporação se fazia junto aos *zouaves*, batalhão inferiorizado em relação aos demais que formavam o Exército Nacional francês. Assim, o ato de nomear a posição das vivadeiras como “semi-oficial” opera na reprodução de relações de gênero, uma vez que minimiza sua participação na ordem oficial como combatente. Ao inverter esse posicionamento, é possível perceber também na imagem do *souvenir*/brinquedo uma mulher militarizada, uma vivandeira incorporada às tropas, disciplinada, forte e resistente, capaz de suportar o peso físico do barril cheio de licor e da sacola carregada de víveres, tabaco e armas, bem como da luta armada. Trata-se de uma imagem que se aproxima, mas também se distancia da imagem da vivandeira estilizada, disposta no *Museu de Armas de Paris*. Nessa perspectiva, é representação que confirma e também confronta a ordem assentada na lógica binária de gênero, da divisão sexuada dos papéis sociais, que estabelece o doméstico como espaço feminino e o público como espaço masculino. Portanto, essa imagem se apresenta tanto dentro como fora da ordem do gênero.

Trata-se de divisão reafirmada em várias das imagens analisadas, implícita ou explicitamente. Nessa última situação, enquadra-se a figura 08, em que uma *vivandière* é retratada com seu marido e seu filho. Essa imagem aparece no livro “*L'Armee francaise et ses cantinieres*”, de 1859.

**Figura 08 - Vivandeira seu marido e filho**



Fonte: [www.fressreform.tripod.com/vivcant.htm](http://www.fressreform.tripod.com/vivcant.htm)

A imagem está ancorada na representação da família para reforçar a importância da guerra na defesa dos valores fundamentais de uma nação. Reafirma, assim, aquela instituição como base da sociedade. A construção do ambiente de campo de batalha é feita de forma idealizada. Sem violência, o casal segue seu percurso sem luta, em perfeita ordem familiar, carregando o filho. A significação de domesticidade é criada pelo uso da imagem da família tradicional, dentro da ordem patriarcal, pai/mãe/filho, localizados no espaço da guerra, na defesa desses valores.

É visível também o investimento feito para conter o efeito desestabilizador da presença das mulheres junto às tropas, acompanhando o marido/filho. Aqui o reforço é exagerado: pai, mãe e filho formam o exemplo da família conjugal em pleno campo de batalha, reunidos em torno da guerra, na luta pela defesa da pátria. Família e pátria, dois valores comuns ao *ethos* burguês e cristão, são reafirmados nas imagens sobre as guerras do período napoleônico. Na guerra, a vitória sobre os inimigos dependeria do apoio das

famílias, e não somente das tropas. Cada um ao seu modo, na defesa de uma família maior: “a pátria amada”.

**Figura 09- Vivandeiras de Bresta - Jean Baptiste Pater**



Fonte: Museu Público Casa de Hertford – França

Na pintura identificada como a de número 09, de Jean Baptiste Pater<sup>17</sup>, percebe-se a difusão de uma imagem igualmente idealizada de um campo de batalha: não há feridos, mortos, sangue ou violência. Sugere-se justamente o oposto: uma cena doméstica que lembra mais um piquenique, um passeio ao campo. O sentido que se veicula é aquele emanado da ordem patriarcal e burguesa, em que homens e mulheres convivem de acordo com os papéis definidos dentro do “contrato sexual”, tal como o define Carole Pateman:

O contrato sexual deve-se enfatizar, não está associado apenas à esfera privada. O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada. O contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade. Os homens passam de um lado para o outro, entre a esfera privada e a pública, e o mandato da lei do

<sup>17</sup> Pintura do artista francês Jean Baptiste Pater, pertencente ao *Museu Público Casa de Hertford*, França. Óleo sobre tela com medidas de 46,7 cm x 59,5 cm; pintura que retrata as vivandeiras em campo de combate, por volta do século XIX. A pintura integra a Coleção de Arte de Wallace, inscrita no inventário sob o número 452.

direito sexual masculino rege os dois domínios. (PATEMAN, 1993:29).

Observa-se, também, que o “patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada”. Não por acaso, a imagem de relações sociais constituída sob essa ordem, representa o contrato da guerra, naquele momento e sociedade. No cenário campestre, que mais parece um espaço de convívio social burguês, cavalheiros e damas, reunidos no campo, praticam a autorizada convivência heterossexual, o convívio social entre mulheres e homens durante o século XIX. Assim, um acampamento de guerra se transforma em espaço de recreação. Combatentes confraternizam-se em momento de lazer e ócio. Enfim, o pintor retrata as vivandeiras em cena recreativa, longe dos campos de guerra. Nessa construção, evidencia-se a *política de silenciamento* imposta às mulheres que foram ao campo de combate e, ao mesmo tempo, confere visibilidade à presença delas como agradáveis companheiras de convívio social.

Além dessas representações, há outras, presentes na mídia impressa e em anúncios publicitários, as quais serão analisadas a seguir.

#### **1.4 Representações de vivandeiras na imprensa ilustrada e em anúncios publicitários**

A imprensa ilustrada visualizou a vivandeira, no exército francês, em imagem veiculada no jornal “Notícia Ilustrada do Londres”, em 1859. Nessa imagem, reafirma-se o sentido da presença das mulheres no palco da guerra: ela é a vivandeira que cuida de um soldado ferido. Ela está sem uniforme, vestida à paisana, exerce a função de enfermeira. Se sua presença na guerra é um deslocamento, o sentido veiculado dispõe a vivandeira dentro da ordem, já que se encontra realizando serviços convencionais, atribuídos à sua condição de gênero: ela é a mulher que doa afeto, esquece-se de si para cuidar dos outros.

Figura 10 – Vivandeira no Exército francês – desenho de 1859



Fonte: [www.85eme.or/his/cantuk](http://www.85eme.or/his/cantuk)

Na imagem veiculada em 1859, no jornal “Notícia Ilustrada do Londres<sup>18</sup>”, observa-se uma construção em que há um “dispositivo amoroso”, tal como o percebe Tânia Navarro-Swain, ao assinalar que tal dispositivo

investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem. As profissões ditas femininas partilham estas características: enfermeira, professora primária, doméstica, babá, etc (web, 2006).

A produção da vivandeira, de uma construção em “corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem”, é urdida na trama formada pelos dispositivos amorosos e da sexualidade. As imagens veiculadas sobre a guerra produzem e reproduzem tal espaço como de domínio masculino, posicionado como lugar da ação de homens fortes e destemidos. Assim, as mulheres que nele se inserem, que

<sup>18</sup>As imagens das figuras 10 e 11, desenhos de vivandeiros veiculadas no jornal “Notícia Ilustrada do Londres” foram obtidas no site [www.85eme.or/his/cantuk](http://www.85eme.or/his/cantuk). Acesso em 20/05/2005.

nele atuam, devem agir posicionadas nos seus devidos lugares. Devem dedicar-se aos outros, amá-los e renunciar a si para viver para os outros. Nessa produção dos corpos femininos, os funcionamentos do *dispositivo amoroso* e da *sexualidade* se entrelaçam. Como assinala Lessa,

O dispositivo amoroso e a sexualidade formam a trama na qual se tece e se produz o feminino, na objetivação, que é indissociável do processo de subjetivação, na produção do sujeito de um saber e na produção do saber sobre um sujeito por um meio de práticas discursivas e não-discursivas diversas (2007:214).

### O *dispositivo da sexualidade*, segundo Foucault,

funciona de acordo com as técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder [...] O dispositivo da sexualidade tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (1993:101).

A noção de *dispositivo da sexualidade*, elaborada por Michel Foucault permitiu refletir sobre as “verdades” instauradas sobre as vivandeiras, aquelas que se tornam eixo definidor das pessoas e que as colocam em um lugar no mundo, que define as regras do *contrato sexual*, como se viu nas análises anteriormente abordadas e se verá em algumas posteriormente.

Na figura 11, a seguir, também veiculada no jornal “Notícia Ilustrada do Londres”, percebe-se o uso da imagem da vivandeira para depreciar e ridicularizar o exército francês, ao retratar a cena em que este é conduzido por uma mulher e ao investir no sentido da incapacidade militar técnica e combativa dos oficiais e dos soldados daquela corporação. Tal representação desdobra-se, porém, em sentidos outros, dentre eles, o da ativa participação das mulheres vivandeiras nos campos de combate. Embora não reconhecidas nessa atuação, não se pode deixar de imaginá-las na posição de comando, de modo que se inverta e se conteste a produção discursiva sobre a presença das mulheres na guerra. Afinal, o uso retórico dessa imagem não se deu por acaso.

Figura 11 – Vivandeira à frente do Exército francês



Fonte: [www.85eme.or/his/cantuk](http://www.85eme.or/his/cantuk)

A figura 11 interpela idéias e valores presentes no imaginário social acerca da atuação de mulheres na guerra, condutoras dos destinos da nação, haja vista a tradição fundada com Joana D'Arc, combatente e comandante dos franceses na guerra contra os ingleses<sup>19</sup>.

Outras imagens trazem à luz a produção da vivandeira por meio de anúncios publicitários. Neles, a imagem delas é utilizada para interpelar o consumidor. Práticas sociais como essa, de maneira enunciativa, oferecem um produto ancorado na imagem da vivandeira, de modo a reafirmar o sentido de

---

<sup>19</sup> Os conflitos entre França e Inglaterra entre 1337-1453, também conhecidos pela expressão “Guerra dos Cem Anos”, foram a primeira grande guerra européia que provocou profundas transformações na vida social, econômica e política da Europa Ocidental, caracterizada pela crise do sistema feudal. Esses conflitos também instauraram novas concepções na arte de guerrear, já que a guerra deixava de ser assunto somente de homens e nobres para ter no comando uma mulher camponesa que lutava por seu rei e sua nação, a França. Em 1431, a combatente Joana D'Arc foi aprisionada, posteriormente, julgada e executada na fogueira pelos ingleses, por supostas práticas de feitiçaria. Em 1920, Joana D'Arc foi canonizada pela Igreja Católica como Santa Joana D'Arc. Trechos do processo de Joana D'Arc podem ser conferidos na obra de SACKIVILLE-WEST (1964).



disponibilidade dos corpos femininos, da mulher produzida para agradar o homem, engendrada nas tramas dos *dispositivos da sexualidade e amoroso*. Tal como o charuto, a mulher seria um objeto a ser consumido para dar prazer ao sexo oposto.

Dessa forma, a teia de sentidos conferidos às imagens/representações ancora modelos pré-estabelecidos de vivandeiras. Como bem assinala Denise Jodelet,

a ancoragem enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência. Entretanto, nesse nível, a ancoragem desempenha um papel decisivo, essencialmente no que se refere à realização de sua inscrição num sistema de acolhimento nocional, um já pensado. Por um trabalho da memória, o pensamento constituinte apóia-se sobre o pensamento constituído para enquadrar a novidade a esquemas antigos, ao já conhecido (2001: 38-39).

A criação discursiva produzida pelo anúncio publicitário do charuto ancorado à imagem da vivandeira incorpora e reincorpora um conjunto de significações socialmente construídas para definir tanto o charuto, quanto a vivandeira. Não obstante, a reafirmação dos mesmos sentidos evidencia nessa imagem a ressemantização operada na representação da vivandeira, visualizada em rótulo de charuto<sup>20</sup>. No momento entre guerras, no contexto da *belle époque*, ela foi glamourizada, ao ser representada como uma atriz de *Hollywood*, para vender um produto consumido por homens: o charuto. Na estilização, houve o investimento em sentidos outros, sentenciados e/ou esmaecidos na imagem militarizada das vivandeiras: vaidade, *glamour*, romance, sedução.

Flores, brincos, colares, cabelos longos e decotes substituem o barril, o chapéu, a espada, o uniforme militar que esconde o colo e as formas, atributos vistos como específicos do feminino, como configuradores de “corpos-em-mulher”, prontos a se darem, a serem consumidas.

---

<sup>20</sup> A imagem da vivandeira estampada no rótulo da embalagem de charuto comercializado em Tobacco, Antilhas, por volta de 1930, foi obtida no site [www.vivandiere.net/cigarviv](http://www.vivandiere.net/cigarviv). Acesso em: 20/05/2005.

Figura 12 – Vivandeira em rótulo de charuto



Fonte: [www.vivandiere.net/cigarviv](http://www.vivandiere.net/cigarviv)

Estabelecidos na construção discursiva, esses sentidos incluem a seleção do que pode e do que não pode ser dito, do que é verdadeiro e do que é falso, na ordenação do sistema social e da rede simbólica que o envolve. Como assinala Orlandi (1993:75), ao refletir sobre o jogo incessante do discurso: este se organiza como movimento, uma vez que a qualquer momento, o discurso das “margens” pode ser reapropriado e ressemantizado pelo discurso social. Assim, não se pode estar fora do discurso tanto como não se pode estar fora da história, já que a própria etimologia da palavra discurso se apresenta, nas palavras de Orlandi (2003:15), como um dis-curso, ou seja, produz uma idéia de curso, de movimento, de percurso, de caminho que se move, é a palavra em movimento, é a prática de linguagem. A imagem glamourizada da vivandeira apresenta a operacionalidade do *dispositivo amoroso*, ou seja, aquilo que, ao criar os corpos-em-mulheres, “dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus pensamentos, seus comportamentos” (NAVARRO-SWAIN, web, 2006). Nesse funcionamento, “a naturalização das imagens e das práticas sexuais não passa de mais uma essencialização dos corpos, travestidos em sexo”. (Idem, ibidem).

A representação de vivandeira, produzida e veiculada nas primeiras décadas do século XX, por volta de 1930, pauta-se na imagem da mulher como produto de consumo, mulher fútil, melindrosa, sedutora e perigosa, nos termos de Rago (1991:63). Perigosa, porque, ao romper com a imagem da abnegada dona de casa, dedicada aos filhos, ao marido e aos afazeres domésticos, com seu comportamento independente, mundano, autônomo, enfim, moderno, ameaçava alguns valores da ordem patriarcal (MUNIZ:2003), sem comprometer, contudo, seus fundamentos. Isso porque permanecia a concepção de sua existência atrelada ao outro, a agradar o homem, seduzi-lo, despertar nele a virilidade do macho, reafirmar a dominação masculina. Afinal, fumar aquele charuto que trazia na embalagem a glamouroza vivandeira era duplamente prazeroso, pois consumir o charuto associava-se também ao prazer de consumir aquela mulher que oferecia ao consumidor tão precioso produto. Da mesma forma, a vivandeira tornou-se ícone em outros meios, conforme veremos a seguir.

### **1.5 - Vivandeiras nos cartões-postais, selos e calendários de moda**

Com a invenção do daguerreótipo<sup>21</sup>, em 1839, impressão da imagem em metal, a fotografia deixou de ser apenas experimentação e tornou-se uso rapidamente difundido, ao lado do exercício profissional para sua produção. Se para Susan Sontag, “imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade” (SONTAG, 2004:14-15), também, para mim, os cartões-postais com imagens de vivandeiras são “pedaços” desse seu mundo. Elas estão retratadas

---

<sup>21</sup>Em meados da década de 1840, o processo negativo-positivo de *Fox Talbot* começou a substituir o daguerreótipo (o primeiro processo fotográfico viável). O daguerreótipo, que só permitia um original montado como jóia em estojos especiais, teve circulação restrita. Uma década depois, um fotógrafo alemão inventou a técnica de retocar o negativo. A técnica que permitiu a expansão da fotografia nas décadas de 1860 e 1870 foi a "dobradinha", negativo de colódio úmido e cópia sobre papel albuminado. A elaboração de um negativo à base de colódio sobre chapas de vidro ou metal e a possibilidade de produção de múltiplas ampliações sobre papel agilizou a produção e reprodução de registros fotográficos. Livres da necessidade de fazer escolhas rigorosas (como faziam os pintores) de quais imagens eram dignas de se contemplar (SONTAG, 2004:102-103).

nos cartões-postais que circularam como veículos das fotografias nas últimas décadas do século XIX. Algumas dessas vivandeiras foram retratadas em poses de estúdios, vestidas a caráter, para serem comercializadas como *souvenirs*, como recordação da guerra.

Por volta de 1854, popularizou-se o uso de pequenos retratos, conhecidos como *carte-de-visite* por terem o tamanho de um cartão de visita. Eles eram oferecidos a amigos e parentes com dedicatórias escritas no verso. Esses cartões não apenas alimentaram as relações de amizade, de parentesco e de convívio social de uma época, mas também permitiram acessar as sensibilidades do período e de suas práticas sociais, depositárias que são de uma memória social, familiar e afetiva. As situações comuns e as excepcionais foram objeto desse propósito de suposta eternização de momentos, lugares e pessoas que as lentes dos fotógrafos prometiam captar e congelar. Nessa lógica, as guerras foram objeto de seus registros. Tornaram-se possibilidade de negócio para os incipientes fotógrafos que despontavam com suas câmaras nas mãos.

O ritmo vertiginoso de mudanças no sistema de comunicação desse período incluiu a disseminação da fotografia na França, sendo as vivandeiras e a guerra alguns de seus temas. Elas foram retratadas em cartões-postais, pois como afirma Sontag, “a fotografia tornou-se um dos principais expedientes para experimentar alguma coisa [...] as câmeras começaram a duplicar o mundo” (2004:26).

Certamente, com a fotografia, ampliaram-se as possibilidades de circulação e disseminação de imagens do mundo sócio-cultural por meio desse aporte visual, imagético. Como bem assinala Walter Benjamin, a técnica deslocaria o objeto do domínio da tradição, para “um tempo em que a arte deixa sua função ritual para assumir sua posição política” (BENJAMIN, 1985:165-177). No caso das imagens produzidas e veiculadas sobre as vivandeiras, percebe-se esse fenômeno da exposição e superexposição “aos olhares mais dispersos”: são reproduções que remetem o observador para os campos de guerra e fora deles, assim como a atuação das mulheres na guerra. Desloca-se esse objeto do domínio da tradição e o posiciona politicamente, à

exposição de domínio público. Sou mesmo levada a pensar que a circulação dessas imagens de vivandeiras foi uma das desestabilizações operadas no que tange à demarcação sexuada dos papéis.

A veiculação da imagem da vivandeira por meio da fotografia respondeu por um rico acervo de imagens abrigadas, sobretudo, nos cartões-postais que circularam no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Essa prática funcionou como uma tecnologia social do gênero, ao produzir efeitos de feminino e masculino em corpos, comportamentos e relações sociais. Como bem assinala Navarro-Swain, “materializar corpos sexuados em um sistema de sexo/gênero, binário, heterossexual, difundindo representações hierárquicas e assimétricas de sexo e sexualidade em imagens e discursos” (2000:71), reaviva a divisão dos papéis sexuais. Não se pode desconhecer, todavia, que a imagem fotográfica, como campo de poder que é, não apenas confere como também cria sentidos. Como aponta Susan Sontag,

a humanidade permanece impenitente, presa dentro da caverna de Platão, regozijando-se, segundo seu costume ancestral, com meras imagens da verdade. Mas ser educado por foto não é o mesmo que ser educado por imagens mais antigas, mais artesanais. Em primeiro lugar, existem à nossa volta muito mais imagens que solicitam nossa atenção. O inventário teve início em 1839, e, desde então, praticamente tudo foi fotografado, ou pelo menos assim parece. Essa insaciabilidade do olho que fotografa altera as condições do confinamento na caverna: o mundo. Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas idéias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver (SONTAG, 2004:13).

**Figura 13 - Fotografia de três cantineiras, 1870**



Fonte: [www.dressreform.tripod.com/vivcant.html](http://www.dressreform.tripod.com/vivcant.html)

Na fotografia da figura 13, posam três cantineiras/vivandeiras, identificadas como integrantes do Segundo Regimento de Infantaria Francesa de 1870<sup>22</sup>. A única mulher identificada é a primeira da direita, Marie-Francoise Brehaut. Ela tinha 42 anos na época, o que mostra que nem todas as vivandeiras/cantineiras eram mulheres jovens, nem todas eram “filhas do regimento”. Percebe-se uma certa sincronia de gestos, feições e poses, o que aponta para condutas normalizadas, engendradas na disciplina militar. Essa impressão é reforçada pelo uso do uniforme comum: saias, jaquetas, chapéus, cantis, cintos e calças sob as volumosas saias. A pose séria, contida, das três companheiras, acompanha o costume da época nas fotografias de soldados

---

<sup>22</sup> A foto que retrata as três cantineiras/vivandeiras francesas data por volta de 1870, período em que foi deflagrado em Paris, na França, o movimento conhecido como “Comuna de Paris” (março de 1871). As mulheres tiveram atuação efetiva nessas lutas revolucionárias, “elas se puseram diante das tropas governamentais e impediram com seus corpos, que os canhões fossem retirados e incitaram o proletariado e a Guarda Nacional à defesa de Paris [...] As revolucionárias na Comuna adquiriram importância não só como lutadoras das causas sociais, mas como feministas, que pertenciam à classe operária ou aos setores médios, identificados com as lutas pela conquista de uma república social com igualdade de direitos” (COSTA, 2003:578-579).

com seus companheiros de farda e de guerra. Nesse sentido, é visível o investimento na idéia de igualdade.

**Figura 14 – Vivandeira na Companhia de Soldados , 10º Regimento de Infantaria, batalha no front (1886)**



Fonte: Museu Napoleonien de Fontainebleau

A fotografia reproduzida na figura 14 retrata um momento do cotidiano da guerra e, não por acaso, inclui uma vivandeira. Ela está posicionada no centro, rodeada por soldados que, juntos, formam um escudo “protetor” em torno de sua pessoa, única nota dissonante da composição. O olhar e a perspectiva de interpretação e de significação invertem-se sob a presença dessa vivandeira. Assim, ao invés de remeter à idéia de que a vivandeira é protegida pelos valentes oficiais, a posição inverte-se. Ela se torna personagem principal, a mulher da qual todos os soldados e oficiais dependem, em termos de abastecimento, cuidados com os feridos, amaciamento das agruras da guerra. Muda-se o sentido de frágil para forte, sem deslocar, porém, seu lugar dentro da ordem militar.

A figura também aponta para os critérios desiguais de distribuição de mulheres nos batalhões do exército francês em 1886. É visível a desigualdade das posições das mulheres nesses corpos, já que eram

distribuídas na proporção de um por um nos corpos de infantaria, três por um nos batalhões de cavalaria e em quatro por um nos pelotões de comando<sup>23</sup>. Na referida imagem, há a informação de que essa vivandeira pertencia ao 10º Regimento de infantaria, o que revela, no mínimo, três inconsistências: ou essa determinação não era cumprida, ou no 10º Regimento de Infantaria, a única vivandeira fotografada era a mascote de guerra; ou as demais integrantes do regimento não foram fotografadas.

A imagem de número 15, de uma vivandeira<sup>24</sup> representada como “filha do regimento”, parece ter sido uma série assim denominada, pois a encontrei em vários registros pesquisados. Alguns cronistas referem-se às “filhas do regimento” em razão da pouca idade com a qual foram incorporadas, garotas jovens que seguiam suas mães e que tinham que permanecer junto às tropas, como “verdadeiras filhas”.

**Figura 15 - Vivandeira calendário de moda- Lizzi Jones “Filha do Regimento”**



Fonte: [www.sallyqueenassociates.com/girls61](http://www.sallyqueenassociates.com/girls61)

---

<sup>23</sup> Sobre a distribuição das mulheres nos pelotões combatentes, ver “A História da Vivandeira”, texto original em francês, disponível no site web [www.vivandiere.net/hist.html](http://www.vivandiere.net/hist.html). Acesso em: 02/04/2005.

<sup>24</sup> Vivandeira em calendário da moda de 1999, imagem que retoma a matriz francesa. Nessa imagem, M. Críquete Bauer representa a vivandeira na História da Moda Feminina (Chicago 1960), com sentido ausente dos campos de guerra. Maiores informações consultar: [www.sallyqueenassociates.com/girls61](http://www.sallyqueenassociates.com/girls61).



Nessa representação de vivandeira, observa-se o investimento feito: ela não remete à guerra, mas ao mundo *fashion* da moda. Há a apropriação de uma imagem pela outra e o deslocamento de um campo de combate por outro, movimento ancorado na imagem de disciplina que a guerra evoca e, sobretudo, da presença do feminino na guerra. Essa figura deve servir de exemplo para as outras e, sobretudo, como referência de produtos destinados às mulheres de modo a torná-las como a modelo representada: alta, magra, jovem, elegante.

Tal como o gênero, a moda produz o efeito de produção dos corpos e comportamentos segundo os padrões estéticos vigentes. A moda dita a moda, assujeita mulheres e homens à normas de um padrão estético. Ela molda corpos, em corpos femininos e masculinos, seguindo os padrões estéticos definidos para o físico e a roupa que o veste. Para Roland Barthes,

a moda resolve a passagem do corpo abstrato para o corpo real [...] de três maneiras. A primeira consiste em propor um corpo ideal encarnado: é o da manequim, da *corv-girl*; [...] a segunda consiste em decretar todos os anos que certos corpos (e não outros) estão na Moda; evidentemente, esta solução representa um compromisso entre a estrutura pura e o fato literal: por um lado, trata-se, na verdade, de uma estrutura, pois o modelo é fixado abstratamente, anterior e exteriormente a qualquer dado real; e por outro lado, essa estrutura nasce completamente penetrada pelo fato, na medida em que ela é sazonal e em que encarna logo, empiricamente, em certos corpos e não noutros, de modo que não se consegue saber se a estrutura se no real ou o seleciona. A terceira solução consiste em acomodar o vestuário de tal modo que transforme o corpo real e consiga que ele signifique o corpo ideal da Moda: alongar, tufar, adelgaçar, avultar, diminuir, afunilar – por meio desses artifícios, a Moda afirma poder submeter não importa que acontecimento à estrutura que postulou: esta solução exprime um certo sentimento de poder: a Moda pode converter todo e qualquer sensível no signo que ela escolheu, o seu poder de significação é ilimitado. (BARTHES, 1999: 286-287)

Como o poder de significação da moda é ilimitado, ela impõe sentidos que passam a circular como verdade, que são afirmadas e reafirmadas com esse efeito de verdade, de algo que acaba sendo naturalizado como presente à ordem das coisas, como por exemplo, feminino/masculino, feminilidade/masculinidade, etc. Todavia, como atesta Tereza de Lauretis: “feminilidade é puramente uma representação, um posicionamento dentro do modelo fálico de desejo e significação; não se trata de uma quantidade ou de

uma propriedade da mulher” (LAURETIS,1994:230). Assim, a moda é mais uma dentre as diversas *tecnologias de gênero*, entendido o gênero como produto e processo de diversas tecnologias sociais, como

representação e auto-representação, produto de diferentes tecnologias sociais, [...], e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana. Assim como a sexualidade, o gênero não é propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas nas palavras de Foucault, ‘o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais’. (LAURETIS, 1994:208)

Os efeitos de feminino/masculino “produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” são operados igualmente pelo investimento nos significados das fotografias. Embora destoe das demais em circulação naquele período, na fotografia do cartão-postal identificada como figura 16, a vivandeira porta uma baioneta, está vestida com uniforme que lembra o dos *zouaves*, com uma medalha no peito. Inscreve-se, portanto, como uma vivandeira combatente. Foge do padrão das demais imagens que representam as vivandeiros uniformizadas, com cantil, cesta, chapéu, objetos associados à atuação das mulheres na guerra, como pessoas que serviam aos outros. Já a baioneta/fuzil/espada são objetos identificados com a ação militar e raramente reproduzida nas imagens das vivandeiros, pois é o campo de atuação que não se queria reafirmar.

Embora a pose sugira certa artificialidade, já que retira da vivandeira a “aparência de participação” do espaço bélico, não se pode esquecer, como afirma Sontag que “uma foto é tanto uma pseudo-presença quanto uma prova de ausência” (2004:26).

Figura 16 - Vivandeira do *zouave*, cartão postal (1898 a 1906)



Fonte: [www.vivandiere.net/femalezou](http://www.vivandiere.net/femalezou)

Nas imagens das vivandeiras correntemente veiculadas, elas foram representadas “dentro da ordem”, isto é, sob os signos do feminino e dos papéis a elas associados nessa imagem. A vivandeira insurge liberta de alguns desses signos, das amarras do cantil e do uniforme tradicionalmente imposto a elas. É imagem de quem quer a “vida verdadeira”, a vida no espaço bélico: ela porta uma arma, faz pose para o fotógrafo, inclina atrevidamente a cabeça, não por acaso, o texto que anuncia o cartão postal atribuí a essa imagem da vivandeira a posição de “as mulheres do futuro”. É imagem que explode com a divisão binária, ao evidenciar a presença das mulheres no campo de guerra como combatentes.

Nesse poder de significação ilimitado, as imagens são produtos e produtoras, já que orientam ações que aprisionam, libertam, assujeitam, confrontam, distanciam os padrões normativos de sua época. Essa

representação, com ênfase no poder da guerreira, é imagem que investe em atuação “fora da ordem” e também “dentro da ordem”, já que produzida sob os signos da corporação militar: uniformizada, apesar e por conta da pose atrevida e desafiadora.

Também a imagem da figura 17, uma vivandeira retratada em cartão-postal de 1929, diferencia-se das demais do conjunto analisado.

**Figura 17 - Vivandeira imperial em cartão-postal de 1929**



Fonte: [www.vivandiere.net/imperialviv.jpg](http://www.vivandiere.net/imperialviv.jpg)

Vestida nos moldes tradicionais, isto é, do Exército *zouaves* francês do século XIX, a mulher traz uma espada na cintura, costume oriental incorporado pelos soldados *zouaves* e, provavelmente, também, pelas vivandieiras do passado, já que faziam parte desses pelotões. Percebe-se que, nessa imagem, a vivandeira é representada de forma exótica, com signos e emblemas importados do estrangeiro, da África, particularmente dos argelinos. Nessa produção, há o investimento no sentido de estranhamento quanto à presença das mulheres no campo de guerra, como combatentes dos batalhões

*zouaves*. O exotismo dessa presença, bem como a dos combatentes *zouaves* é reafirmado pela imagem-síntese da vivandeira: presença singular, e, portanto, diferenciada em relação aos demais integrantes da corporação militar: franceses, nacionais e do sexo masculino.

**Figura 18 - Vivandeira vestida ao estilo *zouave*, Cartão-Postal, 1898-1906**



Fonte: <http://dressreform.tripod.com/vivcant.html>

Na figura 18, vê-se outra imagem de vivandeira, de 1906, que, num jogo de linguagem, inverte os sentidos tradicionalmente atribuídos à representação da vivandeira, e, ao mesmo tempo, acrescentam-se outros. Assim, ela está uniformizada em traje de gala, com o chapéu, o casaco e os galões, cabelos curtos, porém, sem o cantil, a cesta e as armas. É figura estilizada, cujos traços de feminilidade são ressaltados pela cintura fina, seios fartos, semblante angelical, com destaque para a face e para o olhar distante, perdido, sonhador, próprio da estética do romantismo e sua ênfase no “eterno feminino”.

Por outro lado, a imagem também reafirma a tradição da presença das mulheres no campo da guerra, como combatente integrante dos batalhões *zouavos*. É o apelo ao exótico associado ao Oriente, ao exotismo que vem de fora, de regiões desconhecidas como o território feminino. Seria a imagem de uma vivandeira? De uma moça sonhadora? De uma combatente, sem armas, dos palcos de guerra? Seu silêncio é uma denúncia aos silêncios produzidos sobre sua presença na guerra? Ao refletir sobre esse silêncio, não há como associá-lo ao exercício do poder, à violência imposta às mulheres no cotidiano da guerra, simbólica e física. Como bem assinala Orlandi,

o silêncio significa de múltiplas maneiras e é o objeto de reflexão de teorias distintas: de filósofos, de psicanalistas, de semiólogos, de etnólogos, e até mesmo dos lingüistas se interessam pelo silêncio, o da disciplina, o do exercício de poder, o da derrota da vontade etc. (1997:44)

Pensar o silêncio implica entender que o poder está disperso e circula em diferentes direções. Além disso, “o silêncio significa esse ‘nada’ se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta.” (Idem, *ibidem*: 49). Sob tal perspectiva penso as vivandeiros e os silêncios sobre suas vidas, que incluiriam atuações várias, dentre elas, as de combatentes, de guerreiras corajosas, pois o silêncio que preside os discursos sobre a guerra me faz pensar sobre o exercício do poder de construir um silêncio sobre aquelas ações para conter seus efeitos desestabilizadores nas relações sociais.

A figura 19 constitui “imagem-síntese” da vivandeira do século XX que se ancora no passado, na tradição da cantineira/vivandeira, e, ao mesmo tempo, também no presente, na tradição que está sendo inventada, a da enfermeira abnegada da Cruz Vermelha. As duas mulheres ladeando o soldado reafirmam a função autorizada, dentro da ordem, a de servir aos outros, aos soldados e à pátria. Um apoio que não inclui mais o combate nos campos de batalha e nem mesmo o serviço de abastecimento, mas os cuidados com os soldados, haja vista que não porta nem armas, nem barril, nem fuzil/baioneta e/ou espada.

Figura 19 - Enfermeira, soldado e cantineira, França, 1915



Fonte: <http://dressreform.tripod.com/vivcant.html>

Na referida imagem, vê-se a reafirmação da divisão sexuada, dos papéis operados pela tecnologia social, produtora de sexo/gênero. Como assinala Tânia Navarro-Swain,

[...] as representações sociais, veiculadas em imagens e em linguagens, traduzem o gênero em corpos sexuados e o desnudamento deste mecanismo permite a inversão das polaridades do sistema sexo/gênero: assim, é o gênero que cria o sexo. O sexo biológico deixa de ser o significante geral que abriga o binário sexual e passa a ser igualmente signo produzido no próprio seio do agenciamento social. (2000:57)

Na reprodução imagética do masculino, destacam-se sinais que o conformam como tal: o bigode, o quepe, o punhal, a cartucheira e a pose central na fotografia. Ladeado por duas mulheres, a posição do soldado reafirma o significado conferido às diferenças sexuais: de superioridade em relação ao feminino, não somente no campo de guerra, mas nas relações

sociais cotidianas. Ele é a figura central, referente, em torno da qual o feminino se organiza, se posiciona, adquire sentido.

A produção de imagens sobre as vivandeiras usou inclusive dos selos e envelopes como suporte material, como se observa nas figuras 20 e 21, abaixo:

**Figura 20 - Vivandeira em envelope patriótico de 1865**



Fonte: [www.vivandiere.net/vivstuff](http://www.vivandiere.net/vivstuff)

**Figura 21 – Vivandeira em selo patriótico**



Fonte: [www.vivandiere.net/vivstuff](http://www.vivandiere.net/vivstuff)

Nessas figuras, há novamente o uso da representação da vivandeira, investindo no sentido tradicional: a que serve bebida ao soldado com o seu cantil. Ela está no palco da guerra, na função de serva e não como combatente. Pedagogicamente, a imagem veiculada orienta para um tipo de



interpretação das representações das mulheres na guerra, bem como orienta a interpretação da conduta delas. A atuação desautorizada das mulheres em campos de batalha torna-se legítima, permitida, valorizada, em consonância com a divisão sexuada dos papéis sociais: viver para servir aos outros, aos soldados e à pátria.

Esse lugar reservado à vivandeira reforça construções de que existia um espaço na guerra autorizado às mulheres, já que suas imagens foram exibidas a partir de elementos que as colocam em posição de inferioridade, isto é, de servir. Esse aparato discursivo funcionou como uma matriz de inteligibilidade quanto à presença e à atuação das mulheres na guerra: na condição de vivandeiras. É constringida, portanto, a esse lugar de fala, às regras e interdições que estabelecem os limites de sua atuação.

**Figura 22 - Pellox, cantineira do Regimento Infantaria Zouaves (1860-1870)**



Fonte: [www.dressreform.tripod.com/vivcant.html](http://www.dressreform.tripod.com/vivcant.html)

Na fotografia reproduzida na figura 22, o fotógrafo retratou uma imagem-síntese da vivandeira, mulher forte, incorporada aos batalhões

militares, uniformizada, mas, ao mesmo tempo, ciosa de seu “lado” feminino, enfocado pela pose com as mãos na cintura e os pés cruzados. Assim, a vivandeira posa para as lentes do fotógrafo que a enquadra “dentro da ordem”, isto é, segundo o modelo oficial: uniformizada, sem armas e com cantil. Num jogo incessante, porém, a imagem remete o olhar do analista a uma vivandeira “fora da ordem”, já que o enquadramento da pose com as mãos nos quadris e pés cruzados aposta no encontro/desencontro entre gestos e corpo, entre mulher e guerra, entre a força e a fragilidade. A mão direita na cintura, a perna cruzada, o uso de uma calça por baixo da saia, os traços sem contorno dos lábios e a maneira como se apóia na mesa com a mão esquerda conduzem o observador a perceber uma mulher revestida do que se considera masculinidade. Feminino e masculino fundem-se em uma só imagem construída, aspecto que revela simultaneamente que essa mulher está dentro e fora da ordem.

Dessa forma, a vivandeira não corresponde ao feminino idealizado da mulher frágil. Ela é representada com um porte físico avantajado, mulher forte, séria, com feição fechada, sem traços de vaidade. Ela se configura como uma mulher da guerra, como a que possui atributos físicos de combatente. Veja-se que, quando se faz referência a uma mulher que possui signos de uma atuante da guerra, essa referência toma como modelo a masculinidade pré-estabelecida pela ordem geral, pela convenção, pela cultura, enfim. Como no *modus* de pensamento da época não fosse convencionalmente aceito que mulheres participassem da guerra, quando isso acontece, ela precisa ter traços reveladores de masculinidade.

A imagem de vivandeira retratada pelo olhar intencionado e ideológico do fotógrafo aponta para uma construção que deseja imortalizar a vivandeira como essa mulher-síntese da força e fragilidade, do masculino dentro feminino. Para Lessa (2007:208), “fotografar é aguçar os sentidos para além do ver com os olhos, vê-se com a imaginação”. É com essa percepção que vejo a representação das vivandeiros fotografadas para os cartões-postais: são poses carregadas de sentidos que afirmam uma presença ausente ou uma ausência presente, enfim, histórias imbricadas de silêncios e de ruídos.

## CAPÍTULO II

### OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA...

#### 2.1 – Memória, mulheres e guerra: relações de poder

*O silêncio significa esse “nada” se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta.*

(ORLANDI, 1997:49)

Falar sobre as vivandeiras é interpelar o silêncio que emerge da escrita memorialística<sup>25</sup> e historiográfica sobre a Guerra do Paraguai (1865-70). Aqui o silêncio é considerado enunciado porque apresenta sentidos múltiplos. Isso remete à reflexão de Michel Foucault, segundo a qual um enunciado,

é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida porque é único como acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação, finalmente porque está ligado não apenas as situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (2000:32).

Conforme mostra Foucault, o enunciado “é único como acontecimento, no entanto, está aberto à repetição, à transformação e à

---

<sup>25</sup>CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980; DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai – o comando de Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, v. 2, Tomo II; v. 3, Tomo I; FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959 (5 volumes); PIMENTEL, J. S. de Azevedo. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978; RODRIGUES SILVA, José Luis. *Recordações da Campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, 1924; SEEBER, Francisco. *Cartas sobre la Guerra Del Paraguay (1865-66)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Rosso, 1907; TAUNAY, Alfredo D’Escragnoille. *Marcha das forças (expedição de Mato Grosso): 1865-6*. São Paulo: Melhoramentos, 1928; TAUNAY, Alfredo D’Escragnoille *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Melhoramentos, 1963; TAUNAY, Alfredo D’Escragnoille *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

reativação”. São nesses enunciados que, por vezes, se abrem para “uma existência remanescente da memória” que busco investigar, ou seja, a emergência das vivandeiras em registros de documentos oficiais, como diários, correspondências de guerra - cartas e relatórios -, depoimentos de ex-combatentes, enfim, várias referências às ações de mulheres em campos bélicos. Trata-se de um “gesto de escrita” que abre para si mesmo “uma existência remanescente no campo de uma memória” sobre a guerra, particularmente a de ex-combatentes que atuaram na Guerra do Paraguai (1864-70).

Recorri também a algumas obras da historiografia<sup>26</sup>, que tratam desse conflito armado, uma vez que os percebo igualmente inscritos em determinadas formações discursivas, cujos elementos podem ser identificados

[...] entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamento). (FOUCAULT, 2000:43).

Tal historiografia é percebida, portanto, como escritos dos/as historiadores/as, como um discurso dentre uma série a respeito do mundo, como um discurso sobre o passado, mas presente deste que produz efeito de verdade, que circula como verdade, que funciona como verdade. Nesse sentido, estou pensando a história e sua escritura como qualquer produção discursiva e, como tal, inscrita nas condições históricas que possibilitaram sua existência, ou seja, presidida por relações de poder, por disputas políticas e ideológicas dentro e fora da academia (ALBUQUERQUE JR, 2006:194).

---

<sup>26</sup> Dentre as obras historiográficas priorizei: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002; DOURADO, M. Teresa Garritano. *Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis. A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: UFMT, 2005; DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs). *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001; PERNIDJI, Joseph E; PERNIDJI, Maurício E (orgs) *Homens e mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Imago, 2003; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma (orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Nessa ótica, sintonizada, portanto, com as reflexões de Foucault (2000), não há como perceber as fontes como prova do que ocorreu no passado, mas como acontecimento discursivo e, como tal, precisa ser decifrado, pois “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2000:08). Assim, cabe aos historiadores/as trabalhá-la, isto é, organizá-la, recortá-la e estabelecer as articulações com a teia discursiva da qual faz parte.

Com esse intuito, investigo as imagens/representações/enunciados que se referem às vivandeiras a partir das memórias de ex-combatentes, sem a pretensão, como afirma Lessa, de “buscar as vozes do passado, mas construir uma narrativa que comporta o local de ancoragem desses discursos e de construção de narrativa de seu passado” (2007:165). Estou ciente, portanto, de que não conseguirei colher das memórias documentárias o fio condutor de uma narrativa, pois aquelas se formaram por processo de acumulação de conhecimento, entrelaçadas pelas relações de cultura e de poder. São depositários de vozes e falas do passado que autorizam o discurso de determinada sociedade e época, além de produzirem uma verdade sobre elas.

A memória já foi pensada apenas na sua dimensão individual, na concepção que diz respeito à faculdade de alguém de reter e recordar fatos passados, correspondendo a uma função psíquica. O conceito de memória social ou coletiva surgiu na passagem do século XIX para o século XX e foi Henri Bergson<sup>27</sup> um dos primeiros teóricos a explicitar tal concepção. Em seu livro *Matéria e Memória*, de 1896, Bergson estabeleceu a relação entre a memória individual e memória coletiva.

Na mesma época, Émile Durkheim, na obra *Representações individuais e representações coletivas* (1895), defendeu o caráter simbólico da memória individual como traço de um complexo social mais amplo. Para

---

<sup>27</sup>O filósofo e diplomata Henri Louis Bergson é autor de várias obras, mais conhecido pelas reflexões que fez em *Matière et Mémoire* e *L'Évolution créatrice*, trabalhos estudados na atualidade por diferentes disciplinas. Para maiores aprofundamentos, consultar a obra de BERGSON (1896/2004). Ver, também, o artigo de BARONE (2003).

Durkheim (1895:xvii), “o que as representações sociais nos traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam”. Com isso, as representações permitem captar certos atributos coletivos que orientam identidades e condutas.

Foi o sociólogo Maurice Halbwachs, porém, quem consolidou tais conceitos. Em seu livro *Os Quadros Sociais da Memória*, escrito em 1925, ele demonstrou a institucionalização social da memória, construtora da identidade cultural do grupo. Um dos méritos de Halbwachs foi o de escrever sobre memória coletiva numa época em que a memória era compreendida primordialmente como fenômeno individual.

Halbwachs (2006) afirma que os indivíduos só se lembram de seu passado à medida que se colocam sob o ponto de vista de uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Além disso, foi ele quem enfatizou que tudo o que nós nos lembramos do passado faz parte das construções sociais que são realizadas no presente.

Na obra *Memória coletiva*, Halbwachs (2006) salienta que lembrar não é um processo natural, mas uma construção social configurada segundo a posição e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos sociais. Halbwachs não nega a existência de uma memória particular, individual por assim dizer, mas o centro formador desta ainda seria a memória do grupo, uma vez que a memória é acionada pelos códigos sociais e culturais que regem nossa racionalidade, nosso intelecto nessa ação. Para Halbwachs (2006), é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos como referência os quadros sociais e culturais que serviram de ponto de referência nesta reconstrução denominada memória.

Halbwachs destaca, assim, a distinção, de um lado, entre a "memória histórica", que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado e, de outro, a "memória coletiva", aquela que “recompõe magicamente o passado”. Entre essas duas direções, coletiva e individual, desenvolvem-se diversas formas de memória, que mudam conforme os objetivos que elas implicam. Dessa maneira,

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social. Algumas dessas combinações são extremamente complexas. Por isso, não depende de nós fazê-las reaparecer. (HALBWACHS, 2006:69).

Nesse sentido, Halbwachs ressalta alguns pontos fundamentais que devem ser refletidos em relação à *memória coletiva*: seu caráter social e sua ancoragem para cada indivíduo, uma vez que as percepções imediatas deslocam-se continuamente, em várias séries de pensamentos emaranhados.

Algumas críticas, porém, foram feitas à concepção da memória proposta por Halbwachs. Uma delas recai sobre sua consideração da memória como um processo apaziguado, dividido em quadros sociais, desvinculado de conceitos éticos e políticos, não relacionados, portanto, com a relação que serve ao jogo de poder. Assim, para Michael Pollak, “existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (1989:06). Para esse autor, a memória é um fenômeno construído consciente ou inconsciente, como resultado do trabalho de organização individual ou de grupos. Ainda segundo Pollak, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade [...] opõe ao excesso de discursos oficiais” (Idem, ibidem: 03).

Nessa ótica, a memória passa a ser então um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, e torna-se valor disputado no meio social. Além disso, as motivações para que essa lembrança se faça presente são provenientes da capacidade de reflexão de cada um, já que a produção de um discurso promove uma relação desse discurso em formulação com o interdiscurso ou memória discursiva, ou seja, com todos os dizeres que já foram, de fato, ditos.

A memória discursiva é discutida por Michel Pêcheux, ao afirmar que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999:52)

O que Pêcheux (1999) denomina por memória discursiva se define como uma espécie de "interdiscurso", ou seja, um discurso é sustentado por outros que o atravessam por meios de estratégias lingüísticas, históricas, sociais, culturais, e ideológicas. Isso ocorre porque algo ou alguém fala antes, em outro lugar, numa determinada situação e mediado por condições específicas de produção de sentido. São palavras já ditas, palavras esquecidas, mas que continuam presentes e nos afetam por seu "esquecimento". Se a memória é discursiva e, ao mesmo tempo, interdiscursiva, ela é presumida a partir de um determinado momento sócio-histórico, ela migra de uma situação empírica para uma posição discursiva.

O sentido da memória discursiva não está somente nas palavras, mas também antes e depois delas. A palavra remete o interlocutor para além do lingüístico, para o extra-lingüístico, para os aspectos sociais, históricos e culturais que, no decorrer do tempo, contribuem para as formações discursivas. Além disso, os sentidos não estão irrevogavelmente dependentes das intenções, mas permeados e atravessados pelas relações entre os sujeitos. Todos esses elementos fazem-se presentes na memória. Portanto, não existe o sentido em si. Ele nasce de uma ampla relação do produtor do enunciado com aspectos que o permeiam, principalmente, o histórico-cultural e o ideológico. Isso faz com que as palavras mudem de sentido de acordo com as posições em que são enunciadas, apreendidas a partir do que está na exterioridade do texto, no discurso.

Com efeito, nos registros sobre a memória da Guerra do Paraguai, observa-se a referência comum à presença de mulheres no palco do



conflito. Nem todos empregam o termo “vivandeiras” para denominar tal presença. Outros termos reafirmam alguns dos sentidos socialmente já dados ao termo ausente: mulheres que acompanhavam as tropas prestando diversos tipos de “favores”, serviçais. Observa-se, também, que, conforme o lugar social e institucional do narrador, o uso do termo “vivandeiras” se dá indistintamente de “mulheres que acompanhavam as tropas”, ambas com o sentido positivo, isto é, mulheres corajosas, combatentes, aguerridas, companheiras de guerra, anônimas e, injustamente, não lembradas pela sua atuação. Além disso, conforme o lugar de fala, existe uma hierarquização estabelecida entre as “vivandeiras”, anônimas transgressoras e damas respeitáveis, mulheres que deram sua contribuição à guerra e cuja conduta moral credenciou-as para se tornarem exemplos, para serem heroizadas na construção memorialística de conflitos armados.

## 2.2 – Historiografia e memória da guerra: vivandeiras, chinas e damas respeitáveis

O jogo de formulações simbólicas nas narrativas memorialistas sobre a Guerra do Paraguai é visível, no que concerne à presença e à atuação das mulheres nos campos de batalha. Nesses discursos, os memorialistas as categorizam em três grupos distintos: **vivandeiras**, **chinas** e **damas respeitáveis** (grifo meu). São distintas umas das outras e essa distinção assegura os correspondentes reconhecimento e tratamento social dado às “damas respeitáveis”, os quais não eram dados plenamente às chinas e às vivandeiras, consideradas “mulheres pouco respeitáveis”.

Segundo Joseph Eskenazi Pernidji,

as vivandeiras eram mulheres que seguiam as tropas, trabalhando no comércio ambulante, nos acampamentos: mulheres de soldados, lavadeiras, cozinheiras, prostitutas da tropa; *chinas*, mulher índia ou mestiça do Rio Grande do Sul, que seguia os exércitos e também bandoleiros e ajuntamentos civis, semi-prostitutas, mas não tão dedicadas quanto as vivandeiras” (PERNIDJI, 2003:14;40).

Na classificação operada, as chinas estavam acima das vivandeiras. Eram definidas como “semi-prostitutas”. Já as vivandeiras eram consideradas “prostitutas”, no sentido pleno do termo. Acima de ambas, estavam as “damas respeitáveis”, mulheres de oficiais de alta patente ou as ditas “viúvas honradas”, como Ana Néri, da qual trato adiante. As classificações imputadas por Pernidji (2003) mostram que as palavras carregam em si valores subjetivos, próprios da cultura misógina, pois como atenta Guacira Louro, “as palavras podem significar muitas coisas. Na verdade, elas são fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos” (1997:14).

Como os discursos devem ser entendidos em suas condições de produção, as denominações dadas a essas mulheres emergem de palavras enunciadas pela história e pela língua. Dessa forma, não há como não reconhecer as narrativas memorialistas como discursos atravessados pela linguagem e pela história, recheados, portanto, de sentidos pré-existentes. Conforme assinala Orlandi, o sujeito “é sujeito à língua e à história, pois para se produzir sentidos ele é afetado por elas. [...] e se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos”. (ORLANDI, 2002:49)

Sob tal perspectiva, é possível entender a classificação imposta às mulheres que estiveram nos campos de batalhas, uma vez que essa cena discursiva se faz pelas condições de produção do discurso: quem fala, de onde fala, para quem fala, do que fala, com que marcas de subjetividade. São homens que falam a partir de uma concepção de mundo patriarcal, sujeitos que ocupam o lugar para falar da presença das mulheres na corporação militar e nos palcos da guerra.

Analisando o desdobramento de cada uma dessas denominações, é possível perceber que as mulheres identificadas como “damas respeitáveis” pertenciam à sociedade burguesa. Eram aquelas legalmente casadas com oficiais de alta patente. Trata-se de mulheres integradas a uma rede familiar, social e institucional tecidas por laços da família patriarcal, na condição de “mães ou esposas de oficiais” (SALLES, 1990:126). Ao identificar essas mulheres pela posição em que se encontravam na sociedade sob o contrato sexual, os discursos masculinos dos memorialistas conferem sentidos às imagens e representações de “damas respeitáveis”,

produzindo um certo lugar social aos corpos e identidades sexuais e de gênero, reveladores dos mecanismos políticos e de poder.

As mulheres que fugiam a essas convenções são identificadas como desordeiras, desviantes, daí serem denominadas “prostitutas e semi-prostitutas”. Classificá-las como tais, inclusive como “semi-prostituta”, revela-nos a operacionalização desse jogo de linguagem presidido por convenções morais, de classe, de raça e de gênero, dentre outras. Assim, ser “semi-prostituta” estabelecia uma distinção, uma barreira entre dois pólos opostos: as prostitutas e as “damas respeitáveis”. “Semi-prostitutas” seriam as “chinas”, mulheres pobres, índias e mestiças, casadas ou não, que acompanhavam as tropas. Em razão de sua condição social de raça/etnia e de gênero, integravam o conjunto daquelas mulheres identificadas às margens da posição central: as das “damas respeitáveis” e ou das prostitutas, dependendo do lugar referente, se dentro ou fora da ordem patriarcal.

Apesar de lutarem nas linhas de frente nos campos de batalhas, os memorialistas anularam os feitos dessas mulheres, considerando-as como meras prostitutas, chinas, mulheres que acompanham as tropas vendendo seus corpos, por nada terem a perder. Para Pateman (1993:285), “a prostituição faz parte do exercício da lei do direito sexual masculino, uma das maneiras pelas quais os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres”. Na mesma linha de raciocínio, a historiadora Navarro-Swain (2005) afirma que a prostituição se efetiva pela banalização e naturalização da violência sexual e histórica:

O que é uma prostituta? Cada época tem sua definição e seus limites que vão desde a mulher que não é casada, daquela que tem um amante até a profissão que ela exerce, como até pouco tempo, no Brasil, as aeromoças, as cantoras, as mulheres que trabalhavam fora de casa. Se o termo contém uma suposta relação mercantil, a representação da prostituta atinge todas aquelas que não se enquadram às normas de seu tempo / espaço. (NAVARRO-SWAIN, web, 2005)

Observa-se a criação de sentidos para justificar, institucionalmente, a presença de mulheres junto às tropas. Eles foram estabelecidos ou para valorizar – “damas respeitáveis”, combatentes aguerrida,

heroínas de guerra – ou para desclassificar – vivandeiras e chinas, prostitutas e semi-prostitutas. Ambos os sentidos apontam para a rede patriarcal, androcêntrica e heterossexual em que estão abrigadas: são mulheres desapropriadas de si e de seus corpos, cuja existência reside em negarem-se para servir aos outros, aos soldados e à pátria.

*Vivandeiras* e *chinas* foram mulheres enquadradas no rol das “damas não respeitáveis”, identificadas que foram por denominações carregadas de sentidos pejorativo e desclassificatório. Foram mulheres identificadas como portadoras de uma sexualidade disponível e perigosa - índias e mestiças, mulheres das camadas populares, comerciantes ambulantes-, em razão de convenção de sexo/gênero, raça, classe, escolaridade, estado civil. Foram mulheres identificadas e assujeitadas nessa classificação, ao sistema de valores da ordem patriarcal.

Tal classificação é reveladora dessas convenções, conformadoras do imaginário social da época. São convenções expressas em idéias/imagens, presentes também na vasta correspondência trocada entre Caxias e o Ministro dos Negócios da Guerra, no período de novembro de 1867 a abril de 1868. Elas podem ser apreendidas nas referências feitas pelos dois correspondentes às contradições do Império brasileiro quanto ao seu projeto de formar um Exército moderno, profissional e disciplinado e sua política de incorporar “desqualificados” ao corpo do Exército para combater os paraguaios. Um contingente de “desqualificados” porque formado por indivíduos mestiços e negros, grande parte deles, escravos, alforriados e libertos.

As correspondências de guerra evidenciaram os descontentamentos entre o Exército e o Império no conflito da Guerra do Paraguai. De um lado, o projeto militar, que propunha a modernização de seus quadros, consoante ao de civilização e progresso do país, defendido pelo Exército; de outro, o projeto civilizador do governo imperial, comprometido, porém, com a instituição de escravidão. A política Imperial de abolição lenta e gradual do trabalho escravo incluiu, dentre outras medidas, a incorporação de ex-escravos alforriados e libertos nas fileiras do Exército com a criação do corpo dos “voluntários da pátria<sup>28</sup>”. Tal iniciativa governamental desagradou

---

<sup>28</sup>Em 1865, iniciou-se o recrutamento forçado para formação dos “Corpos de Voluntários da Pátria”; e o termo, *voluntários* tornou-se uma piada. Sobre a dimensão social do conflito e a

Caxias que expressou seu descontentamento, ao lamentar a situação do Exército, sobretudo, dos corpos de oficiais combatentes, afirmando que “piores se tornaram suas condições, depois que infelizmente se introduziu em suas fileiras o elemento servil<sup>29</sup>”.

Para o historiador Salles, “Caxias reconhecia que esses preceitos repousavam na exclusão e no controle disciplinar da tropa e [...] punha em perigo sua própria existência” (1990:145). Foi nesse ambiente tencionado, atravessado não apenas por embates bélicos, mas também ideológicos e institucionais que o contingente de voluntários se formou, com centenas de mulheres se incorporando às suas fileiras para lutar contra o Paraguai. Mulheres cuja presença foi sequer objeto de referência na maioria dos discursos historiográficos produzida sobre a guerra. Ou, quando mencionada, foi sob uma perspectiva binária, polarizada entre aquelas definidas como mulheres respeitáveis e mulheres não-respeitáveis, incapazes, portanto, de contemplar a pluralidade dessa experiência.

### **2.3 – Vivandeiras, entre silêncios e reducionismos historiográficos**

A vasta documentação e obras que versam sobre a Guerra do Paraguai pouco fala sobre as vivandeiras. Para encontrar traços de sua presença na referida documentação foi preciso vasculhar documentos oficiais e algumas memórias de ex-combatentes que fazem referência às ações de mulheres em diversos momentos da campanha. Isso leva à reflexão sobre o vazio carregado de sentidos que se instaurou sobre essa experiência passada, pois, como afirma Orlandi, “o silêncio não é diretamente observável e, no entanto ele não é vazio, [...] ele está nas grandes extensões, nas pausas” (1997:47).

A maioria das obras sobre esse conflito contempla as dimensões militar e política da guerra e desconsidera a participação das mulheres. O

---

utilização do termo “Voluntários da pátria”, na Guerra do Paraguai, consultar ainda a dissertação de mestrado de ANJOS, 2005.

<sup>29</sup> Cartas reservadas e confidenciais referentes à Campanha do Paraguai (1867-69). Livro 4, Arquivo Nacional, (Código 924).

discurso masculino sobre a guerra é um espaço interdito às mulheres. Tal guerra foi estudada sob a ótica convencional, isto é, a partir de seu aspecto militar, político, diplomático e econômico. Embora tenha mobilizado milhares de pessoas da sociedade, a dimensão social ainda não foi incorporada nas análises. Segundo Ricardo Salles,

a Guerra do Paraguai foi o conflito em larga escala de maior duração no contingente americano, superando inclusive a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Teve duração total de quase seis anos, estendendo-se de 11 de novembro de 1864 (tomada do vapor Marques de Olinda pelos paraguaios) a 1º de março de 1870, morte de Solano Lopez, em Cerro Cora (1990:07).

No que concerne às mulheres, instalou-se um silêncio sobre sua presença e atuação na guerra, apenas quebrado para revelá-las em posição inferior e marginal, como intrusas.

Assim, por exemplo, a obra “Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai” (2002), do historiador Francisco Doratioto, um estudo relevante e inovador sobre a guerra, atém-se, porém, à perspectiva convencional no que concerne à presença das mulheres, ou seja, reafirma o silêncio. O autor faz uso de fontes diversificadas e inova, ao rejeitar a interpretação tradicional, até então predominante na historiografia, de que o imperialismo inglês seria o responsável pelo desenrolar da luta. Inovou, também, ao rejeitar a visão populista que mitificou Solano Lopez como o grande líder militar anti-imperialista, barbaramente assassinado<sup>30</sup>.

Embora tenha se deparado com referências sobre a participação de mulheres na guerra, sob este aspecto também novo, o autor desconsiderou-as. O termo vivandeiros não aparece em sua obra. O autor cita a participação das mulheres na guerra, pautando-se nas referências de memorialistas como Alfredo D’ Escragolle de Taunay, José Luiz Rodrigues da Silva, Joaquim S.

---

<sup>30</sup> Para Francisco Doratioto, a Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições cristalizaram-se em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos [...] não há “bandidos” nem “mocinhos” como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. (DORATIOTO, 2002:93)

Azevedo Pimentel e Miguel Angel de Marco. Enfim, são relatos que pouco acrescenta sobre a presença e a ação das mulheres em linhas de combate e no cotidiano da guerra. Por certo, situa-se em um viés da guerra do qual o autor não teve como objetivo explorar, tornar visível, dizível. Afinal, a guerra, para ele, continua sendo um assunto sobre homens que deve ser tratado por homens, já que suas referências quanto à presença de mulheres são raras e pontuais. Embora não negue que mulheres estiveram no campo de guerra, na “nova história” que ele propõe sobre a Guerra do Paraguai, não as considera como combatentes guerreiras que pegaram em armas e lutaram na “maldita guerra”.

Pelo contrário, quando evidencia sua presença, é no sentido de reafirmar construtos de memorialistas, arraigados quanto à inconveniência das mulheres no palco da guerra. Assim, descreve que

as tropas chegavam do Brasil com muita bagagem e dificultavam a marcha, também retardada pelas mulheres que as acompanhavam. Em território brasileiro, o número de mulheres chegava a ultrapassar, às vezes, o de soldados, e foi reduzido durante a marcha rumo a Corrientes, devido às privações que elas tiveram que enfrentar. (DORATIOTO, 2002:189).

Parece-nos contraditório reproduzir esses discursos sem ao menos refletir sobre os relatos dos memorialistas, pois, se o número de mulheres chegava a ultrapassar o de soldados, a marcha não podia ser retardada apenas em função das mulheres que acompanhavam as tropas, já que aquelas não somente acompanhavam os combatentes, mas integravam o seu contingente.

Dessa forma, não há, assim, referência quanto à ação das mulheres em combate ou à presença de vivandeiras. A análise do autor contempla uma dimensão política da guerra, e, tal como a maioria das obras sobre o referido conflito que desconhece a participação das mulheres. É o discurso masculino sobre a guerra, isto é, trata-se de esforço de representação que reafirma a exclusão, já que considera a guerra como um espaço interdito às mulheres.

O historiador Salles (1990), assinala outros dados sobre a presença das mulheres na campanha da Guerra do Paraguai. Em sua análise

no que tange ao cotidiano do exército brasileiro em marcha, o autor menciona que diversas mulheres atuaram junto às tropas durante todo o conflito. Sem contabilizá-las, assinala que as “seguidoras” do exército “não eram apenas prostitutas e mulheres humildes de soldados que seguiam a tropa” (SALLES, 1990:126). Para o autor, essas mulheres possuíam funções diversas junto às tropas: “elas cuidavam das roupas e da comida de seus companheiros; muitas vezes atendiam-nos quando doentes; acudiam os feridos em combate; expunham-se ao fogo e, algumas vezes pegavam em armas” (Idem, ibidem:125).

Esses e outros registros sobre a Guerra do Paraguai revelam que muitas mulheres participaram lado-a-lado com os soldados na campanha bélica. Isso não foi por acaso. Visualizá-las como combatentes estabeleceria uma igualdade com os homens e, sobretudo, conferiria legitimidade à participação das mulheres no palco da guerra. Legitimar tal atuação foi operação restrita a algumas mulheres, mas na condição de heroínas, sob a ordem patriarcal. Há, assim, um esforço em tornar visível a presença de algumas mulheres nos registros produzidos sobre a guerra, mas dentro da ordem. Assim, reiteradamente, explicita-se na documentação sobre a guerra, a identificação de algumas mulheres: Ana Néri, Maria Curupaiti, Florisbela, Joana Rita das Impossíveis, Sargenta Jovita Alves Feitosa, enquanto outras tantas ficaram no anonimato, silenciadas que foram pelo discurso historiográfico.

Parece-nos visível o investimento feito na ação de algumas mulheres, de modo a lhes conferir visibilidade e reconhecimento, como foi o caso de Ana Néri, que se tornou patrona da enfermagem. Outras, justamente por serem consideradas “transviadas”, indignas de serem incluídas na historiografia, de serem preservadas na memória da guerra, não tiveram seus feitos registrados nos estudos historiográficos. Foram silenciadas pela denominação-síntese “vivandeiras”, terminologia que não foi dada a Ana Néri, embora ela também tivesse atuado na guerra como várias vivandeiras, ou seja, cuidando dos feridos, servindo às tropas com remédios, alimentos e conforto moral. Observa-se a permanência do sentido negativo conferido à representação das vivandeiras, graças, sobretudo, à reafirmação desse significado nos diversos discursos sobre a guerra.



Há, pois, o objetivo de incorporá-las “adequadamente” à memória social da guerra apenas como serviçais, pelos serviços prestados à nação, na luta pela defesa da pátria. Daí a recusa em nomear Ana Néri como “vivandeira”, representação impregnada de imagens e sentidos pejorativos.

Joseph Eskenazi Pernidji, na obra “Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai” (2003), reitera tal sentido ao afirmar que

a vida de vivandeira de quartel era curta e triste: das saias da mãe, ainda meninas de treze anos se entregavam a oficiais sexagenários [...] a esquadra, como o exército, carregava mulheres, tanto as dos soldados como as dos marinheiros. O almirante Tamandaré despachava transportes repletos delas. (PERNIDJI, 2003:52).

Pode-se perceber nas palavras de Pernidji, que havia abuso sexual nos campos da Guerra do Paraguai, em que “oficiais sexagenários” exploravam sexualmente meninas e suas mães. Vê-se a “banalização da violência”, como denuncia Navarro-Swain, pois no estupro ou na prostituição, “a mercadoria é o corpo ou o sexo das mulheres e meninas [...], é a re-naturalização do sexo feminino, a sua transformação de ser humano em carne, cujo destino é a satisfação do desejo de outrem” (2007:04).

Se existiam correlações de forças múltiplas agindo no controle e até mesmo na permanência compulsória de mulheres junto a oficiais, Pernidji ainda descreve que

o exército recebia mulheres, transportadas por navio pago pelo ouro imperial, vivandeiras de quartel e comércio, chinas gaúchas, escravas de oficiais e até sinhás esposas legítimas. Osório tinha pleno conhecimento dessa situação: o Exército Brasileiro não marcha, não luta, não avança sem o mulherio atrás. (PERNIDJI, 2003, p.53)

Joseph E. Pernidji ainda cita outras mulheres que estiveram na Guerra do Paraguai, estereotipadas pela fisionomia e por apelidos pitorescos, vivandeiras

consideradas rameiras da pior espécie, mulheres gastas e descarnadas, feias e quase repulsivas [...] Cuiabana, mulher pantaneira, acaboclada; Francesa, ruiva sardenta e bochechuda,

provavelmente polaca decaída; Solda China; Índia Gaúcha; Maria Metralha; Maria Busca-Pé. A essa mulherada juntavam-se alguns homens vivandeiros que faziam comércio do acampamento, [...] alfaiates, barbeiros (que serviam como auxiliares de cirurgião), vendeiros e mascates de todas as raças. (PERNIDJI, 2003:41)

O mesmo autor concebe que também existiam “homens vivandeiros”, termo pouco usado pelos demais memorialistas, mas os apelidos desqualificadores são dados às mulheres. Tal construção remete o leitor e o analista ao mundo das representações sociais, ou seja, sistema social ordenado pelo discurso, enquadrando as mulheres e suas práticas pela forma binária, definidas pelas funções sexuadas.

Observa-se aqui uma interessante inversão de sentido conferido à representação da vivandeira: reafirma-se a prática do comércio e serviços prestados por “homens vivandeiros”, sem o tom pejorativo. A ressignificação expressa opera em consonância com os valores, idéias e imagens que recrutam a representação de masculino. Substitui-se o sentido depreciativo impresso às imagens/representações das vivandeiros. Ao mesmo tempo, porém, alimenta-o, ao operar uma construção sob a perspectiva binária do gênero, acerca da guerra. Gênero, esse saber, como afirma Scott, é que “estabelece significado para as diferenças sexuais” (1994: 12-13), que confere mais importância ao masculino e inferioriza o feminino.

As vivandeiros são, portanto, mulheres presentes na guerra e reduzidas a corpos desapossados de si, apropriados pelo poder masculino, única posição autorizada para estar na guerra, em que a materialização da violência sexual se constituía numa relação compulsória e desigual. São também mulheres que, na guerra, eram reduzidas a “vivandeiros de quartel e comércio”, significadas como “rameiros”. Tais construções ignoram as diferenças, que nomeiam e legitimam posições inferiores e desiguais, uma vez que, como assinala Pernidji, “o Exército brasileiro não marcha, não luta, não avança sem o mulherio atrás” (2003:53). Nesse “mulherio que vai atrás”, faz-se o uso político de uma diferença – sexo/gênero – para instaurar/manter a despolitização nas relações entre as mulheres e os homens, reduzidas a um coletivo, com sentido pejorativo que, por conta disso, “vai atrás” e, quando não, são silenciadas como se não existissem.

A produção discursiva sobre a ação das mulheres na guerra é vasta, não, apenas pelos memorialistas, mas também por muitos historiadores. Vários afirmam que as mulheres que estiveram na Guerra do Paraguai foram consideradas como “rameiras da pior espécie, mulheres gastas e descarnadas, feias quase repulsivas” (PERNIDJI, 2003:41).

A análise das representações sobre as vivandeiras, veiculadas em diferentes formas discursivas e não-discursivas, revela-nos que, além desse sentido negativo, depreciativo, predominante nas diferentes narrativas, emergem outros, noutras direções. Assim, além da referência aos “homens vivandeiros”, vários outros textos, principalmente aqueles produzidos por indivíduos ligados ao Exército, reportam-se à presença das mulheres nos campos de combate, atuando com coragem e destemor, tal como os soldados. São registros que, embora sejam omissos quanto à denominação do termo “vivandeiras”, conferem visibilidade à participação das mulheres na guerra de forma positiva. Outras mulheres não são identificadas como “vivandeiras”, já que tal representação ancora-se numa rede de significação, num sistema de acolhimento nocional já conhecido e atravessado por valores sociais negativos. Tais referências apontam para outros sentidos conferidos às práticas das vivandeiras e evidenciam a impossibilidade de reduzi-las a uma única imagem e a um único sentido.

Com efeito, a existência de registros sobre a atuação combativa das mulheres no palco da guerra contrapõe-se à preservada memória social, a de “vivandeiras”, que “iam atrás” das tropas. Assim, segundo relatos do General Paulo de Queiroz Duarte, na obra, “Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai” (1981):

No dia da invasão do Paraguai, em abril de 1867, o efetivo da coluna era de 1680 homens, ao chegar a 12 de junho na margem do Rio Aquidauana estava reduzida a 700 combatentes [...] Morrera, além disso, grande número de índios, mulheres e negociantes [...] que se haviam unido à sorte da Coluna de Mato Grosso. (DUARTE, 1981:61)

Semelhante relato faz o General Augusto Tasso Fragozo (1935:319-320), ao registrar que 248 (duzentas quarenta e oito) mulheres

brasileiras foram feridas no combate de Peribebeuí, no Paraguai. Muitas delas não resistiram aos ferimentos. Apesar desses dados, as mulheres não foram contabilizadas como efetivo combatente. Mas, tal como os soldados, as mulheres/vivandeiras atuaram nos combates, enfrentaram os horrores da Guerra do Paraguai. Como o ocorrido no dia três de novembro de 1867, episódio que “dimanou a jorros a audácia, o valor e o heroísmo do Exército nacional”. Conforme relatos do coronel Pimentel, nesse combate,

tomou parte, desde o Tenente-General Comandante, até a paupérrima, humilde e fraca mulher do soldado. Naquela arena, encontrou-se muito cadáver feminino entre os despojos mortais da vitória. Semelhante luta deixou muito homem viúvo, ao contrário do que originalmente se observa nas guerras em que a viuvez é sempre partilha do lado feminil (1978: 84).

No relato, o memorialista ressalta que essa batalha “deixou muito homem viúvo”. Tal afirmação confere outro sentido à atuação das vivandeiras: não apenas a de comercializar víveres, mas lutar no *front* como combatentes de guerra, apesar de não serem oficialmente incorporadas. Trata-se de presença que ainda permanece ignorada no/pelo discurso historiográfico sobre as guerras, que produzem/reproduzem divisão generalizada e binária das esferas da vida social, ao definir os campos de batalhas como espaços masculinos e ao construir um silêncio sobre a presença de mulheres neles. Trata-se de discurso escrito do ponto de vista masculino, produtor e reprodutor da divisão sexista dos papéis sociais que ignoram as referências às mulheres na guerra registrada pelos memorialistas.

Dentre eles, o memorialista Alfredo E. Taunay relata que em 1865, as colunas expedicionárias marcharam para Cuiabá (MT), organizadas em duas brigadas, formadas por um contingente de aproximadamente 1575 soldados, seguidos por “umas 200 (duzentas) mulheres, vindas de São Paulo e Ouro Preto, ou saídas de Uberaba” (1928:65), as quais se incorporaram à campanha bélica. Tal descrição é reveladora não apenas da presença das mulheres nos campos de combates, mas também de escolhas feitas que, provavelmente, contrariavam os desejos familiares, confrontavam as regras sociais da época. Afinal, combater na guerra, compartilhar as agruras da luta,

parir filhos em campos de combates eram atuações que desafiavam as prescrições da sociedade patriarcal em que viviam.

Nesse contingente de civis que acompanhavam as tropas, mulheres de diferentes condições – “desgraçadas amásias ou legítimas esposas dos soldados, algumas com crianças”, conforme Taunay (1960:138), compreendiam um número significativo. Nas memórias registradas, observa-se, que, no que concerne às referências sobre as mulheres, a imediata classificação está dividida entre as “esposas de soldados” e as outras, “as prostitutas, amásias, chinas”. Estas últimas são as que aparecem na linha de frente no campo de batalha, pois, na visão dos memorialistas, não tinham nada a perder. Trata-se de atuação que subverte a ordem e, ao mesmo tempo, adverte contra as generalizações, contra uma pretensa universalidade do poder patriarcal sobre as mulheres: como donas de si, elas escapam desse poder, são donas de seus corpos e escolhas.

Dionísio Cerqueira fala também sobre a coragem e a ousadia das “chinas”, mas o recorte de sua memória coloca as chinas como mulheres que “revistavam casas vazias para saquear. Uma denominada por Maria Vareta, não era mulher de assustar por qualquer coisa e nas horas difíceis puxava de uma faca de ponta e avançava sobre o inimigo” (1980:299). Essas mulheres que seguiam o exército, conforme relata o autor,

não tinham medo de coisa alguma [...] Nas linhas de atiradores que combatiam encarniçadamente, vi-as mais de uma vez chegarem-se dos feridos rasgarem as saias em ataduras para estancarem o sangue, montá-los nas garupas de seus cavalos e conduzi-los no meio das balas para os hospitais. Algumas trocavam as amazonas por bombachas nos dias de combate. E as pontas de suas lanças formavam salientes nas cargas dos regimentos. (CERQUEIRA, 1980:300).

Se as combatentes lançadeiras circulavam entre as balas inimigas, destemidas, sem nenhum medo, em situação adversa, uma canção entoada por um oficial combatente desconsidera a atuação das companheiras de campanha e invoca as mulheres atreladas ao apelo do *dispositivo da*

*sexualidade*, na imagem da mãe-esposa-irmã, mulheres fora do espaço das guerras. Pernidji cita versos cantados por um oficial de guerra:

Minha mãe não chore tanto  
E deve se controlar  
Que minha sorte foi esta  
De morrer no Paraguai

As mães choram por seus filhos  
As mulheres por seus maridos  
As donzelas por seus manos  
As damas por seus queridos

Me encomende a Santo Antônio  
Meu pai o faça a Jesus  
Se eu morrer no Paraguai  
Não me falte à santa luz.  
(PERNIDJI, 2003:69)

Nessas estrofes, a importância, referência e memória das mulheres se dão, exclusivamente, devido ao casamento, à maternidade e para as tarefas de sua missão naturalizante, por isso, o oficial enfatiza a obrigação moral da “verdadeira mulher” - chorar por seus antes queridos -, de caráter indulgente. Ao pai, ao contrário, ele atribuiu a tarefa encomendá-lo a Jesus, chorar jamais. A canção domestica as práticas binárias, fundadas em papéis que instituem o que deve ser o feminino e o que deve ser o masculino, atributos que, como aborda Diva Muniz, instituem seres “modelados segundo padrões identitários construídos a partir de uma lógica binária, pela qual o ser humano é percebido sob a perspectiva dualista” (2000:212), aquela que desde a infância instaura “a modelagem das diferenças”.

Essa situação exposta na canção corrobora com o texto de Françoise Thébaud, na coletânea de História das Mulheres no Ocidente (Séc. XX), quando a autora elege a guerra como o “triunfo da divisão sexual”, já que esse espaço “põe cada sexo em seu lugar. As mulheres só são referidas através de alegorias: a Vitória, a viúva triste, a mãe que amaldiçoa a guerra” (THÉBAUD, 1991:31). Apesar de serem mencionadas como combatentes, as referências às mulheres que lutaram na Guerra do Paraguai também não foram diferentes. As medalhas, as estátuas, os monumentos fizeram homenagem aos homens, heróis das guerras e dos campos de batalha.

Outras mulheres que lutaram em campos bélicos, inclusive designadas na condição de “vivandeiras”, foram evidenciadas nas narrativas de memorialistas em função de sua coragem e ousadia. Assim, por exemplo, o voluntário da Pátria, mais tarde General de Brigada, Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel (1978), salientou a bravura de mulheres comuns, como a identificada apenas por Florisbela e também Maria Francisca da Conceição, conhecida como ‘Maria Curupaiti’. O memorialista afirma que Florisbela atuou junto ao corpo do 2º Exército, às ordens do Visconde de Porto Alegre, apesar de ser uma “transviada”, sem nome e sem família, apresentara-se como uma “intrépida soldado”. O elogio feito à atuação corajosa de Florisbela, ‘intrépida soldado’, se dá com o ônus de sua desclassificação como “transviada”, como uma pessoa “anormal”, em relação às outras mulheres “normais”. Como bem reflete Navarro-Swain, “no domínio das relações humanas são as representações paradigmáticas que estabelecem as margens, os limites e as exclusões” (1999:03).

Foi na condição de excluída, “sem nome e sem família”, que Florisbela foi percebida pelo companheiro como “transviada”, engajou-se no conflito no Rio Grande do Sul, acompanhando o marido, que pertencia ao 29º Corpo de Voluntários da Pátria. Não se limitou, contudo, à vida de acampamento das mulheres dos soldados, pois se envolveu pessoalmente nas lutas, quando armava com a

carabina do primeiro homem que era ferido e, entrava em seu lugar na fileira, sustentando o combate até o fim da luta, largando então a arma agressiva dirigia-se aos hospitais de sangue.

Quem não se recorda dos atos de heroísmo de Florisbela, mulher que, devendo fugir a uma morte certa enfrentou batalhas, [...]no entanto, [...] quem hoje fala em Florisbela, ignorada, desconhecida quando merecia uma epopéia [...], outras, passaram por heroínas, cantadas em romances e poesias variadas e ela nem uma simples menção viu figurar o seu nome!

Todo o 2º Corpo do Exército, às ordens do Conde de Porto Alegre, viu-a, admirou-a, invejou-a. A Pátria esqueceu-a. Florisbela tinha a desventura de ser uma transviada, sem nome, nem família; mas se alguma mereceu o nome de heroína, ela deveria se figurar também no 1º plano.

D. Ana Néri, em cenário diferente, exercia a nobre missão de seu sexo. Era caridade e a paz. Era viúva honrada que espargia pelos necessitados [...] muitas vidas salvou com seus desvelos e carinhos. A Pátria, porém, cobriu-a com o manto de sua gratidão. (PIMENTEL, 1978:19-20)

A imagem de Florisbela aponta para uma mitificação de sua atuação: é a poderosa e combatente mulher que, de modo quase onipresente, está lutando contra inimigos e, ao mesmo tempo, atendendo feridos. Misto de guerreira, mãe, enfermeira, é a imagem-síntese da vivandeira que povoa o imaginário dos soldados em guerra. O entusiasmo e ousadia dessa mulher foram reiterados pelo Coronel Pimentel. Ele afirma ter presenciado Florisbela,

com os lábios enegrecidos pela ação de morder o cartucho [...] Essa mulher se tivesse nascido na França ou na Alemanha, talvez figurasse em estátua na melhor praça de suas grandes cidades, mas no Brasil, nem de leve se tomou consideração o ato de seu espontâneo e magnífico despreendimento e bravura (PIMENTEL,1978:20).

É visível, no relato, a indignação do autor por ela não ser reconhecida como heroína de guerra, apesar da existência de “mais de dez mil testemunhas”. Real ou imaginária, a Florisbela construída pelo autor tem um endereço certo. É a representação de todas aquelas que, anonimamente, lutaram pela pátria e não receberam reconhecimento político, não foram objeto de estátuas nas praças, como diz o próprio Coronel Pimentel.

Percebe-se, na materialidade lingüística das memórias do combatente, que se tornou coronel e terminou por ser preservado na memória da guerra, principalmente pela sua narrativa, uma solidariedade com os combatentes anônimos dos quais não se poderia excluir as mulheres guerreiras.

Uma outra mulher viveu situação semelhante à de Florisbela. Trata-se de Maria Francisca da Conceição, conhecida por Maria Curupaiti, combatente aguerrida que se envolveu

nos confrontos, lutando ao lado dos homens, sempre vestida de soldado. Seu marido morreu no assalto a curuzu, mas Maria Francisca continuou combatendo junto às tropas brasileiras. Na batalha de Curupaiti foi atingida pela espada de um paraguaio e só no hospital ficaram sabendo que o bravo soldado, baixo e franzino, era uma mulher. Daí por diante, passou a ser chamada de Maria Curupaiti, respeitada pelos colegas de farda. (BRAZIL; SCHUMACHER, 2000:376)



Segundo o relato, Maria Curupaiti passou a ser mencionada em versos e prosas por seu ato heróico de combater bravamente, vestida à masculina, na batalha de Curupaiti<sup>31</sup>, em setembro de 1866. Hoje, Maria Curupaiti figura como nome de uma rua no Bairro de Santana na cidade de São Paulo. Sua atuação foi assim relatada pelo companheiro de campanha:

Chamava-se Maria Francisca da Conceição. Casada com um cabo-de-esquadra do Corpo de Pontoneiros do Exército, seu marido teve de embarcar com as forças ao mando do Tenente-General Conde de Porto Alegre com destino ao assalto glorioso do forte de Curuzu.

O chefe proibiu terminantemente que as casadas acompanhassem seus maridos naquela expedição, devendo todas ficar sob a proteção do grande exército de Tuiuti.

Maria não desanimou. Tinha treze anos e amava soberanamente o consorte.

Dotada de ânimo varonil, de resoluções prontas, decidiu-se a acompanhá-lo a todo transe. Recorreu a um cabeleireiro do acampamento, voltando com suas madeixas destruídas. Estava com o cabelo reduzido à escova!

Despiu os ornatos femininos, deu pregas em uma calça do marido, vestiu a blusa dos uniformes e arranjou um boné.

Insinuou-se no meio das fileiras na ocasião do embarque. Era um soldadinho imberbe, de pequenina estatura. Ninguém deu pelo disfarce.

Na refrega, uma bala dá em cheio na frente do marido, que cai morto. A 22 de setembro a jovem viúva avança contra Curupaiti. Toma lugar nas primeiras filas dos assaltantes; bate-se nelas, penetrando no formidável baluarte juntamente com os poucos que ali podem entrar. É repelida com eles e, na faina de matar, adianta-se. Maria resvala ensangüentada e vai cair fora da trincheira! Os companheiros acodem-na, e ela é salva da fúria do agressor que, não podendo ultrapassar a trincheira, pára junto à banquetta de do parapeito.

Só no hospital conhecem-lhe o sexo. Espanto geral de todos.

Cada qual refere às suas proezas na luta, acrescidas com as vivas cores da simpatia, da admiração e do pasmo.

Chamaram-na Maria Curupaiti. Tornou-se venerada. Era moça. E era bonita.

Na batalha de 3 de novembro de 1867, em Tuiuti, irrompe Conceição nas fileiras do 42º Corpo de Voluntários da Pátria – seus patrícios: - e aí trava-se combate contra as numerosas forças do adversário. O seu exemplo arrebatou os homens, aos quais não cessam de dizer, com o sorriso das heroínas nos lábios – Aqui está Maria Curupaiti! Avante! (PIMENTEL, 1978:149-150).

---

<sup>31</sup> A Batalha de Curupaiti foi travada entre as forças aliadas e paraguaias durante a Guerra do Paraguai, em 22 de setembro de 1866. Curupaiti é uma Comuna da Província de Santa Fé, na Argentina. Para maiores informações sobre a Batalha de Curupaiti, consultar DONATO (1987).

Na mitificação operada, há o recurso às mesmas imagens do relato de Florisbela, ou seja, abnegação à causa bélica, destemor, coragem, renúncia de si, uso de disfarce para construir a heroína de guerra. O que era considerado transgressor na atuação de Maria Curupaiti foi sublimado no amor ao marido e à pátria. Os traços que asseguram seu desempenho intrépido na guerra são desfigurados como masculinos: resoluções prontas, ânimo varonil, cabelo reduzido à escova. A representação do feminino não comporta apelos, mas sim os traços de “indecisão e insegurança”, “ânimo frágil” e “longas madeixas”. O testemunho de sua bravura e abnegação foi relatado pelo mesmo Pimentel, nos seguintes termos:

O epílogo desta aventura vivido por uma bela e valente pernambucana, não poderia ser outro: com o fim da guerra, deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde vivia, ao tempo da escritura deste relato, alquebrada e sem recursos. (PIMENTEL, 1938:109-110)

A mesma indignação pelo não reconhecimento público dos feitos militares dos combatentes anônimos é a reafirmação, no caso de Maria Curupaiti, para confirmar a regra da injustiça social, institucional e do governo imperial. Não restam dúvidas de que a história realmente interessou-se muito pouco por essas mulheres. Construiu um silêncio sobre sua presença na guerra. A escassa referência a elas nas fontes, nas versões construídas sobre essa experiência passada, não justifica o silêncio dos historiadores e historiadoras que se dedicaram ao estudo da história militar, já que as desprezam quando se tratam dos combates bélicos.

A Guerra do Paraguai pode também ser considerada como um marco do surgimento do sentimento de nacionalidade. Pela primeira vez na história do Brasil, a quase totalidade da população viu-se envolvida num conflito de longa duração contra um inimigo comum, estrangeiro, o que mobilizou material e emocionalmente os brasileiros, usando inclusive, a imagem de mulheres para despertar o patriotismo.

Relatórios e correspondências de Guerra (entre o Brasil, Argentina e Uruguai) ressaltaram a presença de mulheres na campanha armada. Em uma das correspondências de guerra entre Caxias e o Ministro da

Guerra, de 9 de julho de 1868, Caxias solicita: “passagem no vapor Arinos para essa Corte a Joana Rita dos Impossíveis, mãe de dois soldados falecidos nessa campanha [...], mande passagem dessa Corte para a Província do Piauí, donde é natural<sup>32</sup>”.

A ênfase dada à presença das mulheres nos campos de batalha é também dada pelo argentino Francisco Seeber. Ele relata que, no ano de 1866, os campos de batalha estavam repletos de mulheres:

Essas infelizes seguem nossos movimentos (do Exército aliado), se vestem pobremente, se alimentam com o que sobra, vivem sob os galhos, lavam, cozinham para os soldados e lhes dedicam os maiores cuidados quando ficam doentes ou caem feridos. Seus maridos ou amigos muitas vezes as tratam mal e elas morrerão no esquecimento. Ninguém se lembrará delas, exceto para menosprezá-las. (SEEBER, 1907:280).

Os registros sobre a presença das mulheres na Guerra do Paraguai indicam que elas atuaram não apenas nos serviços de retaguarda, mas na própria frente de combate, como “esposas de soldados”, como combatentes aguerridas, como intrépidas vivandeiras. Não apenas aquelas que foram oficialmente reconhecidas, tidas como heroínas, mas também, todas as outras, mulheres sem fama, ou de má fama, estiveram lá e travaram suas lutas. Evidenciaram sua capacidade de agir, de resistir, de enfrentar condições adversas.

Embora diversos registros sobre a Guerra do Paraguai informem que muitas mulheres estiveram lado-a-lado com os combatentes de campanha, apenas algumas delas transformaram-se em heroínas, como foi o caso de Ana Néri e Jovita. A primeira tornou-se patrona da enfermagem, enquanto outras mulheres, justamente por serem consideradas “transviadas”, permaneceram anônimas, reconhecidas pela denominação genérica de “vivandeiras”.

---

<sup>32</sup> Correspondência da Guerra do Paraguai (1868), vol. 12. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Muitas brasileiras e paraguaias combateram nos campos da Guerra do Paraguai. A presença e atuação dessas mulheres na guerra foi destacada e registrada por vários daqueles que também nela atuavam, de ambos os lados dos países beligerantes. No caso do Paraguai, observa-se que cabia às destinadas<sup>33</sup> e às residentas<sup>34</sup> diversas atividades na manutenção da guerra, inclusive a plantação de roças para provir víveres às tropas. Às “destinadas” cabia todo o trabalho agrícola. Já as “residentas” seguiram com as tropas durante toda a guerra. No final, transformadas em soldadas, combatiam duramente e ainda atendiam os feridos e recolhiam os mortos. Em batalhas sangrentas, como *Avaí* e *Acosta Nu*, mulheres paraguaias foram queimadas pelos aliados, junto com os sobreviventes, muitos deles seus próprios filhos, “niños combatientes”. Algumas exerciam todas as funções de um soldado e chegaram a receber a patente de sargento: cavavam trincheiras, cortavam lenha, fabricavam pólvora e abasteciam o acampamento, conforme diz Dourado (2005:36).

---

<sup>33</sup>“Destinadas” era o nome dado às mulheres paraguaias condenadas por serem traidoras da Pátria. Bastava ter um marido ou companheiro condenado para ser considerada “destinada”. Essas mulheres eram destituídas de todos os bens e enviadas aos desertos do Paraguai para cultivar roças para a tropa. Eram lanceadas a qualquer pretexto, e ao final das marchas, condenadas a morrer de inanição, conforme Pernidji (2003:167). Outras mulheres, denominadas “as traidoras”, depois de passarem por todo tipo de vexames e torturas, incluindo a violação, transformaram-se em “destinadas”, isto é, foram enviadas à localidade de *Yhú*, e depois a *Espadín* (hoje em território brasileiro), perto do encontro das cordilheiras de *Amambay* e *Mbaracayú*, onde se instalou um campo de concentração para elas, conforme Silva (2006:08-09)

<sup>34</sup>“Residentas” era nome atribuído às mulheres que atuaram durante toda a guerra, transformadas em soldadas, combatiam ferozmente. Algumas chegaram a receber a patente de sargento e, no final do conflito, exerciam todas as funções de um soldado: cavando trincheiras, cortando lenha, fabricando pólvora, abastecendo o acampamento. (PERNIDJI, 2003:167). Mulheres denominadas “as agraciadas”, por sua vez, foram transformadas em “residentas”, condenadas a seguir o exército paraguaio em sua também *via crucis* pelo país de sul a norte. Embora a sorte desses dois grupos não fosse muito distinta, é importante lembrar que, salvo exceções, corresponde majoritariamente às *kygua vera* (expressão significa, em guarani, ‘pentas dourados’, referindo-se ao hábito que tinham as mulheres do povo de usar travessas douradas que, ao mesmo tempo, prendiam e enfeitavam seus cabelos). Tais mulheres foram compulsoriamente transformadas em “residentas”, obrigadas a abandonar suas casas para seguir as tropas, desde os arredores de *Asunción* até os povoados do interior. (SILVA, 2006:08-09).

As vivandeiras do Brasil e do Paraguai receberam como reconhecimento o silêncio, embora tivessem participado ativamente da guerra como combatentes. Lutaram ao lado dos companheiros com coragem e destemor. Tal silenciamento é evidenciado por diversas instâncias enunciativas: o governo, os historiadores/as, a própria corporação militar a quem serviam. Mas, segundo Orlandi, o silêncio não é somente o da ausência das palavras, já que, o “silêncio não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um *horizonte* e não como *falta*” (1997:70). É, portanto, silêncio significado. Silêncio que foi quebrado por aqueles mesmos que o praticaram, quando fizeram uso dessa forte presença para capitalizar seu poder de interpelação junto ao imaginário social da guerra. É um silêncio que atravessou palavras, que instalou “sentidos e, por assim o fazer, possibilitou o dizer” (Idem, *ibidem*:71). São esses olhares e dizeres que imprimiram sentidos à atuação das mulheres nos campos de guerra por meio dos registros iconográficos.

Em contraponto a este capítulo em que abordei a presença silenciosa das mulheres na Guerra do Paraguai por meio de registros escritos, no próximo capítulo, analiso iconografias e também textos escritos em relação à mesma presença silenciada na referida guerra.

### CAPÍTULO III

## IMAGENS DAS VIVANDEIRAS NA GUERRA DO PARAGUAI (1865-70)

### 3.1 – A Guerra do Paraguai: imagens e sentidos

*[...] as representações sociais, veiculadas em imagens e em linguagens, traduzem o gênero em corpos sexuados e o desnudamento deste mecanismo permite a inversão das polaridades do sistema sexo/gênero.*

(NAVARRO-SWAIN, 2000:57)

A Guerra do Paraguai foi objeto de extensa produção iconográfica<sup>35</sup>, no esforço de mobilizar a sociedade contra o inimigo. Elementos relevantes afloraram, à medida que a guerra foi se estendendo e houve, por parte do governo, um esforço em aumentar as fileiras do exército em defesa da pátria ameaçada. A mobilização foi estimulada com a criação do *Corpo de Voluntários da Pátria*, em 7 de janeiro de 1865, momento em que o Exército brasileiro passou a admitir em suas fileiras muitos indivíduos civis, aqueles que se disponibilizavam a seguir as tropas para o Paraguai e outros que compulsoriamente<sup>36</sup> integraram o efetivo da campanha.

Para compor o corpo de “voluntários”, o Governo Imperial acenou com algumas vantagens para quem se incorporasse às fileiras combatentes. Assim, além de oferecer o dobro do soldo normalmente pago aos soldados, também prometia indenização para a família dos mortos, gratificações e terras aos sobreviventes. Tais possibilidades tiveram ampla repercussão: dos “120 mil combatentes brasileiros na Guerra do Paraguai, 54 mil pessoas serviram em

---

<sup>35</sup>Para maiores aprofundamentos sobre a iconografia na Guerra do Paraguai, ver a obra de TORAL (2001).

<sup>36</sup>André de Toral (2001) salienta que o alistamento compulsório atingia igualmente o escravo, a população paraguaia e os pobres brasileiros. Os direitos individuais não existiam nem na *monarquia constitucional* escravocrata brasileira, nem na pretensa *República* paraguaia. No Brasil, os proprietários de escravos e terras utilizavam-se de doações de recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos *Corpos de Voluntários* para lutarem em seu lugar; os que podiam menos faziam *oferecimento de familiares*, ou seja, alistavam seus parentes, filhos, sobrinhos, agregados etc.

batalhões de *voluntários da pátria*” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001:237), o que evidencia a força dessa campanha, bem como o despreparo militar dos combatentes.

Em torno da Guerra do Paraguai ocorreu também uma intensa movimentação artística e intelectual, tanto durante a campanha como no período pós-guerra. Há uma proliferação de imagens sobre a guerra tanto na imprensa, como nos discursos militares, peças teatrais e pinturas. Várias produções artísticas representaram as batalhas e combatentes nas pinturas, fotografias, desenhos, gravuras e litografias<sup>37</sup>.

Toda essa produção artística reproduz cenas de guerra. Constitui imagens que retratam não apenas os soldados e oficiais combatentes, mas também as mulheres. Os registros iconográficos revelam a atuação das mulheres em espaços antes impensados, principalmente, porque silenciados pela historiografia das guerras. Além disso, as imagens direcionam para um tipo de interpretação: a atuação das mulheres no campo da guerra como vivandeiras. Em vista disso, os processos de significação podem ser questionados e se discutir, por exemplo, como o discurso social construiu e representou as mulheres nos espaços bélicos.

O uso da iconografia como registro de acontecimentos ocorridos nos campos de batalha durante a Guerra do Paraguai foi uma das estratégias de disseminação da imagem do Brasil como grande nação. Não apenas tendo por objeto a guerra, mas outras encenações registradas são reveladoras do caráter, da funcionalidade da fotografia como “instrumento de coesão social”. Sobre esse aspecto da fotografia, atenta Carneiro:

Em uma sociedade ciosa da construção dos valores da nacionalidade, predominantemente analfabeta, a circulação das imagens fotográficas e o conjunto representado pela iconografia se manifestam como poderoso instrumento de coesão social, pois

---

<sup>37</sup> A litografia se baseia na repulsão que a água tem pela gordura e vice-versa. Numa pedra calcária, o desenho é feito por lápis gorduroso ou tinta, também gordurosa, aplicada a pincel ou caneta que penetra na granulação da pedra, de forma que, ao se fazer a impressão, esta fica visível, conforme Andrade (2004:83). A técnica da gravação na pedra – litografia – permitiria a reprodução em série de tais representações e a fotografia, introduzida em meados do século XIX, ampliaria ainda mais as possibilidades de criação, circulação e disseminação de formas culturais da expressão visual. (CARNEIRO, 2006:342)

oferecem às diferentes parcelas da sociedade um repertório de imagens comuns que permitem estabelecer um *museu ideal*, constituído tanto de ícones públicos, divulgados por vários meios de exposição (2006:343).

No caso das vivandeiras, os indícios encontrados foram pensados como recursos visuais que possibilitam outras leituras, já que amplia o domínio da produção discursiva sobre elas. Eles permitiram pensar a produção das imagens como práticas discursivas que aportam para um modo de ver de uma determinada época, uma produção discursiva que, por meio de imagens, confere significação às experiências constituidoras dos sujeitos, um investimento que imprime classificações, valores, papéis, normas, significações, enfim, ações que exortam o público receptor para um modo de representar os atores sociais e a sociedade, dentre aqueles, as vivandeiras.

### 3.2 – A guerra representada pela imprensa “ilustrada”

Na Guerra do Paraguai, o conflito marcou uma nova era para a imprensa brasileira, inclusive pela exposição das narrativas visuais na composição de matérias que veiculavam notícias sobre a guerra. Um exemplo foram os desenhos de Ângelo Agostini<sup>38</sup>, figura 23, publicada no *Cabrião*<sup>39</sup>, em 1866.

---

<sup>38</sup> Ângelo Agostini, nascido em Vercelli, Piemonte, Itália, naturalizado brasileiro, notabilizou-se como caricaturista, desenhista de retratos e alegorias, autor de diversas reportagens ilustradas, foi um dos maiores defensores da abolição; seus desenhos e caricaturas são registros iconográficos e históricos relevantes. Juntamente com os redatores Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, fundou o semanário *Cabrião*. Nesse desenho, Agostini satiriza os métodos adotados pelo Governo Imperial para recrutar os “voluntários” para a Guerra do Paraguai.

<sup>39</sup> O *Cabrião* noticiou sobre a Guerra do Paraguai e gerou muitas risadas, embora, segundo os autores, nunca tenha caído na “mentira, injúria ou difamação”. O semanário *Cabrião* circulou em São Paulo entre os anos de 1866 a 1867, precisamente de 30 de setembro de 1866 a 27 de setembro de 1867, nas 51 edições do semanário de oito páginas (quatro delas de ilustrações litografadas) utilizou toda a sua criatividade para criticar as autoridades seculares e religiosas, os modismos importados da Europa e a censura à imprensa. O *Cabrião* trazia ilustrações com o texto explicativo abaixo do desenho, é apontado como introdutório da história em quadrinhos no país.



A forma improvisada de organizar as tropas, de modo a aumentar seu contingente para fazer frente a uma guerra que se estendeu por mais tempo do que o esperado, trouxe tensões<sup>40</sup> entre o Exército e Governo Imperial. Se a presença desse corpo de “voluntários” reforçou o número de combatentes, assegurando as posições brasileiras nos combates, ele gerou, por outro lado, animosidades entre o Exército e o Império. Nele se ressentiu da interferência do governo no processo de recrutamento “voluntário” estimulado por incorporações de quadros considerados sem qualificação para tal. Principalmente, porque se tratava de um contingente de pessoas pobres, negras, alforriados, libertos, ex-escravos e mulheres.

No desenho de Ângelo Agostini, percebe-se a crítica irônica que ele fez ao Império, já que na época utilizava-se da força no recrutamento de pessoas para o envio aos campos de guerra. No original, junto ao desenho, segue um diálogo entre a mulher capturada e o guarda capturador. A mulher indaga: “ora dá-se, pois você não vê que sou mulher”? O guarda responde: “Não quero saber, mulher não puxa carro de lenha; venha para o quartel e na inspeção há de mostrar suas isenções” (CABRIÃO, 1866:100).

**Figura 23 – Mulher recrutada à força para os campos de guerra**



Fonte: Ângelo Agostini, *Cabrião*, (SP), dezembro de 1866.

<sup>40</sup> Essas tensões são discutidas por DEL PRIORE; VENÂNCIO (2001).

O diálogo sugere o recrutamento compulsório de uma mulher camponesa que circulava com sua carroça. Ao mencionar: “você não vê que sou mulher”, o autor apela para a construção binária que institui as diferenças entre homem e mulher, já que a guerra não é lugar para as mulheres, mas no quartel a inspeção lhe daria uma função. Que função seria essa? Uma alusão às vivandeiras como prostitutas de quartel?

Outro periódico da época, a *Revista Semana Ilustrada*<sup>41</sup>, em vários momentos, criticou a composição das tropas brasileiras. Um exemplo notável foi retratado no desenho que traz um “casal de negros do Rio de Janeiro se apresentando para lutar inspirado no patriotismo dos zuavos baianos” (*Revista Semana Ilustrada* 02/04/1865).

Tal imagem, veiculada na *Revista Semana Ilustrada*, pode suscitar diferentes inferências, dentre elas: a de cooptar o segmento da população negra para lutar junto à tropa brasileira; agregar os negros como verdadeiros brasileiros que deviam defender a pátria ameaçada; ressemantizar a imagem dos negros de “vadios” a guerreiros e os comparar aos *zouavos* argelinos. A imagem acena ainda a possibilidade de admitir mulheres negras, na condição de vivandeiras, já que, no desenho, ela porta o cantil na cintura, objeto presente na matriz francesa da vivandeira.

---

<sup>41</sup> Segundo Lúcia Maria Guimarães (2007), a *Revista Semana Ilustrada*, circulou na cidade do Rio de Janeiro, entre 1859 e 1873. Esse semanário criou personagens irreverentes que criticavam os costumes e a vida política do Império e promoveu campanhas que mobilizaram a opinião pública. Também deu apoio e publicidade à atuação das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai.

**Figura 24 – Casal de negros se apresenta para lutar na Guerra do Paraguai**



Fonte: Revista Semana Ilustrada (RJ), 02/04/1865, Fundação Biblioteca Nacional.

Nessa imagem, um casal de negros<sup>42</sup> se apresenta para lutar na Guerra do Paraguai. Ele responde à convocação do governo para o alistamento, na defesa da pátria ameaçada. É o segmento pobre, negro e mestiço que atende à necessidade do governo de engrossar as fileiras das tropas para a guerra. A adesão dos negros ao corpo de “voluntários da pátria” agrega inclusive a permanência do segmento feminino no campo bélico. Ingressar nas fileiras do Exército seria uma possibilidade de promoção social, *status* difícil de ser conquistado por mestiços e negros libertos daquela época. Até mesmo mulheres, tecnicamente impedidas de alistarem-se, são interpeladas pela imagem, mas segundo os critérios hierarquizados da sociedade, teriam que ser negras ou mestiças e atuar como vivandeiras no corpo dos batalhões *zouavos*.

A ilustração explicita a depreciação do autor sobre quem seriam os “voluntários da pátria”: negros e mestiços, livres e escravos, calçados e integrados ao batalhão dos voluntários. Esse batalhão que se destacou na

<sup>42</sup> Para André de Toral (1995), soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em pelo menos três dos quatro exércitos dos países envolvidos (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina). Os exércitos paraguaio, brasileiro e uruguaio tinham batalhões formados exclusivamente por negros. Como exemplo, temos o “Corpo dos Zuavos da Bahia” e no Uruguai o “Batalhão Florida”, escravos engajados como soldados que lutaram nos exércitos brasileiro e paraguaio.

guerra pela coragem e valentia inspirava-se nos *zouavos* franceses. Também a indumentária da mulher - o uniforme com saiote, o chapéu e o cantil, sem arma - o que identifica de imediato sua posição de vivandeira na guerra. Os detalhes presentes na composição das vestimentas do casal não deixam dúvida quanto ao modelo dos *zouavos* franceses. Essa associação exógena aos *zouavos* franceses aponta para a rede discursiva, é o diálogo intertextual com base no enunciado.

**Figura 25 – Voluntárias se apresentam para lutar na Guerra do Paraguai**



Fonte: Revista *Semana Ilustrada* (RJ), 03/09/1865, Fundação Biblioteca Nacional

Na figura 25, a veiculação de imagens de mulheres alistando-se evidencia que o modelo da atuação das mulheres no palco de guerra é o das vivandeiros, haja vista o cantil pendurado na cintura e o tambor, símbolos das vivandeiros européias que revelam ação das mulheres nos campos de guerra.

A linguagem iconográfica carrega alguns dos signos estereotipados do mundo social. Isso pode ser percebido na imagem de um índio registrando a adesão de mulheres que se alistam para lutar na Guerra do Paraguai, na situação de “voluntários da pátria”. O índio representa, de forma

estereotipada, a pátria americana – a nação brasileira. Essa representação transcende as barreiras do sexo/gênero e de raça/etnia. Todos são convocados para o esforço comum da guerra, mas cada um atuando conforme sua posição de gênero, soldado/vivandeira; de classe, oficiais/exército regular/corpo dos “voluntários da pátria”; de raça/etnia, índios, negros, mestiços.

A imagem investe ou está investida pelas construções e valores presentes no imaginário social da época acerca das mulheres e dos índios: seres considerados inferiores que, no esforço comum de guerra, aparecem como iguais aos homens brancos livres.

Um detalhe da imagem é o de uma mulher com vestimentas diferenciadas. Ela segura um crucifixo. Seria uma noviça? A cruz simboliza a influência religiosa no espaço da guerra e no país, apelos às rezas, procissões e promessas eram recursos freqüentes, empreendidos em um momento especial para renovar os laços com a divindade ou para assimilar a presença da Igreja na composição política da sociedade brasileira.

A presença da mulher, vestida com trajes de religiosa, reforça o investimento imagético feito no sentido de agregar homem e mulher para o esforço comum da guerra. Cada um deles contribuiria conforme sua posição social, cor/etnia, sexo/gênero e credo. Mulheres religiosas doavam sua contribuição com as orações, a fé, a crença, pois se trata de uma guerra justa sob o designo de Deus. O índio é a materialização do sentimento de amor à pátria, lugar onde nasceu, a nação e a nacionalidade brasileira.

**Figura 26 - Saída do Exército brasileiro de Tuiuti (1866)**



Fonte: Gravura de Methessel – Fundação da Biblioteca Nacional (RJ)

No mesmo conjunto imagético sobre o referido conflito, a imagem acima representa a saída das tropas brasileiras do acampamento de Tuiuti<sup>43</sup>. Na gravura, as mulheres também não foram representadas como combatentes. Enquanto os soldados estão fardados e armados, nenhuma delas carrega armas. Ao contrário, estão em trajes civis, carregando trouxas, embora uma delas possua um boné/quepe militar na cabeça. É a reafirmação de um batalhão com mulheres em acampamento. A referência à mantilha e o leque portados por uma delas revela significados estereotipados às ações das mulheres nos espaços bélicos: seriam prostitutas, mães, combatentes. Pode-se também aventar o sentido do exército como instituição que protege os fracos e indefesos, no caso as mulheres solitárias que fogem da guerra, mulheres que

<sup>43</sup>A Batalha de Tuiuti travou-se em 24 de maio de 1866, nas proximidades dos pântanos circundantes do lago Tuiuti, em território do Paraguai. Foi considerada como uma das mais importantes batalhas da Guerra da Tríplice Aliança, a maior e a mais sangrenta travada na história da América do Sul. As perdas paraguaias foram estimadas em seis mil combatentes. Entre os aliados, estima-se que quatro mil combatentes perderam a vida. No exército brasileiro, houve 2.292 feridos e aproximadamente de 719 a 736 mortos. Maiores informações, consultar: BURTON (2002); (DORATIOTO, 2002).

abandonam o lugar em que residem, aquelas que foram expulsas pelos combates e encontram proteção junto às tropas.

Em *O óbvio e o obtuso*, Roland Barthes (1990:35-40) chama atenção para o caráter de conotação e denotação presente em toda imagem, pois as narrativas visuais são portadoras de uma mensagem de conotação carregada de saberes culturais e significados e outra não codificada (denotação), cuja mensagem analógica pressupõe a capacidade da imagem de reproduzir o real presente na cadeia simbólica conotada.

O que o autor identifica como um sentido obtuso presente em imagens é aquele que está além dos sentidos óbvios de conotação e denotação, aquilo que pode ser considerado uma “sobre-determinação”. Barthes (1990) denomina esse sentido obtuso como “terceiro sentido”, aquele que se faz de teimoso e interrogativo, aquele que atravessa as imagens e produz um paradoxo de permanência e permutação. Se o sentido obtuso está fora da linguagem articulada e presente no interior da interlocução, é na passagem da linguagem à significância que se localiza esse sentido irreduzível. Identifico as mulheres combatentes nesse sentido obtuso. Na imagem do acampamento, elas estão fora da condição de combatentes, mas essa mesma imagem é atravessada pelo sentido de conotação e de denotação e as mulheres se fazem combatentes pelo obtuso, pela interlocução de sentidos outros presentes na imagem.

### 3.3 – Captação do real? a fotografia da guerra

A fotografia foi outro aporte utilizado para representar a guerra. Na imagem 27, a foto de um oficial ao lado de dois meninos confere à fotografia o *status* de difusora de modelos e modos, como a dos oficiais e soldados que se fizeram fotografar em diversas situações da guerra, para produzir sentidos sobre ela, como também para conferir a presença, preservar a imagem para a posteridade, revelar-se para a família e amigos mediante a novidade tecnológica. André de Toral<sup>44</sup>, em sua obra “Imagens em desordem”,

---

<sup>44</sup> Em *Imagens em desordem*, Toral analisa o uso da fotografia na Guerra do Paraguai, artifício que, naquele período, começava a se popularizar. Para o autor, a Guerra do Paraguai abriu um

elabora uma relevante análise sobre o uso da fotografia como elemento propagador da memória da guerra. Para esse autor,

a fotografia em papel gerou a ‘febre de retratos’ do período e a moda de os soldados se fazerem fotografar. As vítimas do conflito, doravante, não seriam apenas números ou nomes. Parentes e amigos poderiam dispor de imagens que traziam a lembrança viva dos custos da guerra. Até o imperador Pedro II, buscando identificar-se como o "Voluntário da Pátria nº 1", fez-se retratar, como outros oficiais, em uniforme militar. A imprensa ilustrada utilizava-se amplamente destes retratos, como referência à elaboração de suas litografias, homenageando os que lutavam no exterior. A nação era representada não mais pelos grandes heróis do seu período constitutivo, nobres portugueses ou caciques indígenas, exaltados na literatura e nas pinturas históricas acadêmicas patrocinadas pelo Estado. Eram modestos soldados, oficiais quase adolescentes, escravos e índios; era o vizinho da casa ao lado. Mesmo o inimigo, tinha, agora, um rosto, fisionomias sofridas que inspiravam mais piedade do que ódio. (TORAL, 2001: 01).

Dessa forma, a fotografia da figura 27 investe no sentido visualizar a guerra como espaço não somente da morte, mas também de reprodução da vida. A presença de duas criancinhas sugere, ainda, outro investimento na imagem do exército como corpo formado por cidadãos respeitáveis, civis que engrossavam suas fileiras e recebiam medalhas pela atuação e pelas conquistas, haja vista o oficial performaticamente militarizado: sem as botas características da tropa e as calças ajustadas, mas com espada, quepe, cinto e casaco de oficial. A imagem foi apresentada sem explicação textual que traduza o que identifica a cena. Mas, como afirma Barthes (1990:55), “graças ao que, na imagem, é puramente imagem (e que na verdade, é muito pouca coisa), podemos passar sem as palavras e continuarmos a nos entender”.

---

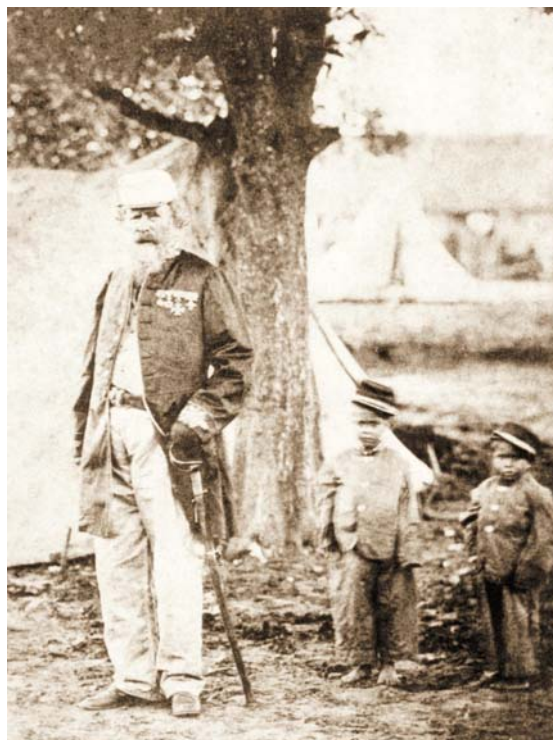
lucrativo mercado para os fotógrafos itinerantes, que retratavam os soldados nos acampamentos ou em casa antes da partida para a guerra. Segundo Toral, “os heróis da pátria agora tinham rosto”, e os “mortos deixavam de ser anônimos”. As fotos não eram publicadas nos jornais por falta de condições técnicas, mas circulavam, de mão em mão, em álbuns produzidos por estúdios e vendidos ao público. Para o autor, “a fotografia transformou a maneira de enxergar o conflito, graças a ela, a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX teve acesso a imagens que não mostram só o heroísmo dos soldados, mas também o acampamento mambembe, o rosto angustiado dos prisioneiros, os milhares de mortos, a miséria de todos os que participaram daquela guerra”. O texto faz parte de uma entrevista que André de Toral concedeu à Revista *Isto É* (n. 213 – 17/06/2002) sobre o livro de TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas /FFCH/USP, 2001.



Os personagens e o cenário que compõem a foto transitam entre dois mundos: a dos civis e a dos militares; a da ação da guerra e do estado de paz; a dos adultos e o das crianças; a dos homens livres e brancos e o das crianças negras – recurso usado pelo fotógrafo para falar sobre a guerra como uma necessidade, condição mínima para assegurar a paz. A paz definida pela ordem, pelo crescimento da vida, pelo clima de cordialidade entre pessoas de diferentes posições sociais, gerações, cores, etnias, raças e gêneros. Um estado alcançado graças ao espaço de toda a sociedade no esforço comum de guerra: o de defender a pátria ameaçada.

A fotografia da figura 27, abaixo, está em um cartão-postal criado pela visão do fotógrafo: um oficial com algumas medalhas no peito e, logo atrás, duas crianças, em um cenário que se configura longe das batalhas sangrentas, embora próximo de um acampamento:

**Figura 27 - Oficial e crianças**



Fonte: Arquivo da Fundação da Biblioteca Nacional (RJ)

Tais sentidos explicitam, no cenário e nos personagens da referida foto, um campo aberto, em que um oficial da Guerra do Paraguai posa

ao lado de duas crianças negras, descalças e vestidas com uniformes maiores do que seu tamanho. São os “filhos do regimento”, denominação dada às crianças e adolescentes que compunham juntamente com os militares e civis as fileiras das tropas em combates.

O memorialista Dionísio de Cerqueira, autor de “Reminiscências da Campanha do Paraguai” (1980), faz referência “aos filhos do regimento”. São crianças nascidas nos acampamentos que iam crescendo sob a inóspita condição que a guerra lhes impunha. Na situação extraordinária que configurava os fatos que ele considera como dignos de registro, destaca-se o nascimento dos “filhos do regimento”. Além dos combates, das dificuldades, dos ferimentos, das mortes, das vitórias, o autor registra também o nascimento presidindo o cotidiano da guerra. Esse acontecimento, nos termos de Giovanni Levi (2000), “excepcional, porque normal”, foi objeto da narrativa de Cerqueira (1980:99):

Não era muito raro ouvir à noite depois do toque de silêncio um vagido de criança, que nascia. Na manhã seguinte, fazia sua primeira marcha amarrada às costas de alguma china caridosa ou da própria mãe, que, com a cabeça envolvida num lenço vermelho, cavalgava magro matungo, cuja sela era uma barraca dobrada, presa no lombo por uma guasca. Esses filhos do regimento criavam-se fortes e, livremente, cresciam nos acampamentos, espertinhos e vestidos de soldadinhos, com um gorro velho na cabeça e comendo a magra bóia que com eles e as mães, repartiam os pais, brutais às vezes, mas quase sempre amorosos e bons.

Um relato do cotidiano da guerra em que as imagens veiculadas sobre ela disseminam. Um cotidiano que, não obstante à situação, anormal, excepcional, do estado de guerra, torna-se também prosaico, normal, haja vista, que, também na guerra, crianças nascem, crescem, são objetos dos cuidados das mães e dos pais, como em qualquer família.

Nesse sentido, Cerqueira (1980:99) refere-se “aos filhos do regimento” como crianças que “cresciam nos acampamentos vestidos de soldadinhos”. Como registrar a “prova” dessa presença que, aos olhos da corporação e da sociedade, desqualificava e engendrava a excepcionalidade e a indisciplina? O memorialista Taunay (1960:138) justifica a presença de mulheres na marcha e nos combates como um costume, algo normal, “um hábito, nos exércitos da época, que famílias de soldados, além de

comerciantes e aventureiros civis, acompanhassem as tropas que marchavam para a guerra”.

Há um investimento do fotógrafo em produzir o efeito de “normalidade” na excepcionalidade da situação de guerra, evidenciada nas fotografias produzidas sobre o cenário de um acampamento bélico. Nesse mundo masculino, não é possível retratar as mulheres. É, portanto, uma presença ausente das lentes do fotógrafo.

Sobre a sombra de uma árvore os personagens posam. As crianças estão um pouco retraídas. Um dos meninos puxa as calças para cima com o intuito de manter os pés livres ou de segurar as calças que pareciam querer arriar. Os quepes, muito grandes, devem ter sido de soldados. Percebem-se aí os meninos ocupando uma posição que, embora parecesse estranha – crianças na guerra -, estava enquadrada na “política da masculinidade”: a guerra como um espaço apropriado para os homens. Mesmo que esses sejam meninos em tenra idade, tais valores deveriam ser inseridos. Há, contudo, questionamentos suscitados pela observação da fotografia: onde estavam as meninas do acampamento? será que existiam somente meninos? os “filhos do regimento” são crianças que acompanhavam os pais ou que ficaram órfãos e foram recolhidas pelas tropas? se foram geradas durante o período que durou o conflito, o que teria sido feito dos corpos/imagens femininas?

O fotógrafo presta-se ao jogo praticado pela “política do silenciamento”: silenciar e ocultar a mãe e as crianças do sexo feminino que provavelmente também ali se encontravam. Como atesta Miriam Moreira Leite (1998:40), “longe de ser um objeto neutro, a fotografia acolhe significados diferentes, que interferem na codificação e nas possíveis decodificações da mensagem transmitida”. A ausência das meninas na foto remete-nos, assim, à significação buscada – a da guerra como espaço masculino – e também à da construção de silêncios em torno de outras presenças que não interessava dar visibilidade. É nessa ausência pensada que identifico as mulheres como combatentes nos campos de guerra.

### 3.4 - A produção da heroína: Ana Néri, dama respeitável

De todas as mulheres que estiveram na Guerra do Paraguai somente Ana Justina Ferreira Néri<sup>45</sup> passou a ser devidamente lembrada, com memória reinventada pela corporação. Como viúva do capitão de fragata, Isidoro Antônio Néri, ela seguiu para o Paraguai, em 1865, com três filhos combatentes e acompanhou o “40º Batalhão de Voluntários da Pátria”, comandado por seu irmão Joaquim Maurício Ferreira. Ana Néri não participou dos combates, mas participou da guerra como enfermeira, tratando dos soldados doentes em hospitais improvisados. Sua atuação mereceu homenagens do governo e do Exército que, juntos, trabalhavam em prol de sua heroização. Após a guerra, o Governo imperial concedeu-lhe uma pensão e a medalha de prata por serviços prestados à nação. Ela chegou a ser chamada pela tropa de “mãe dos brasileiros”. Mais tarde, tornou-se patrona da enfermagem brasileira (LOUZEIRO, 2002: 22-23).

Ana Néri constitui uma identificação social que não remete à significação unívoca da vivandeira – mulher que participou da guerra comercializando víveres -, mas também plural: prostitutas, guerreiras, comerciantes, enfermeiras etc.

Não resta dúvida de que o fato de ser viúva de um oficial, mãe de três combatentes e irmã de um comandante teve provavelmente mais peso no reconhecimento dado à referida enfermeira pela sua atuação. As estreitas relações que Ana Néri mantinha com os quadros militares vieram ao encontro do projeto institucional que buscava capitalizar a presença de mulheres para atuar junto às tropas. Essa iniciativa também investia na estimulação da unidade bélica em prol do patriotismo, uma vez que entusiasmava os integrantes das forças armadas.

---

<sup>45</sup> Seu nome de batismo era Ana Justina Ferreira, nascida em 13 de Dezembro de 1814. Viúva do capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri, do qual herdou o sobrenome. Ana Néri seguiu em 1865 para o Paraguai com três filhos combatentes: Justiniano de Castro Rabello, Isidoro Antonio Néri e Pedro Antonio Néri. Durante a campanha armada, acompanhou o 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, comandado por seu irmão Joaquim Maurício Ferreira. Outro irmão Manoel Jerônimo Ferreira, comandava o 10º Batalhão de Voluntários da Pátria. Ana Néri, durante a guerra, tratou os soldados doentes em hospitais improvisados; talvez pela própria condição de viúva, mãe e irmã de militares, ela se tornou heroína, considerada “mãe dos brasileiros”. (LOUZEIRO, 2002: 22-23).

A atuação de Ana Néri na guerra representava o modelo de mulher que se buscava: viúva honrada, mãe amorosa, enfermeira dedicada e patriota entusiasmada. Sua participação se deu, portanto, por meio de tarefas que não ameaçavam a ordem patriarcal, em consonância com a divisão sexuada de papéis: viver para os outros, esquecer-se de si para dedicar aos filhos, aos soldados, aos feridos e à pátria. Ao invés de se expor na luta como combatente, como companheira de armas dos soldados, ela escolheu o trabalho silencioso e pouco glorioso nas enfermarias improvisadas, justamente o que era considerado “próprio das mulheres”. A partir dessa leitura generalizada, corporativista e utilitarista do Exército e das autoridades governamentais, é possível perceber a escolha de Ana Néri dentre tantas outras mulheres que participaram da Guerra do Paraguai.

A produção da imagem de Ana Néri como heroína de guerra, como patrona da enfermagem e “mãe dos brasileiros” foi discursivamente reafirmada no contexto da I Guerra Mundial. Nesse momento, a imprensa investe em sua biografia, cujo marco fundamental está no passado, na atuação na Guerra do Paraguai. Naquela época, o governo imperial reconheceu publicamente sua contribuição para a nação. No contexto do conflito mundial sua imagem é novamente interpelada com propósitos semelhantes: adensar o sentimento de patriotismo e nacionalismo entre os brasileiros, principalmente, aqueles que integram as forças armadas (*Revista da Semana*, RJ, 1925:14).

O título de “mãe dos brasileiros” faz parte da construção do discurso fundado no universalismo imutável – aquele que identifica as mulheres à natureza, mais aptas para o cuidado com os outros, principalmente com os desprotegidos. Não é outro também a função da enfermagem, uma atividade mais apropriada para as mulheres e demarca os espaços de atuação delas. Os sentidos para a caridade, atribuída a Ana Néri, são expressão dessa “vocação natural” dada às mulheres, na sociedade brasileira dos séculos XIX. Ao atuar em um campo de guerra<sup>46</sup>, as ações políticas foram esmaecidas e enfocadas às assistências de guerra. Daí emerge o caráter da associação à natureza, à

---

<sup>46</sup>Segundo Louzeiro (2002), durante a Guerra do Paraguai, Ana Néri residiu em várias localidades, dentre elas Corrientes, Humaitá e Assunção. Trabalhou como enfermeira, cuidou de feridos e chegou a montar um hospital para atender os combatentes enfermos.

família e à privacidade despolitizada da abnegada mulher que abre mão de sua vida para cuidar dos feridos de guerra.

As biografias de Ana Néri a representam como uma heroína, numa linguagem em que o texto escrito, associado à imagem iconográfica se tornou recurso retórico enfatizado por biógrafos e pela imprensa com o intuito de reativar a memória social e reafirmar uma construção mítica. Tradição inventada<sup>47</sup> de modo a sintetizá-la, particularmente, seu segmento feminino, quanto à importância do trabalho social e assistencialista a ser levado a cabo pelas “senhoras da sociedade”: assistência desenvolvida por leigos, principalmente por mulheres dos setores mais abastados da sociedade, com a tarefa de atenuar as extremas desigualdades existentes na sociedade brasileira do período.

**Figura 28- Ana Neri retratada em litografia**



Fonte: *Revista da Semana*, RJ (Maio, 1925:14)

---

<sup>47</sup> Segundo Hobsbawm; Ranger (1997:09-10), a noção de tradição inventada é “normalmente regulada por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [...] passado que impõe práticas fixas, normalmente formalizadas”. A partir dessas reflexões é possível perceber a tradição como algo construído e reconstruído continuamente.

Junto à imagem, o jornalista Luiz Gastão d'Escragnolle Dória escreveu uma matéria sobre a necessidade de se perpetuar a memória de Ana Néri associada aos papéis tradicionais do ser feminino, reforçando a divisão dos papéis sociais. É visível nessa ação o esforço de criar uma tradição, a de Ana Néri como patrona da enfermagem, via produção e articulação de discursos imagéticos ou não. No texto escrito, ele assinala que “concitou as associações de caridade e socorro aos enfermos a terem o seu retrato” (*Revista da Semana*, 1925:14). Reafirmada tal construção, ela acaba sendo integralizada, socialmente reconhecida e naturalizada.

A prática de carregar um retrato de alguém querido se faz presente na sociedade desde os tempos da Antiguidade e da Renascença. Quando “o retrato representava uma homenagem ao retratado [...] arquétipos milenares como o guerreiro, o caçador, a virgem, a mãe, o herói, são recorrências que permanecem vivas na produção artística até nossos dias” (PORTO ALEGRE, 1998:85). Não por acaso, a matéria na imprensa é acompanhada de uma litografia de Ana Néri. Há, portanto, um esforço em construir uma tradição de prestígio à sua pessoa, pois ela é apresentada usando uma “coroa de louros<sup>48</sup>”, homenagem que foi prestada pelas senhoras de famílias ilustres baianas por ocasião da felicitação.

Tornar Ana Néri uma heroína foi projeto no qual estiveram empenhados homens e mulheres das elites. Nesse propósito, investiram na construção de uma imagem como enfermeira abnegada e na circulação dessa imagem por diferentes veiculações: imprensa, livros, escolas, hospitais, instituições, eventos etc. Ela se tornou o modelo referente para as mulheres que optassem sair de casa para trabalhar ou acompanhar as tropas nos campos de guerra. Ana Néri foi presença autorizada nos campos de combate. As vivandeiras, ao contrário, eram mulheres anônimas. Foram toleradas por serem necessárias, mas estrategicamente mantidas no anonimato.

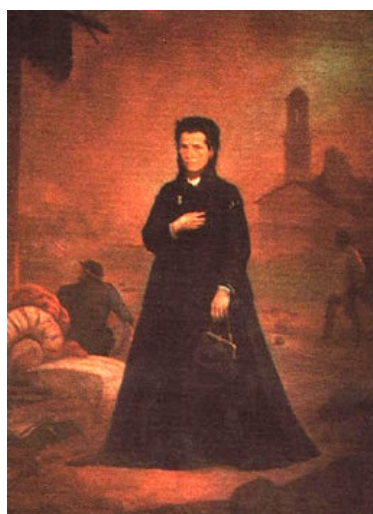
---

<sup>48</sup> Essa coroa de louros, cravejada de brilhantes, folheada a ouro 18k, media 35 cm de diâmetro, rematada por larga fita de gorgulhão, onde se lê: “À Heroína da Caridade, as baianas reconhecidas”. A coroa além de representar a gratidão das mulheres baianas, possuía um valor simbólico que confere poder e prestígio a Ana Néri, exalta o seu trabalho assistencialista durante a campanha da Guerra do Paraguai. (*Revista da Semana*, 1925:14)

A criação da heroína incluiu várias práticas discursivas, dentre elas: a homenagem póstuma prestada em ato público, a política de visita ao seu túmulo. Esse ato proposto pelo jornalista à sociedade, objetiva estabelecer merecimento social como heroína. O saber médico também a reconhece como tal, haja vista, que em 1923, Carlos Chagas funda a primeira Escola de Enfermagem de alto padrão no Brasil que receberá, em 1926, o nome de Ana Néri.

A pintura 29, abaixo, trata-se de ato para alimentar a memória. Mulher recatada, uma verdadeira dama é como Ana Néri foi representada na pintura de Victor Meireles (séc.XIX). O uso de recursos gestuais ou de indumentárias que produzem a idéia de uma mulher distinta, recatada, sem vaidades, disciplinada, séria. Esses mesmos atributos estão presentes em retratos e fotografias de Ana Néri que circularam em outros períodos (ver figura 29 e 30), um forte investimento discursivo para produzi-la como heroína/mãe dos brasileiros. O quadro, pintado pelo artista Victor Meireles, ainda hoje ocupa lugar de destaque no Paço Municipal de Salvador. Ele faz parte do panteão dos heróis/heroínas regionais e nacional.

**Figura 29- Ana Néri – pintura de Victor Meireles**



Fonte: Paço Municipal de Salvador



De 1870, data da chegada de Ana Neri da Guerra do Paraguai, até aproximadamente 1918, construíram-se homenagens em torno de sua imagem. Assim, por volta da segunda década do século XX, rompe-se o silêncio em torno de sua figura na imprensa escrita, quando a Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira, em publicações oficiais da Liga Internacional, declara Ana Néri como sua precursora e pioneira da Enfermagem do Brasil (*Revista da Semana*, RJ,1925:14). Segundo afirmações da mesma revista, foi em 1919 que a Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira, em publicações oficiais da Liga Internacional, reconheceu a atuação dela na guerra e a declarou-a precursora dos serviços de enfermagem no Brasil. Isso não foi por acaso. Trata-se do período de conflitos da I Guerra Mundial (1914-17), possível necessidade de mulheres enfermeiras para cuidar dos feridos nos campos de batalhas, o que explica o investimento da imprensa e das instituições brasileiras no patriotismo e no nacionalismo.

Na década de 1920, várias matérias veicularam na imprensa<sup>49</sup> carioca artigos e textos sobre os serviços de enfermagem, inclusive a publicação da biografia de Ana Néri. Na matéria, ela é representada como “modelo de mulher brasileira”, principalmente, para aquelas que se interessavam em prestar serviços na Cruz Vermelha Brasileira, espaço socialmente público, reconhecido como próprio de mulheres. Em 1925, a *Revista da Semana*, do Rio Janeiro, veicula, em seu exemplar do mês de maio, a trajetória de vida de Ana Néri, exaltando-a como exemplo de mulher brasileira, enaltecendo seu espírito patriota, sua dedicação à caridade, sua abnegação, aquela consagrada aos cuidados com os feridos, verdadeira “mãe dos brasileiros”.

---

<sup>49</sup> A *Revista da Semana* (1925:14), publicada na cidade do Rio de Janeiro, veiculou no exemplar do mês de maio se 1925, uma biografia de Ana Néri, representado-a como um modelo a ser seguido por outras mulheres da sociedade brasileira - servir à pátria.

**Figura 30 – Imagem de Ana Néri como patrona da enfermagem**



Fonte: [www.nossosaopaulo.com.br](http://www.nossosaopaulo.com.br)

Ao ser apresentada como a “mãe dos brasileiros”, a *Revista da Semana* materializa o modelo de mãe veiculado à rede de representações que define significados à maternidade como constitutiva da natureza feminina, como um destino inato das mulheres. Essa prática discursiva inscreve-se no universo representacional que engendra e inscreve as mulheres na ordem do país. O modelo de maternidade celebrado em Ana Néri - “mãe dos brasileiros” - configura-se como “um sentido que aprisiona e desenha os corpos, os desejos e o ser no feminino” (NAVARRO-SWAIN, 2000:55). Fora desse sentido, é o desvio, a aberração, a anormalidade.

Tal construção permanece no imaginário social como esquema de interpelação e significação do social graças às técnicas de reafirmação, como assinala Barthes. Assim é que, após cem anos da Guerra do Paraguai, nos anos de 1967-9, mais uma vez a memória de Ana Néri foi referenciada: ela foi homenageada oficialmente pela Empresa de Correios do Brasil, que colocou em circulação um selo com sua imagem. A consagração de Ana Néri difere, portanto, do silêncio pensado, do esquecimento político construído sobre as demais mulheres, vivandeiras ou não, que estiveram nos campos de batalha, excluídas dos discursos comemorativos por serem representadas como “desviantes”.

Figura 31 - Ana Néri: selo “mulheres famosas”



Fonte: [www.filatelia77.com.br](http://www.filatelia77.com.br)

Atualmente o selo, visualizado na figura 31, com a imagem de Ana Néri circula no comércio virtual denominado por mercado livre<sup>50</sup>. É imagem que integra a de outras heroínas que formam um conjunto designado por “mulheres famosas”, assim consideradas por terem sido legitimadas pelo poder androcêntrico, ao contrário das mulheres transviantes e, por isso, esquecidas. A produção discursiva sobre Ana Néri se insere no rol das mulheres famosas. Ana Néri foi mencionada como aquela que viveu em função dos outros, ou seja, dentro da ordem patriarcal, misógina e heterossexual: casou-se, teve filhos, viúva que viveu para cuidar dos doentes, deslocando-se até para os campos de guerra. Ana Néri foi símbolo da “mãe verdadeira”, aquela que aparece no discurso dos diferentes saberes como “modelo”, como padrão que normatiza os comportamentos das mulheres.

A memória histórica consagra à Ana Néri o ideal do “eterno feminino”. Como assinala Navarro-Swain (2000a:54), essa construção foi “tecida em uma densa rede discursiva que imbrica memória, tradição e autoridades diversas, a representação da ‘verdadeira mulher’, mãe/esposa/dona de casa”. Construção entendida como prática discursiva e não-discursiva que integra o universo simbólico e semiótico que construiu e disseminou a imagem de Ana Néri.

---

<sup>50</sup> Mercado livre é o nome dado ao sistema de comércio virtual pelo qual empresas e pessoas físicas comercializam diversas mercadorias, inclusive objetos raros e de valor cultural como os selos comemorativos.

### 3.5 – A presença autorizada: a Sargenta Jovita

Os discursos sobre a Guerra do Paraguai também utilizaram as imagens de mulheres para estimular o sentimento de patriotismo. Uma tentativa de perpetuar esse sentimento foi a repercussão dada para a incorporação de Antônia Alves de Feitosa<sup>51</sup>, apelidada Jovita, ao corpo de “Voluntários da Pátria”. Talvez por isso mesmo tenha sido incorporada no discurso oficial sobre a guerra: uma presença idealizada, captada pela memória da guerra, povoada de heróis e até mesmo de algumas heroínas: mães, viúvas, enfermeiras e vivandeiras.

Jovita ainda hoje é muito citada quando se fala da Guerra do Paraguai, mas ironicamente ela não foi ao confronto. O exército não aceitava a atuação de mulheres como se fossem soldados. Em vista disso, a jovem cearense, Jovita, cortou os cabelos e travestida de homem, com um chapéu de vaqueiro, alistou-se como “voluntário da pátria”. Jovita ganhou destaque na imprensa do nordeste e em demais jornais do Brasil. Respeitáveis personalidades renderam-lhe homenagens, discursos e admirações. Na realidade, virou um símbolo nacional da guerra, um instrumento de propaganda do governo para estimular novos voluntários a “lutar pela pátria”.

Dessa maneira, uma vez que a presença de mulheres acompanhando as tropas era mais freqüente do que parecia, uma prática impossível de ser contida e/ou eliminada, buscou-se atenuar tal presença, investindo na coragem, ousadia de umas, bem como na dedicação, zelo e cuidados de outros. O nome de Jovita figurou em várias esferas da sociedade como a mulher que rompeu fronteiras, barreiras e enganou o comando do Exército.

---

<sup>51</sup>Antônia Alves Feitosa, ou apenas Jovita, nasceu no povoado de Brejo Seco, nos Inhamuns, Ceará, em 8 de março de 1848. Aos 12 anos, perdeu a mãe numa epidemia de cólera, indo morar com um tio em Jaicós, no Piauí. Foi dessa vila que se deslocou até a capital de Terezina e, travestida de homem, a jovem mulata de feições índia foi aceita como voluntária. Sua identidade foi descoberta por denúncia de uma mulher que a conhecia, mas mesmo assim ela foi incorporada excepcionalmente, com a divisa de primeiro sargento. Vestida de saiote e blusa militar seguiu junto a um dos batalhões para o Rio de Janeiro, em setembro de 1865, mas, na cidade do Rio de Janeiro ela somente pode embarcar para o Paraguai como vivandeira e, na batalha de Acosta Nu, perdeu a vida (BRAZIL;SCHUMAHER 2000:302).

Aprisionada por pertencer ao gênero feminino, Jovita foi impedida oficialmente de permanecer junto à tropa que se deslocava para o Paraguai. Isso demonstra que o gênero não pode ser visto como oposição ao sexo, mas como poder indistinto, já que o sexo, como assinala Foucault (1993:67), “ao longo da história, torna-se chave de nossa individualidade e o selo de nossa identidade”. Assim, os sistemas de representações em nossa sociedade são marcados pelo binarismo que tende a opor identidades, tomando como referência, a norma, a ‘verdade’ enraizada no sexo biológico.

A referência à experiência de Jovita remete à possibilidade assinalada por Guacira Louro, da experiência transexual. Para essa autora, “não se trata, pois de tomar uma figura como exemplo e modelo, mas de entendê-la como desestabilizadora de certezas e provocadora de novas percepções” (2004:24). Jovita subverteu a noção de uma identidade fixa, una e estável. Rompeu com a convenção de gênero e de sexo que referenciavam às relações sociais naquele período. Ao circular de uma identidade à outra, ela mostra uma resistência ao assujeitamento, ao sistema sexo/gênero, fundado na heteronormatividade, pois, como afirma Butler, “os corpos não se conformam diretamente com as regras que os regulam, nunca aderem completamente às normas que impõem as suas materializações” (2000:153-154).

Jovita recusou a identidade ligada ao destino biológico. Buscou subverter a ordem ao se incorporar às tropas que iam para a Guerra do Paraguai, em uma época em que a instituição militar só recebia pessoas do sexo masculino em suas fileiras. Sua recusa a uma identidade fixa e unívoca afronta o esquema sexista e binário que regula o mundo social. Como assinala Rosi Braidotti, “a identidade é um jogo de aspectos múltiplos, fragmentados, de si mesmos” (2000:195). A visão de identidade de Braidotti inscreve-se nas críticas feministas contemporâneas que buscam questionar o modelo patriarcal, as identidades fixas e unívocas e investem nos processos de construções das subjetividades descentradas. Afinal, nesse pensamento, “o sujeito ocupa uma variedade de posições possíveis em diferentes momentos, através de uma

multiplicidade de variáveis tais como o sexo, a raça, a classe, a idade, os estilos de vida etc”. (BRAIDOTTI, 2000:184).

A ação de Jovita revela o aparato que imprime coerência entre o corpo, o sexo e o gênero. Ao se apresentar com uma identidade masculina, ela mostra a fragilidade da construção de uma identidade definida pela biologia e principalmente pelos efeitos performativos do gênero. Como afirma Judith Butler,

o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, [...], seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativamente no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito [...] não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero, essa identidade é performativamente construída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados. (BUTLER, 2003:48)

Ao buscar esse estratagema para ser aceita pelo Exército, Jovita reinventou a si mesma: uma jovem mulata pobre e desconhecida dos sertões do nordeste que consegue se alistar “fingindo” ser homem. Sua ação foi imediatamente domesticada pelos militares. Ao conseguir construir uma memória oficial em torno da ação transgressora, torna-se símbolo nacional da guerra, uma mulher que lutou, mesmo impedida de lutar pela sua condição de sexo/gênero, em defesa da pátria. Sua imagem se transformou em símbolo da guerra, já que seu corpo foi re-codificado como o de uma mulher do povo que tentou se incorporar ao exército pelo simples amor à pátria. Esse ato de coragem e desprendimento de si em favor da pátria legitimou sua consagração como heroína. Não por acaso, muitas personalidades políticas renderam-lhes homenagens, muitos discursos foram proferidos, ressaltando a sua atitude como um ato patriótico.

É importante ressaltar que, pela posição de gênero, classe, raça e escolaridade, a situação social de Jovita na ordem patriarcal e androcêntrica era a de uma pessoa excluída e inferiorizada do ponto de vista da sociedade

brasileira. Era mulher, pobre, mestiça, natural dos sertões nordestinos e longe do mundo “civilizado”. Não obstante, essa mulata pobre se fez protagonista de guerra e desorganizou sentidos sobre a posição das mulheres na sociedade.

**Figura 32 - Sargenta Jovita (1865)**



Fonte: Museu Mitre, Buenos Aires – Argentina

Na imagem da jovem retratada como “sargenta”, Jovita apresenta a performance de um jovem soldado. Tem semblante sério, cabelos curtos e de quepe, braços cruzados, principalmente para esconder os seios. Travestida de homem, enganou os alistadores do exército. O sexo de Jovita, detalhe anatômico, passou despercebido graças ao uso do uniforme de soldado, gestos desprovidos ao corpo produzido como masculino. Para Guacira Louro, essa fuga da modalidade performática do corpo faz surgir outros significados, uma vez que,

os significados dos corpos deslizam e escapam, eles são múltiplos e mutantes. Até mesmo o gênero e a sexualidade - aparentemente deduzidos a uma ‘base’ natural – são atributos que se inscrevem e se expressam nos corpos através das artimanhas e dos artifícios da cultura. Gênero e sexualidade não são definições seguras e estáveis, mas históricas e cambiantes. (LOURO, 2003:2-3)

Assim, não existe uma definição segura e estável para que pessoas sejam vistas como homem/sexo masculino, nem como mulher/sexo feminino. Ao ser vista/definida como homem/masculino, Jovita alistou-se no Exército e depois dele foi excluída em razão de acreditarem na definição segura e estável de mulher/sexo feminino. Essas duas definições foram experiências constituidoras da subjetividade de Jovita, principalmente, da instabilidade dada ao seu corpo.

Várias versões apontam desfecho da vida de Jovita. Um deles dá a versão de que, na cidade do Rio de Janeiro, ela foi abandonada pelo amado e passou a se prostituir para sobreviver, logo depois, embarcou como vivandeira para o Paraguai, no vapor “Jaguaribe”, junto com as tropas brasileiras e, na batalha de Acosta Ñu, perdeu a vida. (BRAZIL;SCHUMAHER; 2000:302). Nessa versão, somente na condição de vivandeira, Jovita conseguiu seguir para a campanha, vivendo sua “verdadeira vida”, já que sua incorporação oficial foi impedida pelo Exército.



## CAPÍTULO IV

### VIVANDEIRAS DA COLUNA PRESTES (1925-27): A REPRESENTAÇÃO DA REBELDIA

#### 4.1. A Coluna Prestes: registros da memória

*Nós não nos arrependemos de integrar a Coluna. Não queríamos voltar. Iríamos até onde fosse necessário.*

(Depoimento de Elza Schmidk, *O jornal*, 1927)

Investigar a presença das mulheres que participaram do movimento da Coluna Prestes implica buscá-las essencialmente nos discursos masculinos materializados em registros escritos de memorialistas<sup>52</sup>, da historiografia e da mídia impressa. Durante a pesquisa, consegui apenas o depoimento de uma mulher, Elza Schmidk, ao jornalista Luís de Amaral, de *O Jornal*, Rio de Janeiro. Nesse depoimento, ela ressaltou, como se vê na epígrafe desta seção, impressões sobre sua presença e das demais mulheres e companheiros de luta<sup>53</sup>.

Tratar dos registros memorialísticos implica pensar a construção da memória, pois conforme assinala Michael Pollak (1992:09), a memória coletiva se operacionaliza a partir da organização “dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer *salvaguardar*”. Tais acontecimentos são referências sobre o passado que, segundo Maurice Halbwachs (2006), se

---

<sup>52</sup> Analiso as memórias de ex-combatentes que integraram o movimento político/militar conhecido na historiografia como Coluna Prestes com o intento de refletir sobre as representações atribuídas por estes às mulheres que atuaram na marcha armada. Dentre os memorialistas, priorizei: o diário da marcha da Coluna Prestes escrito por seu secretário MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1979; as memórias do ex-combatente e comandante do 2º Destacamento da Coluna, LINS DE BARROS, João Alberto. *Memórias de um revolucionário*. 1ª parte: *A marcha da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953; LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1952; SILVA, João (capitão). *Farrapos de nossa história: a marcha da Coluna Prestes do extremo Sul às cabeceiras do rio Apa. São Nicolau (RS)*: s. e., 1959; FERREIRA, S. Dias; MACHADO, Sadi do Valle. *A Marcha da Coluna Prestes*. Pelotas: Livraria O Globo, 1928; CAMARGO, Aspásia; GOES, Walder. *Meio século de combate: um diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

<sup>53</sup> Para maiores informações, ver o depoimento na íntegra de Elza Schmidk ao jornalista Luís Amaral em *O Jornal*, 1927, p. 06, sob o título: “Conversando com as mulheres da Coluna Prestes”.

efetiva pela memória coletiva, envolvida pelas memórias individuais, mas não se limita a elas, já que a memória emerge em função de um grupo que a ela se dedica, sendo tão plural quanto plural seja a sociedade em sua configuração sócio-cultural e política. Dessa forma, a memória constrói, reconstrói e atualiza os discursos de acordo com os interesses do passado, do presente e do futuro. Assim, a memória não pode jamais ser entendida como um processo limitado de lembrar fatos ou acontecimentos.

A análise da produção discursiva sobre a ação das mulheres na marcha da Coluna Prestes revela sua atuação nos movimentos<sup>54</sup> políticos da década de 1920, conhecidos como “tenentistas”. Muitas mulheres foram interpeladas pelo projeto de “salvação nacional”, defendidos pelos tenentes do Exército naquele momento. Nesse movimento, em que se propunha, se preciso fosse, recorrer “às forças das armas para estabelecer o legítimo poder civil” (PRESTES, 1991:94), muitas mulheres<sup>55</sup> se engajaram, em efetiva ação que confronta o silêncio historiográfico construído sobre sua presença no cenário político da época.

Trata-se de presença e atuação efetivas e relevantes na luta armada empreendida pelo movimento da Coluna Prestes, reduzido, muitas vezes, a um confronto entre militares descontentes e o governo federal. Segundo Anita Leocádia Prestes, “nenhum dos líderes do movimento tenentista possuía uma formação sólida no terreno das ciências sociais” (1991:94), no entanto, a luta empreendida tinha em vista combater a corrupção e as desigualdades sociais. A revolta foi deflagrada em desagravo ao Exército pelas ofensas que lhe tinham sido feitas por Arthur Bernardes, mas seu programa era

---

<sup>54</sup>A década de 1920 foi palco de vários acontecimentos que marcaram a história do país, dentre eles, destaque: as manifestações culturais, como a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo; o aceleramento do desenvolvimento urbano - industrial na região sudeste; as greves operárias; a fundação do Partido Comunista; os movimentos políticos/militares, como o “Levante do Forte de Copacabana” (1922); a “Rebelião de 1924, em São Paulo” e demais levantes que ficaram conhecidos como Tenentismo e todos eles tiveram ações efetivas de mulheres. (CARVALHO, 2001:19)

<sup>55</sup> Durante a Rebelião de 1924, na cidade de São Paulo, foi destaque a atuação da aviadora Anésia Pinheiro Machado que, desde 1922, já se destacava pilotando no eixo São Paulo – Rio, um avião “Caudron G-3” de fabricação francesa. Anésia foi a primeira mulher brasileira a transportar passageiros e realizar vôos acrobáticos e, quando da Rebelião de 1924, conspirou e colaborou com os militares rebeldes e acabou presa e isolada no 4º Batalhão da Força Pública de São Paulo, juntamente com os capitães Juarez Távora, Joaquim Távora, Índio do Brasil e Castro Afilhado, todos só ganharam liberdade quando as tropas do governo abandonaram a cidade de São Paulo (CARVALHO, 2001:32).

amplo, pretendia “salvar o país”. A eclosão do movimento ocorreu, como registra Prestes,

com a deflagração dos levantes de 1924, ou seja, com o segundo ‘5 de julho’, viriam à luz os primeiros manifestos tenentistas. [...] Não bastava declarar que pretendiam a derrubada de Arthur Bernardes e a sua substituição por um civil honesto e comprometido com o cumprimento das leis do país. [...]

Para os tenentes cabia aos militares desempenhar esse papel: salvar o país e as instituições dos maus políticos, recorrendo, se preciso fosse, às forças das armas para estabelecer o ‘legítimo poder civil’, que cumpriria a missão de regenerar a Nação através da efetiva obediência às leis e à Constituição. Era uma política elitista e excludente em relação às massas populares, inclusive das camadas médias urbanas, na medida em que a revolução seria feita pelos militares, imbuídos de seu papel salvador. (1991:94-95)

O clima de oposição entre setores do Exército e o governo de Arthur Bernardes ocorreu com o apoio da sociedade civil, vizibilizando a realização da marcha. Essa aliança foi importante, pois revelava que parte da população civil também estava descontente com a “política elitista e excludente em relação às massas populares, inclusive das camadas médias urbanas” até então praticadas pelos “maus políticos”, isto é, pela elite política da “República Velha”. Organizada, a Coluna Prestes foi mais que uma marcha. Foi um movimento de contestação à ordem oligárquica que marcou a década de 1920 e suscitou a mobilização de trabalhadores civis, homens e mulheres, a favor da luta por causas que, se muitas vezes desconheciam, intuíram serem importantes defender. As aproximadamente cinquenta mulheres que aderiram ao movimento da Coluna Prestes provinham, em sua maioria, do contingente das camadas populares, segmentos da sociedade interpelados pelo programa reformista dos tenentes.

Ressalta-se que a incorporação das mulheres à marcha da Coluna Prestes se fez em desobediência ao comando superior, transgredindo as regras estabelecidas pelos seus comandantes e a proibição de as mulheres acompanharem as tropas em combates. Essa situação foi, porém, oficialmente reconhecida por ocasião do deslocamento das forças rebeldes do Rio Grande do Sul para o Paraná. Nessa atividade, o comandante das tropas, capitão Luis Carlos Prestes tomou conhecimento da presença de um grupo de mulheres na travessia do Rio Uruguai. Esse fato intrigou o comandante, apesar da

proibição, aproximadamente, mais de vinte mulheres incorporadas à Coluna quando esta esteve nas cidades de São Luís Gonzaga e Santo Ângelo (RS), teimavam acompanhar os combatentes em marcha pelo interior do país. No diário da marcha, o secretário da Coluna relata o episódio:

Na passagem do rio Uruguai, Prestes proibiu que elas prosseguissem, mas na manhã seguinte, quando a Coluna se pôs em marcha, ele viu, com espanto, que o belo sexo transpusera o rio e já estava montado. Como eram raparigas do Rio Grande, Prestes teve pena de largá-las naqueles sertões desertos e deixou que continuassem a viagem. (MOREIRA LIMA, 1979:130)

Anos mais tarde, em depoimento à sua filha Anita Leocádia Prestes, o ex-comandante, Luiz Carlos Prestes reafirma a presença desse grupo de mulheres engajadas na Coluna<sup>56</sup>. Não se refere a elas, todavia, como “vivandeiras”, mas como pessoas de “origem humilde” que acompanhavam os soldados e que, por vezes, combateram ao lado desses seus companheiros com “desprendimento, heroísmo e dedicação”:

Os acampamentos da tropa revolucionária distribuída em torno de São Luís Gonzaga [...] eram uma atração para muitas mulheres, moradoras da região, todas de origem humilde, que em muitos casos se tornariam companheiras dos soldados e viriam a segui-los [...] Ao todo, no Rio Grande, incorporou-se à Coluna umas 20 mulheres – que, por vezes, chegaram a combater como soldados, revelando grande desprendimento, heroísmo e dedicação. (PRESTES, 1991:139)

O comandante Luiz Carlos Prestes considera a atuação das mulheres junto ao movimento armado um resultado da interação que as tropas exerciam sobre as moradoras do lugar, inclusive das mulheres de origem humilde da região. Ao explicitar sua explicação sobre a presença das mulheres

---

<sup>56</sup>Segundo o historiador Hélio Silva (1971:9-10), o movimento da Coluna Prestes foi uma das maiores marchas militares de toda a história da humanidade. O autor também afirma que registros militares apontam que o Pentágono Norte-Americano investigou os feitos e as operações de guerrilha empreendidas pela Coluna Prestes (1924-27). O Pentágono classificou essas operações de “modelo de guerrilhas”. O comando do 5º Exército dos EUA – General Marck W. Clark -, enviou ao Brasil o professor Neil Macaulay a fim de que ele realizasse uma pesquisa sobre os “feitos” da Coluna Prestes, com a recomendação de que ele refizesse todo o percurso da marcha (aproximadamente 25.000 Km). O interesse foi tão grande que eles levaram diversos documentos e registros de chefes políticos que combateram a Coluna, inclusive, toda documentação que pertencia a Franklin de Albuquerque, perseguidor da Coluna Prestes (CARVALHO, 2001:28).

na marcha, Prestes retira-lhe o viés político do engajamento, reservado apenas aos homens que nela incorporaram. Seu discurso expressa as condições de produção, o lugar de fala do autor: trata-se de um capitão do Exército, cujo discurso é formado pelos valores da corporação e também da sociedade patriarcal que abriga tal corporação.

Nesse sentido, Luis Carlos Prestes reafirma a construção hierarquizada dos papéis sexuais, segundo a qual às mulheres não se concebia nem consciência nem mobilização política e pública, e sim doméstica e privada. Assim, a presença delas na Coluna justificava-se por um antigo costume de as mulheres acompanharem as tropas, não obstante a proibição e, sobretudo, pela atuação que o sexo oposto exercia sobre elas. Tudo dentro da ordem patriarcal e segundo seus códigos morais, sexuais e de gênero.

Com efeito, tal como o/as depoimento/memórias de Prestes, outros discursos construídos sobre a Coluna Prestes apontam para a convenção de sexo/gênero, classe e raça, as quais presidem as normas que decretam o certo e o errado, o normal e o desviante, o permitido e o proibido. Enfim, são as marcas das representações sociais, forjadoras de significações que orientam o modo de pensar e de agir. Nesse sistema binário, o gênero é definido pelo sexo e é por ele restrito: os homens, sexo masculino; e as mulheres, sexo feminino possuem suas identidades e seus papéis sociais já pré-definidos a partir da diferença biológica de seus corpos (BUTLER, 2003: 24).

#### **4.2 - As mulheres na Coluna: rebeldes vivandeiras**

O movimento da Coluna Prestes<sup>57</sup> foi liderado por Luiz Carlos Prestes e empreendeu uma marcha de aproximadamente 25.000 Km, percorrendo, no período de 1924 a 1927, catorze estados brasileiros até o

---

<sup>57</sup>Sobre o movimento da Coluna Prestes, consultar: PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991. Esse trabalho é fruto de sua tese de doutorado pela UFF-RJ. A obra faz uma análise profunda desse movimento armado. A autora ressalta que “se o tenentismo foi o fruto mais evidente da crise da República Velha, a Coluna Prestes marcou a década de 20 como o momento culminante das revoltas tenentistas. Se os demais levantes tenentistas foram efêmeros e, não tendo conseguido se consolidar [...], a Coluna Prestes – a qual se somaram rebeldes paulistas de julho de 1924 -, manteve-se, durante dois anos e três meses, percorrendo cerca de 25.000 Km através de 13 estados do Brasil”. (PRESTES, 1991:113)

exílio dos combatentes na Bolívia. Na marcha, somavam-se os remanescentes do levante militar de 1924, principalmente dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Era um contingente formado por homens, mulheres, crianças, civis e militares que combateram por dois anos e sete meses o governo do presidente Artur Bernardes (1922-26), acusado de autoritário e de ferir o estado de direito. O governo desse presidente culminou em estado de sítio<sup>58</sup>, decretado em função das sublevações armadas ocorridas em vários estados brasileiros, a principal delas, a referida Coluna Prestes (CARVALHO, 2001:27-28).

Segundo Anita Leocádia Prestes (1991:393-394), esse movimento não deve ser entendido como militarista, já que ele visava a objetivos políticos e sociais, de proporções nacionais. Ele atingiu vários setores da sociedade brasileira, inclusive de classe operária das cidades, assim como da opinião pública, através da imprensa oposicionista e do Congresso Nacional. Com características populares e algumas peculiaridades, ele se distinguiu dos demais movimentos tenentistas.

O movimento da Coluna Prestes tinha como objetivo mudar a política do país. Reivindicava, portanto, o voto secreto e denunciava as fraudes nas eleições etc. Pesquisas revelam que, aproximadamente, cinquenta mulheres participaram diretamente da marcha. Seguindo as tropas, elas passaram por privações de toda ordem, combateram, foram presas e mortas e dividiram tarefas com os companheiros de Coluna.

A proliferação de imagens das vivandeiras na Coluna Prestes foi bem maior do que na Guerra do Paraguai. Essa desproporcionalidade pode ser entendida pelo fato de esta última constituir-se como uma “guerra operada”. Assim, houve cuidado com a construção das memórias, já que os registros deram pouca visibilidade para as vivandeiras, apenas as heroínas produzidas segundo o regime de verdade da época foram mencionadas, dentre elas Ana Néri. Já a Coluna Prestes<sup>59</sup> foi movimento de contestação ao poder

---

<sup>58</sup> O Dicionário de Política esclarece que estado de sítio se refere ao momento em que a comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo, às autoridades políticas, às restrições de liberdade, podendo ir de simples medidas de polícia (proibição de reuniões) à total suspensão das garantias institucionais. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1995:413).

<sup>59</sup> Segundo Edmar Morel (1987:74), a bibliografia da Coluna Prestes envolve mais de 5.000 (cinco mil) livros, artigos e reportagens, editados em português e em outros idiomas.

estabelecido, tratado como evento às margens, como algo suspeito, movimento acusado de visionário e/ou idealizado. Nele, portanto, caberia focar as vivandeiras.

Assim, reúno, nesse texto, algumas imagens impressas pelas lentes de fotógrafos, narrativas visuais que integram a linguagem textual de alguns jornais que visualizaram as vivandeiras. Seleccionadas as imagens, analiso fisionomias, gestos, valores, relações de sentidos que exprimem e dão materialidade aos corpos das vivandeiras, significantes apreendidos nas linguagens iconográficas.

Tais práticas são contrárias às representações das mulheres como ser frágil, submisso, dependente. A imagem do feminino oposta no modelo normativo de mulher construído pelo regime de verdade. Como reflete Foucault,

a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política gera' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; [...] as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979:12).

Ao defrontar-me com as imagens das vivandeiras na marcha da Coluna Prestes, questiono o regime de verdade que circula no discurso historiográfico sobre as guerras, revoltas armadas e revoluções. Esse regime de verdade aponta que as mulheres não estão ali, por ser espaço que elas não freqüentavam. Reservado a elas estava o espaço de seus lares, domínio feminino, despolitizado e, portanto, distanciado do poder e da política. Há uma

---

Sobre a presença e atuação feminina no movimento da Coluna Prestes, consultar CARVALHO, M. M. (2001) *A invenção das vivandeiras: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada*. Goiânia:UFG, 2001 (Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História). Para a autora, praticamente todos os que escreveram sobre o movimento reproduziram as palavras do secretário da Coluna, Lourenço Moreira Lima, na obra *A Coluna Prestes – marchas e combates*, diário da marcha, escrito em 1928, a partir de suas memórias e das anotações que fez durante a campanha (1924 -1927) e reduziram as ações dessas mulheres ao mencioná-las apenas pela denominação de “vivandeiras”.

*política de esquecimento* construída sobre a presença das mulheres no espaço das guerras. As imagens das vivandeiras da Coluna Prestes são “indícios, traços mais ou menos precisos” que nos apontam/mostram como “um tecido é urdido e um discurso forjado” (NAVARRO-SWAIN (2000a:13). O real vivido e transformado em história é silenciado por isso.

Fragmentos do registro das experiências das vivandeiras chegam-nos pelas imagens de mulheres fora dos padrões estabelecidos, rompendo com a “política do esquecimento”. Ao enveredar pelo campo da iconografia, tento perceber como a produção, a circulação e a disseminação de imagens possibilitam fazer a leitura das ações dessas mulheres no movimento da Coluna Prestes e, sobretudo, como tais imagens compõem as representações das vivandeiras dessa Coluna. Longe de ser uma ilustração para o texto, essas imagens são apreendidas como narrativas visuais que assumem uma função política, pois as tomo como parte integrante da cultura que as produziu.

Em relação ao termo “vivandeira”, ele foi empregado e objeto de registro do relato da experiência da Coluna. Lourenço Moreira Lima<sup>60</sup>, secretário da Coluna Prestes, faz uso da palavra “vivandeira” para justificar a presença das mulheres no movimento, já que como mulheres elas não podiam integrar uma marcha armada, como “vivandeiras” seriam aceitas, em razão de uma tradição das tropas em combates. Designado para escrever o diário da marcha, ele foi o responsável por incluir e excluir o que devia e o que não ser dito, no sentido de construir uma narrativa oficial e legal sobre a experiência da Coluna, depositária da memória do evento.

---

<sup>60</sup> Na biografia do secretário da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima, escrita por Edmar Morel (1987:21-25), encontrei certa relação entre a concepção comteana de mulher e a de Lourenço Moreira Lima - bacharel em Direito, ex-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). Quando se juntou aos rebeldes em 1924, ele tinha 43 anos, era separado de um casamento que durou pouco mais que um ano, mas conservava vivo um amor platônico por sua prima, Rita Ricordina Carneiro da Cunha. Ele a tratava como uma verdadeira deusa, dedicava-lhe sonetos nos quais sua beleza era comparada às madonas inspiradoras dos grandes artistas. “Cotinha”, apelido carinhoso pelo qual a chamava, representava a mulher ideal: casta, fiel e abnegada. Existem, portanto, traços de Auguste Comte em Lourenço Moreira Lima, uma vez que Moreira Lima se aproxima da influência comteana. Enquanto Clotilde havia sido a grande inspiradora de Auguste Comte, “Cotinha” era a musa do secretário da Coluna e, foi nessa perspectiva positivista/moralista que ele escreveu o diário da marcha e denominou as mulheres que nela atuaram de vivandeiras (CARVALHO, 2001:52-53).



Discursos datados e posicionados sob a lógica cristã, heterossexual, androcêntrica e patriarcal buscavam estabelecer seu regime de verdade ao inculcar que as pessoas só se tornam inteligíveis, quando adquirirem seu gênero em conformidade com os padrões reconhecíveis, em que o sexo biológico é tido como essencialmente binário – masculino e feminino. Como bem atenta Judith Butler,

Em sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (2003:38).

Dentre as vivandeiras citadas, algumas delas foram mais destacadas nas memórias dos companheiros de marcha, embora não se possa deixar de destacar que a presença de todas elas foi relevante para o desempenho da luta armada. Lourenço Moreira Lima ao fazer referência à posição das mulheres na Coluna, as vivandeiras, conferiu mais destaque à austríaca *Hermínia*, uma enfermeira diplomada, que se incorporou ao movimento ainda na cidade de São Paulo, por ocasião da Rebelião de 5 de julho de 1924.

#### 4.2.1– Hermínia: enfermeira/combatente

**Figura 33 - Combatentes da Coluna Prestes em hospital improvisado em La Gaiba (Bolívia), destaque para a enfermeira Hermínia (ao fundo, toda de branco)**



Fonte: FERREIRA, 1928:243.

A ambigüidade dos discursos sobre a enfermeira Hermínia também está presente na representação que se imprime a essa imagem. A foto dessa enfermeira que acompanhava a Coluna, embora a coloque no “seu lugar”, ou seja, junto com os companheiros, mas não na linha de frente, não a distingue dos demais, nem pela profissão exercida, nem pela identificação feminina quanto às formas e à vestimenta.

Excetuando-se a ausência bigode e a roupa toda branca, é uma imagem que se confunde com a dos demais rebeldes: chapéu, mangas compridas, cinto na cintura, cabelos escondidos pelo chapéu, ausência de armas. O fotógrafo capturou a imagem do grupo no interior do acampamento do exílio, na Bolívia, num momento de descanso, já que a maioria estava se recuperando de doenças contraídas durante a marcha.

Os discursos memorialísticos destacam Hermínia como uma mulher que sempre esteve junto ao Estado Maior da Coluna Prestes, muitas vezes, marchando junto ao batalhão de vanguarda (MOREIRA LIMA, 1979). Nessa imagem, contudo, ela aparece recuada em relação aos demais companheiros, mas junto aos soldados combatentes: detrás de todos, parecendo protegê-los e sendo por eles protegida.

A presença e a atuação de Hermínia no movimento da Coluna Prestes elaboram um rol de significados que perpassam os sentidos usuais atribuído às vivandeiras: como guerrilheira atenta e vivaz, ela integra o pelotão combatente exilado e certamente não se encontrava ali apenas como mulher que servia bebida e alimentos às tropas, além de sexo, companhia e cuidados. Percebe-se, assim, que não é possível enquadrá-la numa pauta de identificações fixas e de sentidos unívocos.

A pluralidade de sentidos aponta para o sujeito múltiplo e não fixo, aquele que não se assujeita e é capaz de resistir às fissuras da “rede de relações de poder”, pois como afirma Foucault,

da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando seu tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução. (1998:92)

Hermínia, ao posar para o fotógrafo, assujeita-se ao propósito daquele, mas expressa um ponto de resistência, haja vista que sua imagem como integrante do grupo combatente desestabiliza as representações do feminino, ao se integrar como guerreira, como combatente e não apenas como protegida pelos homens. Foi essa sua “reposta individual à interpelação do social que cria as identidades e a identificação de um grupo, definindo sua inserção no espaço societal” (NAVARRO-SWAIN, 2000a:53).

Para o secretário da Coluna, a loira *Hermínia* era uma mulher extremamente “brava, valente e devotada”, pois, mesmo nos momentos mais difíceis, não fugia diante dos perigos. Ao contrário, durante os combates, ela

cruzava as linhas de fogo para atender e retirar os soldados feridos (MOREIRA LIMA, 1979:132).

A maioria das mulheres mencionadas por Lourenço Moreira Lima e por outros ex-integrantes da Coluna não teve seus nomes citados e, quando ocorria uma nomeação, essa era feita pelo uso de apelidos, o que, por si só, já denota a posição inferiorizada dessas combatentes em relação aos companheiros de luta, os quais, ao contrário, eram identificados pelo nome, sobrenome e patente. No diário da marcha - relato maior sobre o movimento -, encontrei nomes somente de algumas delas, ou, na maior parte das vezes, apenas seus apelidos.

Hermínia, a loira enfermeira austríaca, da qual não foi registrado o sobrenome, foi assim descrita por Lourenço Moreira Lima:

Hermínia nos acompanhou desde São Paulo até a Bolívia, era valente e devotada, retirando muitas vezes os feridos das linhas de fogo [...] , era extremamente brava e de uma grande capacidade de trabalho. Marchava a pé durante muitos dias, potreava e laçava como um gaúcho (1979:132).

Nessa citação em que o autor exalta a capacidade de trabalho, a valentia, a bravura, a resistência física e o devotamento da enfermeira Hermínia à causa e aos feridos, não há qualquer referência ao seu sobrenome. Seria uma forma de proteger a família de algum perigo de desonra por ter a filha/esposa/irmã engajada no corpo de combatentes? Tudo indica que sim, pois, embora a maior parte das vivandeiras fosse de origem humilde, ela não deixava de ter um nome de batismo e sobrenome de família. O caso de Hermínia, então, é revelador dessa estratégia de proteção, pois se tratava de uma enfermeira diplomada, austríaca, que permaneceu durante todo o percurso da Coluna junto ao “Estado Maior”. Tratava-se, portanto, de mulher acostumada à convivência social heterossexual, às relações de trabalho, à vida urbana. Daí conviver com o comandante da Coluna, Luís Carlos Prestes, com Miguel Costa, Juarez Távora e outros. Ela chefiava o “corpo de saúde” da Coluna, juntamente com outro enfermeiro. Além de Hermínia, o memorialista revela a atuação de outras vivandeiras, ao assinalar que,

a resistência dessas mulheres foi admirável na marcha, andando longo tempo a pé e sofrendo toda a sorte de privações. [...]. Era comum conduzirem as armas dos soldados para que esses descansassem.  
 A alma simples e ingênua dessas mulheres do povo é feita de sacrifícios e de martírios pelos entes a quem se dedicam.  
 É essa alma que faz as vivandeiras. (MOREIRA LIMA, 1979:131)

Na construção das vivandeiras, o autor explicita os traços constitutivos de suas “almas simples” e ingênuas, bem como de seus integrantes: resistência, dedicação aos companheiros, sofrimento, sacrifícios e renúncia. Apenas nesse total desapontamento de si é que residia a razão de ser das mulheres vivandeiras e a condição de sua presença na Coluna. Na representação construída, o autor veicula o modelo de vivandeira, imagem-síntese de mulher, em operação que engendra, na ordem patriarcal, aquilo que delas poderia transbordar com a presença das mulheres nos campos de combate, lugar definido como de domínio exclusivo masculino.

A resistência física, a coragem e a bravura dessas mulheres desestabilizam o discurso fundado na teoria da fragilidade biológica. Essas qualidades são contidas graças a atributos outros, reconhecidamente femininos, como sacrifício, dedicação, ingenuidade e renúncia. Essa força potencialmente desestabilizadora destaca a ação das vivandeiras nas marchas e contramarchas: andam a pé ou montadas a cavalo e percorrem aproximadamente 25.000 Km. Junto com os rebeldes, elas são descritas atravessando rios e andando descalças. Maltrapilhas, chegaram até o exílio depois de peregrinarem por várias regiões do Brasil, passam por toda a sorte de privações e necessidades.

A referência de Prestes à “atuação” que as tropas acompanhadas exerciam sobre as mulheres está também presente em outra narrativa sobre a Coluna. Evidencia-se, nesses discursos, a operacionalidade do *dispositivo da sexualidade*<sup>61</sup>, já que centrou no sexo e na sexualidade o eixo da vida social, a razão de ser e de existir das mulheres (e dos homens). Não por acaso, a referência às vivandeiras e às chinas, respectivamente, “prostitutas” e “semi-

---

<sup>61</sup>O conceito de *dispositivo da sexualidade* é aqui referido para explicitar o sentido da construção de corpos sexuados, concepção adotada por Foucault (1993).

prostitutas” revela o aspecto sexista de expressão do pensamento de uma época.

É possível perceber o *dispositivo amoroso* operando na narrativa de Lourenço Moreira Lima (1979:132), quando ele relativiza a coragem, a ousadia e a determinação identificadas na atuação da enfermeira Hermínia, de modo a mantê-la sob o controle da ordem militar, patriarcal e heterossexual para ressaltar a atitude reconhecida socialmente como feminina: amar e casar-se. Assim, ele relata que ela “alcançou o seu ideal na Coluna: arranhou um noivo da cor de Otelo, o bravo tenente Firmino, a quem se associou em La Gaiba [...] certamente irão gozar as delícias do himeneu”. Ao colocar Hermínia no seu “devido lugar”, o autor excluiu possibilidades outras, dentre elas a da escolha feita por Hermínia de participar do movimento rebelde. Essa escolha política é reduzida a uma escolha biologicamente dada pelo discurso misógino de Lourenço Moreira Lima. Enfim, ele tratou Hermínia como um ser humano que se traduzia apenas pelo corpo sexuado. Além desse *dispositivo amoroso*, há também referência ao devotamento das vivandeiras aos companheiros, aos feridos, à causa rebelde. Essa devoção, isto é, amar e ser amada por um companheiro de campanha foi construído e justificado como algo indispensável à realização pessoal das mulheres.

A insistência desses discursos em revelar as vivandeiras como mulheres comuns, isto é, fora da condição de combatentes, foi recurso retórico usado para mantê-las dentro da ordem, como já assinalado. Não se trata, em nome de uma desestabilização, contrapor e negar a existência de relacionamentos amorosos e sexuais entre as vivandeiras e os companheiros de luta, como foi o caso de Hermínia. O problema é que esse relacionamento é colocado como o único ideal para a permanência de Hermínia junto à tropa. O discurso masculino atua no sentido de direcionar as mulheres para o assujeitamento, para o devotamento ao outro. Investe, portanto, no *dispositivo amoroso*, tal como define Navarro-Swain:

O amor está para as mulheres como o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem. [...] O dispositivo amoroso, assim, cria mulheres além disto e dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus

pensamentos, seus comportamentos na busca de um amor ideal, feito de trocas e emoções, de partilha e cumplicidade. A sexualidade às vezes é até acessória. As tecnologias sociais do gênero investem os corpos-sexuados-em-mulher em práticas discursivas que propõe como axioma a “natureza” feminina, um pré-conceito ancorado no senso comum, propagado e instituído por um conjunto de discursos sociais (2006:14).

O capitão gaúcho, João Silva, ex-integrante da Coluna Prestes, também investe nesse *dispositivo*, ao referir-se à ação das mulheres na Coluna. Vê-se o sentido de abnegação, devotamento, heroísmo e desapossamento de si para viver para os outros. Suas “queridas vivandeiras” são a imagem da “vivandeira-mãe” do imaginário social, no qual o amor dos outros é seu fundamento identitário. Assim, conforme o relato desse capitão:

Víamos as nossas queridas vivandeiras lado a lado dos seus companheiros prestando relevantes serviços aos destacamentos. Denodadas gaúchas que nos hospitais de sangue [...] estavam atendendo nossos soldados feridos, os moribundos e amortalhando os que faleciam, ajudando a sepultá-los. Quantas e quantas dessas heróicas e queridas vivandeiras, qual anjos junto a um moribundo, rezavam, enxugavam as lágrimas e molhavam os lábios sequiosos do homem em febre e gemendo nos últimos estertores da morte! Quantas e quantas vivandeiras iam às linhas de fogo e de lá traziam os feridos para a retaguarda, rasgavam as suas vestes e faziam ataduras. Essas gaúchas [...] saíram de um meio espúrio, mas tornaram-se almas mães, conscientes, representando as mães, as irmãs e filhas de todos os homens que acompanhavam as duas colunas [...] (SILVA, 1959:76)

Trata-se de narrativa que investe, portanto, na imagem de mulher que vive em função dos outros, daí a descrição de vivandeiras que se compadeciam com o sofrimento dos soldados feridos. Elas mantiveram, no campo de lutas, um sentimento “nato”, “sagrado”, “puro”, sua “vocação natural”, de ser mãe, haja vista que “elas saíram de um meio espúrio, mas se tornaram almas mães, irmãs e filhas de todos os homens”. Embora combatentes, elas são enquadradas, segundo Navarro-Swain, no rol da

maternidade como um traço distintivo do feminino [...], linha divisória que encontra na reprodução que define a mulher de maneira ambígua, exaltada e marcada ao mesmo tempo na maternidade [...] Exaltada na tarefa ‘divina’ de dar à luz aos seres humanos, mas ao preço de se ver atrelada e definida por essa função (2000:52).

Os sentidos atribuídos às mulheres são diretamente ligados à maternidade, como também é revelado o sentido da abnegação, do sacrifício, da renúncia. Segundo Colette Guillaumin (1992), trata-se de um processo no qual as mulheres são despossuídas de si mesmas, pela apropriação de seu corpo. A autora denomina “sexagem” essa apropriação física dos corpos das mulheres. Tal apropriação feita pelos homens se dá principalmente por meio de quatro dimensões: a) apropriação do tempo (através do contrato de casamento, as mulheres devem dedicar seu tempo ao serviço de todos da casa); b) apropriação dos produtos do corpo (os filhos pertenceriam ao pai); c) obrigação sexual (no casamento, na prostituição); d) carga física dos membros inválidos do grupo (GUILLAUMIN, 1992:20).

Percebe-se, assim, como o campo da guerra foi definido de domínio masculino. As mulheres, quando dele participaram, foram reconhecidas por sua atuação desde que na condição de enfermeira e “almas-mães”, isto é, de devotamento aos companheiros feridos ou não. Atuar com bravura, como aguerrida combatente, seria ameaçar essa divisão sexuada dos papéis sociais. Assim, elas foram submetidas à assimetria nas relações entre mulheres e homens nos campos de luta e na sociedade. Foi sob essa lógica hierarquizadora e desigual que os homens registraram a presença das mulheres nos palcos da guerra. Foi na condição de “vivandeiras-prostitutas” que se redimiram pelo devotamento e sacrifício que os memorialistas registraram a ação das mulheres no movimento armado. Isso pode ser visto no depoimento do capitão João Silva (1959:76), ao afirmar que essas mulheres “saíram de um meio espúrio”, mas, na Coluna, elas haviam se tornado uns anjos, guardiãs incansáveis dos companheiros. São discursos como esses que impõem a criação de sentidos e constroem práticas discursivas, “poderosa arma que distribui lugares, designa e nomeia, exclui e divide, instaura poderes”. (NAVARRO-SWAIN. 2005:09)

O comandante Osvaldo Cordeiro de Farias acompanhou a Coluna Prestes até a Bolívia e, anos mais tarde, deixou seu depoimento sobre a atuação de mulheres na Coluna Prestes:

As mulheres acompanhavam os destacamentos a pé ou a cavalo, para nós era como se fossem soldados [...] Havia apenas uma mulher para a qual eu abria exceção: Hermínia, de origem alemã,



uma enfermeira extraordinária [...] Todos os soldados tinham a maior confiança nela. Hermínia era enfermeira diplomada e vivia com um soldado de São Paulo, também de origem alemã. Mas dizem que concedia seus favores a outros soldados. Nós não tomávamos conhecimento desse tipo de problema, a não ser que as disputas por mulheres ocasionassem conflitos maiores. (CAMARGO; GOES, 1981:132).

Oswaldo Cordeiro de Farias admite a presença de mulheres na Coluna, mas ele via isso como algo comprometedor da imagem do movimento cuja missão era a de “regenerar a nação”, sob o comando dos militares, os “salvadores da pátria” (PRESTES, 1991:94). Daí as significações impressas a essa presença: ou eram vistas como “se fossem soldados”, ou reduzidas a corpos de prostitutas disputadas pelos soldados. Trata-se de presença evidenciada com o silenciamento de outras; das mulheres que atuaram nos combates, no exercício de várias atividades. A única presença que foi destacada de sua narrativa foi a de Hermínia, porque se tratava de uma estratégia. Era diplomada e atuava como enfermeira, isto é, possuía presença autorizada no palco de guerra. Mesmo assim, o autor ressalta outra dimensão de sua atuação – a que “concedia seus favores a outros soldados” – de modo a compor uma representação de vivandeira reduzida com as imagens circulantes no imaginário militar da época: mulheres que acompanhavam as tropas, comerciantes, prostitutas, combatentes, cantineiras, enfermeiras etc., enfim, mulheres transgressoras.

Com efeito, a vivandeira foi representação veiculada nos diferentes registros sobre a guerra. Comportou sentidos positivos e negativos de modo a legitimar seus apelos, sobretudo, junto ao segmento feminino da sociedade. Assim, elas foram consideradas valentes companheiras de luta, enfrentavam as mesmas dificuldades que os corajosos combatentes, já que se faziam presentes e atuantes nos momentos mais árduos e perigosos. Ao mesmo tempo, foram desclassificadas e assujeitadas à condição de corpos sexualmente disponíveis, isto é, como “prostitutas”. Afinal, apenas nessa condição é que seria possível romper com os padrões e normas estabelecidas pela sociedade da época para seguir uma tropa militar.

Essa ambigüidade está presente nas memórias de outro integrante da Coluna, o capitão Landucci - ajudante de ordens de Luís Carlos

Prestes. Ele refere-se à presença das vivandeiras na Coluna de forma elogiosa, mas, implicitamente, ressalta a inferioridade do “sexo frágil”:

Quem diria que mulheres pudessem suportar as fadigas daquela campanha, quando a virilidade do homem às vezes fraquejava? [...] A história narra fatos notáveis a respeito das vivandeiras e nós também queremos render-lhes justa homenagem [...] As enfermeiras, entretanto, foram heroínas, revelando alto grau de dedicação. A enfermeira Hermínia era valente e dedicada a um tempo, socorrendo os feridos da linha de fogo. No cerco de Terezina chegou às trincheiras inimigas e ali tratou vários feridos. No combate de Anápolis foi em busca das secções de M.P., que marchavam no centro da Coluna para que corressem ao campo de ação. Era extremamente brava [...] potreava e laçava como um gaúcho (LANDUCCI, 1952: 167-170).

Para o capitão Landucci, o espaço das guerras pertencia aos homens viris, mas justifica que mencionar as mulheres em suas memórias é uma forma de prestar “homenagem” pela impensada e extraordinária dedicação delas na prestação de serviços, já que “essas mulheres revelaram-se além das expectativas do que se esperava delas” (LANDUCCI, 1952:167-170). O discurso insiste em reafirmar as mulheres como pertencentes ao “sexo frágil”, criaturas indefesas que necessitavam do amparo masculino ou, pelo menos, de suas homenagens. Afinal, não se trata de mulheres comuns, e sim de heroínas, tal sua dedicação aos soldados e à causa da guerra e, como tais, serviram de modelos para outras mulheres.

Ao colocar em dúvida a capacidade das mulheres em “suportar as fadigas da campanha”, o capitão Landucci elegeu a enfermeira Hermínia como enfermeira/vivandeira modelar. Nessa sua construção, ele elege alguns requisitos dos discursos naturalizantes e misóginos da época: “extremamente brava, potreava e laçava como um gaúcho”. Interessante ressaltar que, ao ser identificada como portadora de tais atributos, ela escapou de um tipo de identidade sexual para cair noutra. Essa instabilidade, porém, desestabiliza a idéia de fixidez identitária, já que Hermínia é valente vivandeira, enfermeira dedicada, brava combatente, exímia cavaleira e prostituta que “concede favores”. Atributos tidos como masculinos e femininos compõem essa personagem paradoxal, essa pessoa singular, confundindo leituras

aprisionadas a uma lógica binária e fixa. O melhor é mesmo transformá-la em heroína como fez o capitão Landucci.

Rubens Fortes, outro ex-combatente da Coluna Prestes, em entrevista ao CPDOC/ FGV, afirma que o seu pelotão contava com um grupo de aproximadamente dez mulheres, que ele nomeia como “vivandeiras”, consoante os demais registros dos memorialistas. Segundo esse autor,

as vivandeiras eram as mulheres que acompanhavam a Coluna [...] tinha a Hermínia que era enfermeira. Essa mulher era muito engraçada, ela era mulher do tenente Hermínio, um caboclo da força paulista, ela cuidava dos feridos, dava tônicos para os doentes que estavam depauperados, ela dava até “Saúde da Mulher” para os fracos, não tinha nenhuma dúvida, era um tanto esquisito, dar “Saúde da Mulher” para um homem ferido [...] (risos no final do relato – Rubens Fortes, CPDOC – FGV, 1983-áudio)

Acrescenta-se, assim, à imagem polissêmica de Hermínia, a de enfermeira “engraçada”, que acudia a todos e não se apertava. Assim, em ocasião em que havia falta de medicamentos para os “doentes mais depauperados”, ela medicava com “Saúde da Mulher”<sup>62</sup>, tônico regulador do ciclo menstrual.

Esse estranhamento de Rubens Fortes é visível, pois o tônico era apresentado na época como “destinado particularmente à fêmea, já que ser mulher era uma doença, a mulher era um ser frágil, com a cabeça nas nuvens e à procura de um vidro de fortificante” (*Revista Nosso Século*, 1982:104). Conformado sob tal representação de mulher, sinônimo de sexo e doença, ou seja, como ser biológico frágil, o autor entendia a atitude de enfermeira como a de uma mulher “com a cabeça nas nuvens”, quando ministrava esse tônico aos soldados. Ressalta-se a criatividade e a ousadia da enfermeira Hermínia em medicar, às escondidas, soldados feridos com um regulador menstrual e, muitas vezes, presenciar a recuperação considerável deles com o referido regulador.

O tônico menstrual materializava a regulação, a pretensão de controle médico sobre o corpo e sobre a mente das mulheres, de modo a exercer o controle da histeria, da deformação das mulheres, associada ao

---

<sup>62</sup>Uma propaganda (no início da década de 1920) do regulador “A Saúde da Mulher” dizia: “a natureza destina à fêmea a árdua tarefa da geração [...]” (NOSSO SÉCULO.1982:104).

funcionamento hormonal. No frasco da embalagem, o tônico menstrual apresentava suas indicações terapêuticas e prometia que: “os componentes químicos e vegetais, que têm propriedades raras e únicas, atuam diretamente sobre o útero e o ovário regulando esses órgãos, dando-lhes a vitalidade necessária” (*Revista Nosso Século*, 1982:104). A prática regulatória sobre o útero e o ovário, o controle, enfim, dos corpos das mulheres difundia seu destino procriador.

#### 4.2.2 – Elza Schimidk: presença incômoda da guerreira/mãe

Se Hermínia foi lembrada como enfermeira dedicada, engraçada, infatigável, brava ou acessível, Elza, outra “enfermeira alemã”, foi representada como “presença incômoda” na descrição de João Alberto Lins de Barros. Segundo esse autor, comandante do 2º Destacamento da Coluna Prestes, essa “bonita loira” teria comprometido o desempenho de um major na campanha militar, por estar preocupado em assegurar “todo conforto possível” a ela. O autor lamenta a perda do amigo e companheiro de marcha, major Lira, nas divisas de Mato Grosso com a Bolívia, nas proximidades do exílio tão esperado, e culpa a presença de Elza com quem aquele “vivia maritalmente” pelo comprometimento da atuação do militar nos combates:

Ao atravessar o rio das Garças, foi o 2º Destacamento (o meu) surpreendido pela coluna de jagunços de Franklin de Albuquerque [...] Restava apenas a travessia dos cargueiros e, entre eles, o Major Lira, que se conservou no porto ao lado de sua bagagem. Major Lira era um pernambucano bravo, de compleição robusta, alto porte e bem humorado [...] Entrara na revolução em São Paulo como civil, por entusiasmo cívico e espírito de aventura [...] exercia, as funções de sub-comandante. Era bravo e prestava ótimos serviços, mas tinha sua eficiência reduzida pela presença, na Coluna, de Elza, alemãzinha loira e bonita com quem vivia maritalmente. O casal tinha um filhinho de três meses que nascera em plena marcha [...] Lira procurava dar todo o conforto possível a Elza. Tinha barraca, cama e panelas. Trazia sempre um cargueiro com bagagem, excessiva para a Coluna. Era hábito, na passagem de rios, fazer atravessar primeiro homens válidos, feridos e a munição. Os cargueiros ficavam para depois. Lira estava ainda ocupado com a sua bagagem, quando o adversário atacou. Foi o primeiro a cair, combatendo valentemente. (LINS DE BARROS, 1953:173)

A referência se dá justamente para reforçar a crítica à presença de mulheres junto às tropas, compartilhada por muitos oficiais do comando. O uso de diminutivo “alemãzinha loira e bonita” não se deu por acaso. O autor, empenhado em denegrir a imagem da atuação das mulheres na marcha, mira seu olhar acusador sobre a enfermeira Elza foi identificada por ele como a imagem-síntese do perigo: mulher, loira, bonita, estrangeira, amasiada, enfermeira e vivandeira. Na construção dessa “agente do Satã” da tradição cristã ocidental, Lins de Barros investe no imaginário social culturalmente naturalizado, em que a representação de mulher é fundada no mito de Eva.

A imagem abaixo, figura 34 compõe uma reportagem de primeira página, publicada pelo *O Jornal* (1927:06), com o título: “Conversando com as mulheres da Coluna Prestes”. A fotografia retrata o momento em que a enfermeira Elza Schimidk, em Cuiabá (MT), posa com o filho, nascido durante a marcha. Na ocasião, ela concede uma entrevista ao jornalista Luís Amaral e relata a experiência de participar da Coluna. Não por acaso, a fotografia registra-a com o filho no colo. O fotógrafo se furta a apresentá-la como rebelde combatente para retratá-la simplesmente como mãe que sorri e expõe seu filho, como se estivesse passeando no campo. Essa imagem, mais ou menos idílica, reforça a memória social acerca da maternidade e da maternagem: nem mesmo a situação de guerrilha exime a mulher do destino maternal ligado ao ventre e à maternidade.

**Figura 34- Elza Schmidk e seu filho Evandro Schmidk**



Fonte: *O Jornal* (R.J), 10 de julho de 1927:06.

A imagem construída pelo olhar masculino do fotógrafo é negada pelo depoimento de Elza. Este é um dos únicos registros de falas de mulheres que acompanharam a Coluna Prestes. No depoimento, ela se auto-representa como uma combatente e não como mãe/esposa. É inconcebível, portanto, reduzir suas ações à imagem resultante dessa pose. O que se vê é que o fotógrafo escolheu criar uma encenação romântica, idealizada, ao captar a imagem de Elza numa pose ao ar livre, sentada no chão de um rústico jardim, revelando-a feliz, tranqüila, serena, elegante e sorridente com o pequeno filho Evandro, numa situação que mais lembra um piquenique.

No caso dessa foto de Elza, não há como deixar de nos abordar as reflexões de Kossoy. Segundo esse autor (2001:116), alguns fotógrafos manipulam suas imagens por meio da operacionalização de técnicas e estéticas, criando uma espécie de “ficção documental”.

O sentido impresso pelo fotógrafo é o da mulher e da maternidade como indissociáveis. Nessa imagem, o modelo da maternidade é representado

como uma vocação natural, esforço que, segundo Margareth Rago (1997:76), tenta evidenciar que “o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado”. Para Navarro-Swain, a construção de corpos sexuados e da especificidade do feminino centrada na maternidade e na reprodução insere o

corpo biológico, constituído em história: nesse sentido, o corpo sexuado criado mulher aparece como estratégia, objeto e alvo de um sistema de saber entrelaçado a poderes múltiplos, imbricados na produção da sexualidade que engaja o conjunto das mulheres na tarefa da renovação física da sociedade. [...] Portanto, o sexo é uma construção social, que estabelece sua importância nos papéis generizados, fixados em torno de um valor máximo que naturaliza as relações heterossexuais: a reprodução. (NAVARRO-SWAIN, 2000:62)

A autora defende que o corpo feminino, reconhecido como biológico e natural tal como o gênero, é tomado como identidade historicamente construída. A fotografia de Elza investe na imagem da mãe-carinhosa, da ‘verdadeira mulher’, ou seja, naquela “noção de ‘maternidade’ que enxerta o materno com uma ampla significação que compõe a imagem, as funções, os deveres e, ao mesmo tempo, os desejos, as pulsões e os sentimentos de uma ‘verdadeira mulher’ (NAVARRO-SWAIN, 2000:62). Esse investimento na imagem de Elza como “mãe verdadeira” instrumentaliza a imagem feminina para os “sublimes sentimentos da maternidade” e perpetua o “mito do amor materno<sup>63</sup>”, como um sentimento nato. O que se vê é que essa imagem investiu no ímpeto de apagar os vestígios de ação guerreira, mulher combatente que fez a escolha de combater e de seguir para a guerra.

#### 4.2.3 – Alzira: transgressora/mulher

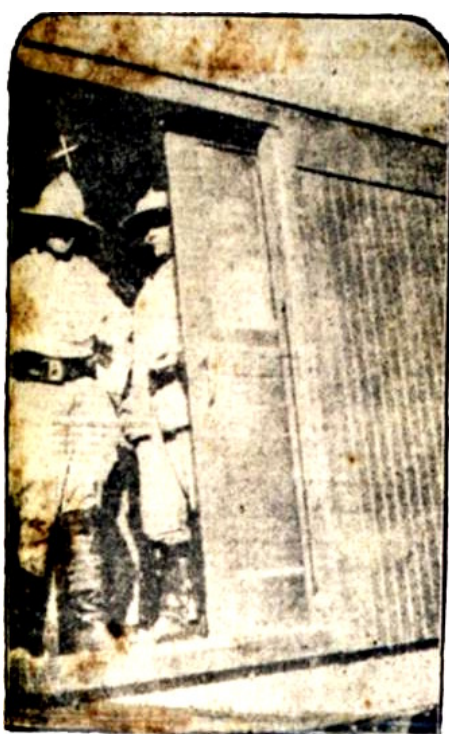
Na imagem a seguir, figura 35, a combatente Alzira foi captada pela lente do fotógrafo momentos após sua prisão na Vila de Uauá, no sertão da Bahia. Sob o título: *Alzira, a ‘general’ rebelde é de gênio indomável*, a imagem foi veiculada na primeira página do *Jornal Diário de Notícias* (18/03/1926), periódico de grande repercussão na capital de Salvador, na época da publicação da matéria.

<sup>63</sup> Sobre o “mito do amor materno”, sua construção histórica e social, consultar Badinter (1985).

O texto que acompanha a fotografia assim a descreve:

chama-se Alzira, usa chapéu desabado, calças de montar, botas, cartucheira e maneja a carabina como o mais aguerrido soldado. A prisão não abateu essa mulher varonil que se mostra rancorosa sempre que se refere às tropas fiéis à República. (*Jornal, A Tarde*, 18/03/1926).

**Figura 35 - Alzira aprisionada em Uauá (BA)**



Fonte: *Jornal A Tarde*, Salvador, 18 de março de 1926, n. 5.460.

Tal como os demais guerrilheiros, Alzira é combatente que acompanhou a marcha vestida em uniforme, chapéu e armas. Trata-se de imagem que não se ajusta a da vivandeira autorizada a estar no campo de batalha: ela não porta o cantil nem veste o saiote sobre as calças compridas – objeto e indumentária presentes na imagem da matriz das vivandeiros francesas. São sinais/signos que instauram sentidos de servir aos soldados com alimentos e bebidas. Trata-se de divisão social do sistema sexo-gênero e do “modelo de vivandeira”. Alzira não é uma “vivandeira”, mas guerrilheira,



combatente, soldada. Serve à causa da Coluna e luta lado-a-lado com os demais combatentes. Não por acaso, o jornal a descreve como “mulher varonil que se mostra sempre rancorosa”.

Preso à representação de mulher e de feminino a partir da lógica misógina, imutável e invisível, não pode ser outra a definição do autor: é “mulher varonil”, algo bizarro, metade homem, metade mulher. O seu estranhamento imposto ao rancor. Nesse discurso, o autor a exclui do rol das mulheres normais e imediatamente reafirma a partilha binária. O recurso de classificar/desclassificar não tem outro objetivo senão o de instaurar a partilha binária. Aqui, Alzira é construída como a antítese da mulher frágil, despolitizada e feminina, pois enfrenta os companheiros e os inimigos. O *Jornal Diário de Notícias* (25/03/1926) a considera “destemida amazona”, “general rebelde”, “mulher de gênio indomável”, “guerreira corajosa”, “mulher desclassificada”, “*detraquèe*”, entre outros<sup>64</sup>.

Nesse jogo entre qualidades e defeitos, ao ser presa pelas forças legalistas, a imagem de Alzira foi liberta para outros significados, para além da denominação de vivandeira. Aliás, a imagem produz um sentido às avessas da matriz recorrente da vivandeira francesa: guerreira combatente, audaz corajosa e sem o saio e o cantil. Os adjetivos pejorativos a ela imputados são uma tática para silenciar sua condição de guerreira, e guerreira destemida que coloca sob suspeita a construção da fragilidade das mulheres, como criaturas que precisam de proteção. Os mesmos adjetivos categorizam Alzira como uma mulher forte, decidida, capaz de enfrentar os homens em situação de igualdade, ainda que graças ao gênio indomável e rancoroso. A imagem e as ações de Alzira desfamiliarizam, como também desestabilizam os estereótipos das representações de mulher e do feminino na sociedade brasileira do período.

Apesar da pouca qualidade da imagem, por já se passarem mais de oitenta anos, como também da informação de que “a prisioneira procurou esconder o rosto formoso à objetiva do fotógrafo” (*Jornal A Tarde*, 18/03/1926), a foto evidencia Alzira numa postura notável, que denota firmeza e destemor. Trata-se de uma jovem mulher que se revela de personalidade e porte físico

---

<sup>64</sup> No capítulo cinco, trato desses termos dados à Alzira pela mídia impressa.

fortes, traços que sugerem tratar de uma guerreira combatente, aquela que usa chapéu que encobre seu olhar. Suas vestimentas que, ao lado da descrição, fizeram com que sua coragem e manejo com a arma formem um conjunto expressivo que reforça e também escapa das convenções de gênero. Assim, a imagem confere um sentido que foge ao controle e às práticas discursivas que inserem e regulam gestos e feições.

Moreira Lima (1979:237) registra a atuação de Alzira, jovem riograndense, que completou dezoito anos durante a marcha e que, segundo ele, era uma mulher muito temida por “seu gênio forte e sua língua ferina e temperamento genioso”. Na descrição de Alzira, o autor fez uso de três características consideradas como próprias do sexo feminino: gênio forte, língua ferina e geniosa. Esses traços acionam a representação de mulher no imaginário social da época e igualmente propiciam uma leitura e o modo de agir individual e coletivamente. Nesse sentido, Moreira Lima não poderia identificar Alzira senão por essa ótica de uma identidade sexualmente determinada. Alzira é a mulher temida por sua natureza perigosa.

No diário da marcha, Moreira Lima (1979) narra, ainda, o episódio que culminou com a prisão de Alzira, na vila de Uauá, no sertão baiano. Em 9 de março de 1926, Alzira, o tenente baiano Hermínio e mais seis soldados, lotados no 3º Batalhão da Polícia Paulista, foram até a vila de Uauá. No caminho, foram surpreendidos por aproximadamente seiscentos soldados legalistas; após um longo tiroteio, o grupo rebelde retirou-se, mas nesse ínterim, Alzira foi presa. Sua prisão foi objeto de notícia na imprensa<sup>65</sup> governista que “fez grande celeuma em torno desse fato” (MOREIRA LIMA, 1979:282). O autor não descreve, porém, como ocorreu a prisão, já que o grupo rebelde o qual Alzira se integrava acabou por escapar. O “celeuma criado pela imprensa bernadesca”, isto é, governista, não se deu por acaso: tratava-se da prisão de rebeldes e particularmente de uma “temida mulher”, o que expunha a fragilidade da Coluna e, sobretudo, acentuava com tinta forte o seu caráter ilegal e marginal: uma coluna de combatentes fora-da-lei, formada por indivíduos de “pior espécie”, inclusive por “vivandeiras”.

---

<sup>65</sup> No capítulo cinco da tese trato das representações dadas às mulheres pela mídia imprensa e retomo a cobertura dada por vários jornais à prisão da rebelde Alzira.

#### 4.2.4 – Santa Rosa: invisibilidade/ presença indesejada

A estranheza quanto à presença de mulheres em marcha também se nota no relato de Lins de Barros (1953), mesmo quando ele faz referência à “rusticidade e bravura” de Santa Rosa, esposa de um soldado que deu à luz a uma criança e logo depois, “trajada de homem”, montou a cavalo, marchando junto à tropa com o filho nos braços. A bravura dessa mulher que colocou em risco sua própria vida e a de seu filho recém-nascido para não “retardar a marcha”, foi objeto da narrativa do 2º comandante:

Em meio a jornada, a Santa Rosa teve um filho. Era mulher de um dos soldados do destacamento do Cordeiro de Farias e acompanhou a Coluna juntamente com outras, desde a retirada do Rio Grande do Sul. Nas marchas longas, ela, já no fim da gravidez, ficava para a retaguarda e ia palmilhando resignada o caminho. Acreditava que assim o parto lhe seria mais fácil. Nas proximidades de Santa Luzia [...] eu soube que Santa Rosa estava sentido as dores. Com o adversário à vista, era-me impossível destacar homens para socorrer-la e guardá-la. Entretanto, constringia-me abandoná-la naquela emergência – e eu via nos olhos de meus soldados um pedido mudo [...] Fui vê-la. Santa Rosa, pálida, com feições enérgicas, agarrava-se fortemente às costas de uma cadeira gemendo de dores. Era jovem, de cor branca, feições regulares. Bem arrumada podia parecer bonita. Sua figura, mesmo assim maltratada, era respeitável naquele momento de angústia. Em torno dela seu marido, uma curiosa da região e mais alguns soldados que faziam fogo, mergulhando uns trapos de pano numa panela de água quente. Esperei mais algumas horas, partindo finalmente, [...] era mais fácil para a Santa Rosa safar-se daquela situação com o pequeno grupo de voluntários que a acompanhava do que para o 2º Destacamento enfrentar [...] um combate sério em má situação [...]

Não caminhamos muito [...] Contou-me por fim, que cerca de trinta homens haviam regressado com o objetivo de escoltar Santa Rosa até o acampamento logo ela se desembaraçasse.

Logo ao amanhecer, chegou a nova do nascimento da filha de Santa Rosa [...] Ao meio dia ela apareceu a cavalo, em montaria de amazona, com a criança nos braços. Recusava a padiola por não querer retardar a marcha [...]

A rusticidade e bravura daquela mulher resistiram a tudo. Em poucos dias, trajada de homem, montava novamente a cavaleiro, confundindo-se, como antes, com o resto da tropa. (LINS DE BARROS, 1953 :118-125).

Essa longa citação descreve como *Santa Rosa*, que saíra com os combatentes do Rio Grande do Sul, foi tratada na marcha, pelos seus comandantes e seus companheiros de luta. Uma parte deles, com

solidariedade, haja vista que foi acompanhada por “um pequeno grupo de voluntários”. Quanto aos comandantes, o abandono é justificado por razões de guerra, já que era “impossível destacar homens para socorrê-la e guardá-la”.

Assim, enquanto Santa Rosa portou-se como soldado “confundindo-se com o resto da tropa”, ela foi tolerada. Quando, porém, diferenciava desta, no momento de dar à luz um filho, ela foi abandonada, já que acampamento de tropas não era lugar de mulher. Nesse momento, não se embaralhavam as funções e papéis sexuais: Santa Rosa permanecia no local para cumprir seu “destino biológico” - parir – e as tropas prosseguiriam a marcha, cumprindo seus homens a função de guerrear. Assim, ante o perigo de serem atacados pelos inimigos, o comandante não hesitou em aplicar a “lei da guerra de movimento” e em deixar a parturiente no meio do mato. Para os comandantes, antes uma mulher grávida ficar à mercê dos legalistas do que toda a tropa se arriscar, em um “combate sério”, em má situação, para lhe dar cobertura no momento do parto. O embaralhamento das funções/papéis da presença de mulheres no palco das guerras possibilitava que outras situações fossem acionadas: logo após o parto, Santa Rosa retorna à marcha, cavalcando com o filho ao lado dos demais.

O comandante do Destacamento ao qual pertencia *Santa Rosa*, Osvaldo Cordeiro de Farias, faz uso dos mesmos argumentos de Lins de Barros para justificar o abandono a essa vivandeira:

Existiam mulheres em todos os destacamentos, exceto no de Siqueira Campos [...] viviam permanentemente conosco. Por isso, houve mulheres grávidas e alguns nascimentos. O primeiro caso foi o de uma mulher apelidada Santa Rosa, agregada ao meu destacamento. Em geral, acampávamos à noite e marchávamos durante o dia. Quando a situação estava muito difícil em virtude do assédio de tropas inimigas, dormíamos duas ou três horas e continuávamos marchando durante a madrugada. Numa dessas madrugadas, exatamente na hora de levantar acampamento, chegou alguém e me disse que Santa Rosa estava tendo um filho. Ora, não se podia parar por causa de Santa Rosa! [...] Pois não é que três horas depois, quilômetros adiante, Santa Rosa aparece com o guri no colo? A única diferença é que estava montada como as mulheres de antigamente, com ambas as pernas de um lado só, no silhão. (CAMARGO; GOES, 1981:132)

Ambos os comandantes não reconheciam Santa Rosa e as outras mulheres que integravam a marcha como legítimas combatentes

comprometidas com a causa. Aqui, elas são apenas vivandeiras, no sentido pejorativo dado ao termo. Não são nem mesmo “sexo frágil”, mas mulheres desviantes que não merecem a proteção de homens honrados. Trata-se, enfim, de presença indesejada, perniciosa e não-autorizada, que comprometia o desempenho militar das tropas. Enquanto contribuía com serviços diversos, sua dedicação, resistência e bravura eram toleradas e até elogiadas. Quando não mais correspondiam a tais expectativas, representavam um problema, deviam ser expulsas, abandonadas.

#### 4.2.5 – Anônimas guerrilheiras rebeldes

Na figura 36, há uma guerrilheira que ocupa último lugar da ala da esquerda dos integrantes da fotografia. Não há destaque para ela, sua posição não é a mesma dos guerrilheiros, que ocupam posição central e estratégica.

**Figura 36 - Pelotão Capitão Landucci - mulher posa junto aos combatentes**



Fonte: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1927.

Mesmo havendo armas no grupo, verificam-se posições estrategicamente pensadas pelo fotógrafo. Os integrantes da Coluna Prestes estão em pose de combate. O grupo defensor ocupa a cena da frente. No centro, há um grupo de jovens rapazes perfilados, sem apontar armas. Na

margem esquerda, posam como comandantes oficiais combatentes em posição de lutas. A mulher, afastada do grupo e sem armas, é, ao mesmo tempo, distinta e indistinta dos demais companheiros. Tal como eles, ela usa chapéu e lenço no lugar da gravata, cabelos curtos/encobertos. É importante destacar uma tarja escura na manga do casaco: seria um indicativo de sua função de enfermeira? Diferentemente dos homens, a mulher não porta arma alguma, nem “posa de guerrilheira”, em combate. O silêncio em torno de seu nome e da função que desempenhava junto à tropa é significativo: foi presença que a memória oficial da Coluna não conferiu visibilidade.

As poucas imagens de mulheres presentes em diferentes suportes iconográficos reafirmam hierarquias entre o masculino e o feminino nos sentidos de dominação, já que foi a memória masculina que criou o imaginário social da guerra. Isso porque o imaginário constrói realidade, institui valores e crenças que passam a circular com o valor de verdade, construindo os regimes de valores históricos. Afinal, como entende Baczko,

o controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura, em degraus variáveis, um impacto sobre as condutas e atividades individuais e coletivas, permite canalizar energias, influenciar as escolhas coletivas nas situações surgidas tanto incertas quanto imprevisíveis. (1985:312)

Assim se efetivam os posicionamentos arrolados nas representações visuais que apresentam as vivandeiras nos campos bélicos, pois compondo um pelotão de combatentes em um campo de batalha, sua posição é a de estar separada dos demais companheiros. Dessa forma, é significativo entender que “toda representação, de qualquer maneira que se especifique seu sentido, é representação de alguma coisa. Portanto, trata-se de um conceito semiótico”. (GRIZE, 2002:123). Na fotografia, a combatente é retratada de modo estática, recuada, sem ação. Seus braços estão pousados ao longo do corpo, o que passa a visão de subordinação numa hierarquia militar: aqueles que obedecem a ordens, ordens do capitão Landucci, de gravata e revólver na cintura, que está no comando do pelotão, numa

representação simbólica que inclui e, ao mesmo tempo, exclui a atuação bélica às mulheres.

“Tia Maria”, uma “velha negra” que acompanhou a Coluna, desde São Paulo, inicialmente como cozinheira de Juarez Távora, mais conhecida como “a negra feiticeira da Coluna Prestes”, (MOREIRA LIMA, 1979:130-131) também foi objeto da narrativa do secretário<sup>66</sup> da Coluna. Ele deixou registrado como “Tia Maria” era temida pelos legalistas, pois era considerada como uma “terrível feiticeira”. Essa notícia espalhou-se pelo país afora, das cidades maiores aos vilarejos, em lugares distantes. Seu nome era citado e temido pelos moradores. Assim, existe o mito da feiticeira que protegia a Coluna dos inimigos e fazia “trabalhos” contra estes. Observa-se como a representação da mulher é operada através da feiticeira, “a negra feiticeira Tia Maria”, e os sentidos múltiplos que tal imagem evoca, já que criada por convenções de sexo/gênero, raça, idade e religião.

Assim, sobre a velha Tia Maria, Lourenço Moreira Lima (1979, 217-218) relata ainda que na região de Terezina, no estado do Piauí, um sentimento de pânico abateu-se sobre os inimigos da Coluna numa certa noite, depois do combate de Uruçuí. A crueza dos combates durante o dia resultou na criação de uma noite mal-assombrada pelos poderes da “negra feiticeira”. Os inimigos aprisionados ficaram em pânico ante tais poderes, um deles era o que “fechava o corpo dos soldados”, recorrendo às forças do mal. Percebe-se o funcionamento do imaginário produzindo sentidos e movimentos em mão dupla, pois,

[...] opera, portanto, em dois registros: o da paráfrase, a repetição do mesmo sob outro invólucro; e o da polissemia, na criação de novos sentidos, de um deslocamento de perspectivas que permite a implantação de novas práticas. Assim, o imaginário, em suas duas vertentes, reforça os sistemas vigentes/instituídos e ao mesmo tempo atua como poderosa corrente transformadora. (NAVARRO-SWAIN, 1994:52).

O temor dos poderes da “negra feiticeira” a fez padecer de uma morte com requintes de crueldade, nas mãos dos inimigos. Assim, após o sangrento combate de 9 de fevereiro de 1926, na cidade de Piancó/Paraíba,

---

<sup>66</sup>Cópia manuscrita do diário da marcha, 03/10/1925. Arquivo Juarez Távora, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

alguns combatentes, dentre eles “Tia Maria”, extraviaram-se da Coluna, foram presos e barbaramente assassinados. “Tia Maria”, “a negra feiticeira”, foi separada dos demais e levada para o cemitério local para ser executada. Ali, ela, que era temida por seus supostos poderes mágicos de usar a força dos mortos para assegurar vida aos aliados, foi barbaramente assassinada pela polícia paraibana. Tia Maria era a materialização do mal na visão daqueles: mulher, velha, negra e rebelde. Não por acaso, foram atribuídos poderes mágicos, mas de feiticeira, e não de fada. Por temerem os poderes mágicos dessa mulher, ela foi ferozmente torturada, depois esfaqueada. Foi obrigada a cavar a própria cova. Nesse ritual violento, consumou-se a atuação da velha Tia Maria na marcha da Coluna Prestes. Sua figura lendária está presente na memória social dos rincões do sertão brasileiro. (BRAZIL;SCHUMAHER, 2000:514-515).

Outras mulheres povoam as memórias de guerra de Lourenço Moreira Lima, sempre descritas a partir de sua ótica preconceituosa de gênero, raça e de classe. Uma delas foi a Onça, uma “espevitada mulata riograndense”, muito conhecida por ser uma “exímia dançarina de maxixe”, que alegrava o acampamento nas noites enluaradas. Moreira Lima (1979) acrescenta outra habilidade dessa “espevitada mulata”: a de fazer uma ligação<sup>67</sup> em momento sério do combate. Tal habilidade possibilitou salvar uma pequena tropa de ser presa ou morta pelas forças legalistas. A referida habilidade, implicitamente, associada à dissimulação, creditada ao seu sangue mestiço, mulato, aponta para a visão preconceituosa do autor. Essa vivandeira não tem sequer nome. Está associada ao nível de animal, uma onça, que se torna bicho de estimação das tropas, alegrava o acampamento da Coluna, dançava nas selvas, nas caatingas e até na lama. (MOREIRA LIMA, 1979:131).

A associação metafórica da mulher com o apelido de “Onça” também se faz pela ferocidade desse animal que impõe medo quando do convívio social. É um animal que, mesmo domesticado, não é dócil e nem confiável. Essa interpelação que relaciona a mulher ao animal onça, aquela que exala forte cheiro, “bem como a analogia entre a mulher e a fêmea,

---

<sup>67</sup> O secretário da Coluna Prestes usa o termo “ligação”. Tal palavra faz parte da linguagem militar e significa o momento em que alguém consegue estabelecer um contato de uma linha de fogo à outra, avisando sobre o perigo que surge da parte inimiga.



ênfatiza o aspecto biológico e animal e revela [...] especulações a respeito da índole, da moral e do temperamento em relação às características físicas de mulheres e de fêmeas”. (CARNEIRO, 2006:249).

Outra vivandeira com nome, mas sem sobrenome, a gaúcha Albertina, foi citada por Moreira Lima (1979:300) como uma das mulheres mais bonitas do movimento, “a mais linda delas”. O critério selecionado pelo autor para ressaltar o mérito dessa vivandeira pauta-se na beleza e, por conta disso, pagou com a própria vida, ao se recusar a “satisfazer a concupiscência” de um tenente legalista:

Em 7 de abril de 1926, o Quartel General entrou em Minas do Rio de Contas [...] O tenente Agenor Pereira de Sousa, que fora ferido no combate de Piancó, estava gravemente doente, tendo sido levado até ali de padiola [...] Várias pessoas da cidade convidaram-no a ficar ali e como ele tivesse aceito esse convite, deixamo-lo aos cuidados daquela boa gente para que morresse em paz, uma vez que reconhecíamos que restavam-lhe poucos dias de vida. Ficaram em sua companhia um seu irmão de nome Alibe, moço de 17 anos, e a vivandeira Albertina, também do Rio Grande. Albertina era uma linda rapariga de seus vinte e dois anos, a mais bonita das nossas vivandeiras. Condoída da sorte de Agenor, ofereceu-se para tratá-lo, nos seus últimos dias. Depois de nossa saída, chegou a essa cidade um batalhão patriótico. Um miserável que era tenente desses mercenários quis se apoderar de Albertina e, como ela se recusasse a satisfazer a sua concupiscência, degolou-a brutalmente, bem como a Alibe. (MOREIRA LIMA, 1979:300).

A morte violenta de Albertina ficou gravada na memória popular. Jorge Amado contemplou, em seus escritos esse episódio, ao narrar que o tenente que a matou desfilou com sua cabeça, sem corpo, mostrando-a aos soldados legalistas (AMADO, 1979: 116-118). No relato do caso, é visível o investimento feito pelo autor na significação da resistência de Albertina em assujeitar-se ao domínio do inimigo, em deixar-se apossar-se por ele. Seu martírio foi descrito de modo a ensinar outras tantas albertinas a assim agirem em situação semelhante. A ênfase não está propositalmente no ato do apossamento de corpos de mulheres pelos homens que estão do lado inimigo. Não por acaso, esse autor, bem como outros oficiais da Coluna, referem-se às mulheres que integravam a Coluna como “vivandeiras”, termo que evoca, de imediato, o sentido estabelecido e cristalizado no imaginário social e militar de corpo/sexo disponível.

Já outra vivandeira, a “Cara de Macaca”, foi descrita por Moreira Lima (1979:172), como aquela que “vestia-se toda de couro, carregava o fuzil do companheiro, mesmo sendo por ele surrada. Ninguém a distinguia de um vaqueiro, tanto pela aparência como pela habilidade de montar a cavalo”. Os mesmos traços, conformadores de sua identificação, são citados por Ítalo Landucci para se referir a ela:

Cara de Macaca não largava seu chapéu de couro e seu gibão. Amasiada com um fuzileiro beberrão era por ele surrada. Certa vez numa de suas carraspanas, o fuzileiro jogou fora o fuzil-metralhadora. Amainada a bebedeira, Cara de Macaca chegou ao acampamento com a arma e pediu que ele não fosse castigado. (LANDUCCI, 1952:167-168)

O apelido de antemão já coloca essa vivandeira no lugar em que a visão misógina dos combatentes, incluso o autor, associa as mulheres: a naturalização. Elas integram esse universo, são desprovidas de razão, tal como os animais mais ou menos domesticados, haja vista a “Onça” e a “Cara de Macaca”.

Nesse sentido, não são donas de si, de seus corpos, de suas vontades. Sua inferioridade, dada biologicamente, justifica a desigualdade em relação aos companheiros de luta, mesmo executando idênticas ações. Inferioridade que justifica, sobretudo, a relação de dominação deles sobre elas, tal como acontece com “Cara de Macaca” e seu amásio. Trata-se de uma vivandeira desprovida de beleza física, pobre, amasiada com um vaqueiro – aparência e habilidade de montar a cavalo – do ser amante de um “fuzileiro beberrão”. Talvez se justificasse até mesmo ser “por ele surrada”. Evidencia-se, ainda, nesse registro, o funcionamento do *dispositivo amoroso* que “investe” e constrói corpos em mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem (NAVARRO-SWAIN, 2006:14).

As descrições de bonitas e feias perpassam as narrativas sobre mulheres que tiveram sua existência marcada pelo *dispositivo da sexualidade*, tal como assinala Diva Muniz de que há

um processo de domesticação em que atributos e enunciados constitutivos do ‘modelo normativo de mulher’ são apropriados e *ressemantizados* [...], construto modelar que se ancorava em uma

imagem de mulher como ser frágil, passivo, sensual e emotivo (2005:76-77).

Esses discursos direcionaram as mulheres para um ideal de sedução e de beleza, atributos que constroem corpos e subjetividades femininas. “Cara de Macaca” descrita acima nega esse ideal: mulher gasta, feia, quase uma macaca, mulher marcada e perseguida pela normatização em torno do corpo e da sexualidade, como bem assinala Navarro-Swain (2006:02), “entre a vida e a morte, o sexo. Entre o ser e o não ser, o sexo”. No discurso masculino, as mulheres são apresentadas como portadoras de uma aparência desejável (linda) ou repugnante (feia). O desgaste físico sofrido por elas em campanha as aprisionou ao sistema de sexo/gênero. Mas, como aponta Tereza de Lauretis,

O gênero como representação e auto-representação é produto de diferentes tecnologias sociais, [...], e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana, o gênero não é propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos. (1994:208).

Se “o gênero não é propriedade de corpos nem algo existente a priori”, ele atua nos discursos como elemento do binário que exclui, pois os discursos masculinos sinalizaram em disciplinar os corpos das mulheres a um padrão corporal e de beleza. No entanto, aos homens não cabia tal disciplinarização e, com certeza, os campos de guerra estavam cheios de homens também gastos, descarnados pelo infortúnio dos combates.

Das demais mulheres que integravam a Coluna, apenas alguns nomes e apelidos grotescos foram objeto de registro, talvez para dar uma nota pitoresca ao relato, mas não para conferir visibilidade histórica. Integram essa relação, *Isabel-Pisca-Pisca*, *Chiquinha*, *Anna Alice*, *Maria Emília*, *Tia Manoela Gorda*, *Aí Jesus*, *Etelvina*, *Cândida*, *Eufrazia*, *Ernestina* e *Emília Dias*, *Chuvinha*, *Xatuca*, *Ernestina*, *Lamparina*, *Gaúcha*, *Amália* e *Letícia*, *Maria Revoltosa* e *Ótima*. Minimizadas por apelidos ou apenas por nomes sem sobrenome, essas mulheres que participaram do palco da guerra foram

apagadas da memória e da história. Suas experiências ficaram reduzidas a uma só, subsumidas que foram a uma expressão genérica, a uma representação atravessada pelo viés desclassificador: vivandeiras.

Não se pode deixar de assinalar que, contrariamente a tal generalização e silenciamento, foram múltiplas as experiências configuradoras das subjetividades femininas, desses sujeitos-mulheres, inclusive a de ter atuado na Coluna Prestes, ter lutado lado-a-lado com os companheiros de tropa. Tais mulheres foram também vivandeiras, escolheram integrar à luta, acompanhar os rebeldes, em visível atitude de rebeldia e resistência às prescrições sociais de seu tempo.

Mulheres livres, corajosas, apaixonadas pela causa ou por alguém. Mulheres que viveram verdadeiramente a vida, como a jovem Alzira que completou dezoito anos durante a marcha; mulheres maduras e experientes, com aproximadamente cinqüenta ou mais anos, como a velha negra “Tia Maria”, “Tia Joana”, “Tia Manoela Gorda”; mulheres de origem brasileira e também estrangeira, como era o caso das enfermeiras, a austríaca Hermínia e a alemã Elza Schmidk; mulheres com escolaridade, como Hermínia, que era enfermeira diplomada e mulheres semi-alfabetizadas, como a Onça; mulheres urbanas como Albertina e mulheres camponesas, como Cara de Macaca; mulheres-mães/combatentes como Santa Rosa, entre tantas.

Se uma “política do esquecimento” buscou apagar a presença das mulheres dos campos da guerra, sem dúvida, porém, o ruído por elas provocado comprometeu tal propósito, haja vista que elas surgem elogiadas e criticadas nos registros produzidos sobre tais eventos. Além disso, trata-se de uma presença e atuação que confrontam construções e imagens cristalizadas no imaginário social, que desestabilizam certezas sobre as mulheres e seus papéis sociais, fundados na biologia, no determinismo biológico. As múltiplas e controvertidas ações empreendidas por elas advertem contra as generalizações de falsa universalidade do poder patriarcal sobre as mulheres; como donas de si, elas escapam desse poder.

Enfim, os registros jornalísticos, historiográficos e dos memorialistas não dão conta da diversidade da atuação de mulheres na Guerra do Paraguai e na marcha da Coluna Prestes. São versões delas. Isso me autoriza a também fazer minha leitura no sentido de que as mulheres tiveram

papéis tão importantes como os dos combatentes mais destacados. Perseguir essas mulheres pelos discursos proferidos sobre elas é tarefa que não pára por aqui, já que no capítulo a seguir trato da reafirmação dos sentidos impressos pela mídia impressa às mulheres e suas ações nos campos de guerra e guerrilhas, como a marcha da Coluna Prestes.

## CAPÍTULO V

### REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NOS PALCOS DA GUERRA: REAFIRMAÇÃO DE SENTIDOS

#### 5.1 - O termo ausente na mídia impressa: vivandeiras na Coluna Prestes

*Os críticos da Coluna Prestes contabilizaram centenas de mulheres, o que emprestaria à tropa contestadora a caricatura de orgia em desfile.*

(DONATO, 1994:05)

A sublevação armada de 5 de Julho de 1924, na cidade de São Paulo, rebelião que mais tarde desembocaria no movimento denominado por Coluna Prestes (1925-27), teve relevante divulgação na mídia impressa, a mídia tornou-se um elo entre os rebeldes e a sociedade civil que acompanhava o desenrolar da marcha pelos jornais, alguns favoráveis, outros contrários à causa rebelde. Em vista disso, este capítulo detém-se na produção discursiva midiática<sup>68</sup> sobre as mulheres que atuaram na marcha, na década de 1920.

A imprensa desempenhou papel importante na formação da opinião sobre a marcha da Coluna Prestes. Não por acaso, em 1924, os rebeldes paulistas requisitaram o jornal *O Estado de São Paulo* para divulgar os atos do Governo Provisório estabelecido pelo General Isidoro Dias Lopes, líder maior da Rebelião de 1924<sup>69</sup>.

Na análise da ação das mulheres na Rebelião de 1924 e, posteriormente, na marcha da Coluna Prestes, sob a ótica da mídia impressa, selecionei um conjunto de nove periódicos: *O Estado de São Paulo*, SP (1924-

---

<sup>68</sup> O sintagma “discursos midiáticos” é utilizado para nomear as linguagens relativas à produção da mídia. Para Régis Debray (1983:15), o conceito indica “o conjunto de técnica socialmente determinado, dos meios simbólicos de transmissão e circulação. Conjunto que precede e supera a esfera dos meios de comunicação de massa contemporâneos, impressos e eletrônicos, entendidos como meios de difusão maciça (imprensa, rádio, cinema, televisão, publicidade etc)”. O conceito contempla tanto a técnica quanto a cultura.

<sup>69</sup> *A Rebelião de 1924*, em São Paulo, foi analisada por Ana Maria M. Correia. Ela afirma que o jornal *O Estado de São Paulo* foi militarmente requisitado pelo General Isidoro Dias Lopes para publicar os atos do Governo Provisório, por ele constituído. Isso ocorreu após o governador do estado de São Paulo, Dr. Carlos de Campos, e todos seus secretários terem abandonado a cidade (Julho de 1924). Esse jornal contava com alguns jornalistas favoráveis à *revolução*, como Júlio de Mesquita, porém, já o diretor Nestor Pestana dava ordens para que se limitasse a narrar os fatos, sem comentá-los (CORREIA, 1976:155 -156).

1925); *O Jornal*, Rio de Janeiro (1924-1927); *O Nordeste*, Fortaleza-CE (1925-1926); *A Noite*, Salvador-BA (1924-1927); *A Tarde*, Salvador-BA (1924-1927); *Diário da Bahia*, Salvador-BA (1924-1927); *Diário de Notícias*, Salvador-BA (1924-1927); *O Conservador*, Nazaré-BA (1924-1926); *O Democrata*, Salvador-BA (1924-1926). Esse conjunto de jornais, de diferentes estados da federação, compreende um rico material, uma produção discursiva sobre o movimento e sobre a presença e ação das mulheres. Nesses jornais, elas foram representadas como heroínas ou vilãs, sob uma perspectiva reducionista e maniqueísta. Os diferentes adjetivos empregados em sua identificação - “destemidas amazonas”, “criminosas rebeldes”, “mulheres a *la garçoné*”, “bandoleiras”, “meras espiãs” – revelam imagens binárias e polarizadas de mulheres que povoaram o imaginário social da época, constitutivas das representações sociais que “definem e orientam as ações dos indivíduos e dos atores sociais de uma sociedade” (JODELET, 2001:21).

Os discursos midiáticos permitiram acessar imagens, valores, idéias, papéis e significados que se encadeiam na ação, na definição e nos significados atribuídos à mulheres. Os termos empregados pela mídia impressa possibilitam pensar ainda a dinâmica dos significados de tais termos e as disputas em torno de sua instituição. Embora os jornais tratem da presença e da ação de mulheres no espaço de um conflito armado, elas não foram identificadas em qualquer dos jornais pesquisados como “vivandeiras”. Parece-me que as posições antagônicas dos jornais que divulgaram o movimento – a favor ou contra os rebeldes – incluíram o enquadramento dos integrantes da luta, homens e mulheres, a partir da lógica de um conflito civil, o que descartava a possibilidade de investir na imagem da vivandeira. Para o bem ou para o mal, tal construção interpelava sentidos arraigados no imaginário social daquela sociedade que não seria interessante reviver, reafirmar, ressuscitar.

Como salienta Foucault (2004:133), os enunciados são sempre determinados histórica e socialmente. Isso implica afirmar que eles são partes constituintes e constitutivas das condições de produção de uma época. Se esses discursos são socialmente construídos, seus enunciados se relacionam com outros enunciados e formam as redes discursivas que, por vezes, forjam nosso entendimento sobre outros sentidos e a realidade.

Defendo a idéia de que os enunciados inscritos na mídia impressa estão carregados de história e ideologia<sup>70</sup> e, como tais, encontram-se em permanente processo de significação. Assim, os discursos elogiosos ou pejorativos às mulheres que atuaram em marchas armadas devem ser analisados a partir das discussões representacionais que questionam a *política do silenciamento* e também de heroização ora vitimização sobre o assunto.

Contrariando a *política do silenciamento* sobre a atuação das mulheres nos espaços de guerras, o historiador Hernani Donato foi um dos primeiros a escrever um artigo - no *Jornal Leitura* -, admitindo a presença ativa das mulheres na marcha da Coluna Prestes. No texto, o autor expõe a possibilidade de o movimento da Coluna não contabilizar o número efetivo das mulheres que dele participaram. Com tal propósito, Donato ressalta que a marcha possuía mais mulheres do que as cinquenta mencionadas pelo secretário da Coluna. Para Donato (1994:05), “os críticos da Coluna Prestes contabilizaram centenas de mulheres, o que emprestaria à tropa contestadora a caricatura de orgia em desfile”. Segundo Donato, foi para livrar-se dessa imagem e desse sentido desclassificador que o secretário da Coluna declarou que muitos soldados eram imberbes, o que os fazia confundir com mulheres, o que criava a “aparência” de muitas mulheres na marcha, uma verdadeira “orgia em desfile” e não o desfile legítimo de soldados comprometidos com a causa da Coluna e engajados politicamente na luta. Dessa “falsa impressão” nasceu a lenda de que a Coluna “conduzia centenas de raparigas, os “matutos” acreditavam que os valentes ‘guris’ fossem destemidas amazonas gaúchas” (DONATO, 1994:05). Enfim, apenas os “matutos”, pessoas identificadas como ingênuas e simplórias, cometeram tal engano.

O artigo de Hernani Donato incita-nos a pensar também que as mulheres não foram mencionadas em sua totalidade em função da *política do silenciamento*, praticada no que se refere à presença das mulheres no palco das guerras, espaços definidos como de domínio masculino, pois é também uma forma de dominação masculina. Nos diferentes conflitos armados em que atuaram, as mulheres não foram objeto de identificação pelos jornais, tal como

---

<sup>70</sup> O termo “ideologia” é utilizado a partir da concepção de ORLANDI (2002:46-47), que atribui funções discursivas à ideologia, aquela que se torna mecanismo e da qual se cria a opacidade da história e da língua na constituição dos sujeitos e dos sentidos, elementos criadores das evidências.



ocorria quando se referiam aos soldados e oficiais combatentes. Assim, os ex-comandantes não as contabilizaram nem em número nem em ações, já que eram eles que determinaram o que podia ser registrado oficialmente sobre os acontecimentos das guerras. Quando elas foram incluídas na pauta da mídia impressa, essa as identifica genericamente como um grande número de mulheres, “bandoleiras da pior espécie”.

Ignorar ou desclassificar a presença das mulheres nos discursos produzidos sobre as guerras e rebeliões é prática que remete às reflexões de Foucault, quando ele atenta para a importância do “lugar de fala” e suas interlocuções. Identificar quem fala, de onde fala, como fala e para quem fala e qual a força do enunciado foi procedimento analítico importante, pois permitiu sair das evidências dos discursos para buscar as articulações e os mecanismos diversos que os constituem. Como afirma Foucault,

todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (1998:17).

Denominar as mulheres que participaram da marcha da Coluna Prestes com termos negativos - criminosas, bandoleiras, criaturas “da pior espécie” - constitui-se “numa técnica de poder”. Não é construção inocente, “tem uma função local e tática”: a de produzir a verdade da presença e ação das mulheres na guerra, de papéis sociais. Assumir que mulheres compunham pelotões armados ou seguiam tropas em marcha; que combatiam tão destemidamente como os homens; que tinham convicções políticas e liberdade de ação era dar visibilidade a práticas femininas que ameaçavam o poder masculino, que desestabilizava a ordem.

Anos mais tarde, em depoimento ao jornal *O Estado de São Paulo* (1978), Prestes falou sobre a sua atitude de proibir as mulheres de se integrarem ao movimento, sob o argumento do “formalismo militar”:

Nessa época eu era muito militar e tive bastante dificuldade para abandonar o formalismo militar por uma vida diferente, que é a guerra. Fui contra a entrada e permanência de mulheres na Coluna e aí, ao atravessarmos o rio Uruguai, tomei medidas no sentido de determinar que nenhuma mulher atravessasse o rio [...], ao chegar em Santa Catarina, com grande surpresa, verifiquei que todas as vinte e poucas mulheres lá estavam. (*O ESTADO DE SÃO PAULO*, 1978)

Ao usar do argumento do “formalismo militar” para explicar sua oposição ao ingresso e à permanência de mulheres na marcha armada, Prestes está exercitando uma técnica de poder: ele define quem está ou não autorizado a integrar a Coluna. Sua proibição, porém, não se reduz a isso. Ela reafirma interdições social e institucionalmente estabelecidas em relação à presença e atuação das mulheres na guerra; reafirma a ordem patriarcal; a divisão de papéis pautada nas diferenças sexuais, legitimadora nas relações entre homens e mulheres, produtora e reprodutora da supremacia do masculino sobre o feminino.

Nas definições dadas pelo jornal *Diário da Bahia* (12/05/1926), ao nomear as mulheres integradas à Coluna Prestes como “bandoleiras a *la garçoné*”<sup>71</sup>, “combatentes rebeldes” que “usam *cullote* e perneira, chapéus de abas largas e aparam o cabelo *a la garçoné*, têm a mesma “função local e tática”. Nessas expressões, estão ausentes alguns dos sentidos conferidos às representações. Desaparecem também as matrizes de sentidos das representações das vivandeiras francesas, como anteriormente assinaladas.

Já o jornal *O Nordeste*, de Fortaleza (18/03/1926), ao estampar em suas páginas uma matéria intitulada “O tufão revolucionário no Nordeste”, faz referências à presença das mulheres na marcha da Coluna Prestes e o que isso significava: uma mudança radical, uma revolução nos costumes e na política. Não por acaso, descreve-as como “combatentes rebeldes”, tal como os “jagunços bandoleiros”: “montaria masculina – perna passada - andam fardadas, carregam rifles, fuzis, cartucheiras, revólveres e punhais”.

---

<sup>71</sup> Expressão francesa utilizada para designar mulheres que usam o cabelo curto como o dos homens.

Também o jornal vespertino, *A Tarde* (1926, n. 5460), de Salvador, destaca em primeira página a prisão de Alzira, mulher que integrava a Coluna Prestes desde o Rio Grande do Sul. O periódico abre manchete com os seguintes dizeres: “Alzira, a generala rebelde é de gênio indomável”. O jornal enfatiza a vitória da ordem e do governo ao relatar o episódio da prisão de Alzira. Nomeia-a também como “amazona”, em alusão à sua vestimenta no momento da prisão. Todos os termos e expressões empregados têm em vista ressaltar a face transgressora às prescrições sexo/gênero daquele tempo. Alzira é a imagem da mulher desviante, fora da norma, porque “varonil”:

Chamam-na Alzira, usa chapéu desabado, calças de montar, botas, cartucheira e maneja a carabina como a mais aguerrida soldada. A prisão não abateu essa mulher varonil que se mostra rancorosa sempre que se refere às tropas fiéis à República. (*A TARDE*, 1926, n. 5460)

No período de março a junho de 1926, os três maiores jornais da capital baiana, *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia* veicularam notícias sobre a “revolução rebelde”. Esses jornais destacaram em diversas edições a presença e a ação das mulheres integrantes do movimento rebelde. O jornal *A Tarde* detalhou a prisão de Alzira e abriu manchetes, noticiando o fato como “episódio romântico”. Tal definição descaracterizava a dimensão política da atuação de Alzira e, sobretudo, a violência e o jogo de interesses que presidiam a luta e sua narrativa.

‘Alzira a generala’ rebelde é de gênio indomável - Tiroteio em Uauá: a prisão de uma intrépida amazona. É o episódio romântico da aventura. A amazona em questão é uma jovem gaúcha de 17 para 18 anos, tão linda quanto audaciosa, que acompanha os revolucionários desde o Rio Grande do Sul como companheira do General Miguel Costa, comandante e chefe dos inimigos da República. Chamam-na por isso, ‘a generala’ (*A TARDE*, 1926, n. 5460)

A prisão da “rebelde Alzira” e os significados a ela conferidos, dentre eles, o da vitória da ordem patriarcal e de poder institucional é objeto de várias notícias. Assim, outro jornal, *Diário de Notícias*, de Salvador, relatou como se deu a prisão de Alzira, na cidade de Uauá, próximo a Juazeiro:

O assalto a Uauá.

No dia 3, Uauá se alarmou [...]

No dia 7, travou-se o tiroteio, de 5 minutos no lugar chamado de Tanque. Ahi foi presa uma revoltosa, Alzira de tal. (*DIÁRIO DE SALVADOR*, 1926, n. 6663)

O mesmo periódico noticiou o cotidiano da prisioneira rebelde, em matéria publicada por correspondente enviado à cidade de Juazeiro, juntamente com o fotógrafo do jornal, a fim de usar a prisão como manchete:

Em Joazeiro, a prisioneira (ao contrário do que muitos julgam) andava de automóvel, acompanhada por um official. Algumas vezes ia a missa e ao cinema. No dia 24, porém, subiu no vapor ‘Antônio Moniz’, presa no Estado Maior do General Mariante, para Bom Jardim, lugarejo sito entre as cidades de Barra e Rio Branco. Para Bom Jardim foi transferido o Quartel General de Joazeiro. A prisioneira procurou esconder o rosto formoso à objetiva do fotógrafo (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1926, n. 6638).

A produção discursiva sobre a prisão da “jovem rebelde” incluiu os principais jornais de Salvador do período. Assim, o *Diário de Notícias* também relata o fato, definindo Alzira como “uma mulher de valor, dócil prisioneira dos legalistas”, que, no momento, encontrava-se presa no Quartel General de Juazeiro, sob o comando do General Mariante. Além disso, na matéria veiculada, a representação da captura e prisão de Alzira é construída sob o viés romantizado, esvaziado de teor político:

‘Frente a frente’.

Numa aberta das caatingas, frente a frente do sargento assoma o perfil esbelto de uma mulher em trajes de amazona romanesca puxando pela rédea o seu luzido animal. Impávida, sem a menor perturbação aproxima-se e se estabelece a conversação.

Em dado momento, quando percebeu que estava em má posição resolveu inverter os papéis e sacando rapidamente de um revólver dá ordem de prisão ao sargento que reage, travando-se, então, entre ambos uma longa luta da qual sae ferida a gaúcha. Guerreira, corajosa, audaz, embora ferida, investe e, aproximando-se do

sargento, procura-o para nova luta na qual consegue empurrá-lo para dentro da mata.

Aproveitando-se do embaraço do seu antagonista cavalga o animal e a galope parte para tombar adiante.

Neste ínterim aproxima-se o sargento que, já então não facilita e prende bem presa a audaciosa mulher, que afinal foi conduzida para Joazeiro, onde permanece em relativa liberdade sob a vigilância de um tenente e um capitão, passeando, jogando bilhar e freqüentando cinemas. (*DIÁRIO DE SALVADOR*, 1926, n. 67).

O enunciado do jornalista: "sacando rapidamente de um revólver dá ordem de prisão ao sargento" e "jogando bilhar" – não se reduz ao descrito. Esses termos estão repletos de inversão de funções, papéis, imagens e valores orientadores do padrão normativo de conduta feminina na época. O jornalista mostra uma conduta de mulher submetida ao poder masculino, em razão de sua natureza, de sua fragilidade biológica. Alzira é a imagem-síntese dessa inversão: forte, livre, combatente, aguerrida, independente, obstinada e audaciosa. Diante disso, foi objeto de tanta notícia, de tanta adjetivação: ela precisava ser conhecida, contida, detida, pois é a imagem e referência que ameaçava e desestabilizava a ordem do discurso, pois, como afirma Foucault,

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade (1996:8-9).

Dois meses depois da prisão de *Alzira*, o mesmo jornal a retrata com outro discurso, dessa vez usando termos pejorativos e sem qualquer romantismo. Assim, a famosa prisioneira de Uauá foi denominada como uma "mulher desclassificada", uma *detraquète* (desmiolada) que possuía um "estado orgânico mórbido e doentio", exaltado devido ao álcool que ingeria. O jornal sustentou que o corpo de saúde do Exército aplicou-lhe um tratamento específico, o "regime do 914"<sup>72</sup>. Segundo o jornal, desfazia-se a "lenda heroína e ephemera da rebeldia" (*DIÁRIO DE SALVADOR*, 1926, n.106), ou seja, o próprio jornal incumbiu-se da tarefa de desmistificar, desconstruir a construção

---

<sup>72</sup> O termo "regime do 914" é um tipo de código militar sobre o qual não encontrei referência de que penalidade ou punição se tratava.

mítica operada em torno de Alzira, suas lutas, sua prisão. Isso incluiu a racionalidade científica do saber médico que a nomeou como “doente”, portadora de um “estado orgânico mórbido e doentio”. Além do saber médico, houve a atuação do saber disciplinar que exerceu seu poder sobre a “transgressora”, aplicando-lhe o “regime do 914”.

Conforme os alinhamentos políticos dos jornais, Alzira é representada ora como heroína ora como rebelde e desmiolada. Sua imagem foi construída sob esses dois pólos redutores da multiplicidade das experiências que a constituíram como pessoa, como sujeito humano. A imprensa investiu no viés romantizado de sua atuação e ela se tornou heroína de um romance, construção perigosa, sobretudo, junto às mocinhas sonhadoras. Ao veicular Alzira como mulher desviante, os jornais colocam-na no rol das mulheres que não são dignas de nenhuma consideração e muito menos de exemplo para as demais. Ela mereceu ser punida porque rompeu com os padrões de comportamento, com os papéis sociais estabelecidos para as mulheres na sociedade da época.

Alzira foi objeto de notícias na imprensa empenhada em desclassificar sua atuação, em expor o perigo e ameaça que ela representava à ordem social. Assim, ao destacar a saga que levou à prisão de Alzira, o jornal fala de uma trama de ciúme possivelmente ocorrida entre Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes devido à beleza, à formosura e exuberância física da jovem.

Nessa construção, o investimento na imagem cara à tradição misógina da mulher a inventa como agente de satã, ser maléfico e perigoso que levava os homens ao pecado, ao ciúme, às disputas.

‘O ciúme [...] estraga a situação dos revoltosos’.

A ‘generalá’ prisioneira [...] por sinal que é uma bella mulher, [...] teria declarado ter abandonado o acampamento revolucionário em virtude do desabrido ciúme de Miguel Costa pelo seu camarada Prestes. Por isto, e receando um desastre entre elles, preferiu abandonar o campo dos revoltosos. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1926, n. 5466).

O jogo de linguagem e de mudança de sentidos são claros: trata-se de desconstrução da “vilã”, da “desviante”, da “perigosa”. Assim, Alzira deixa de ser representada como guerreira corajosa e destemida e é retratada como “mulher fútil e mandona” e que causa ciúmes e intrigas entre os comandantes.

Essa notícia tem como objetivo imediato desestabilizar a ordem dos combatentes rebeldes e baixar a moral da tropa rebelde. Os comandantes se irritaram com as manchetes que estampavam em primeira página o movimento rebelde, em função da presença de Alzira e de outras mulheres. O General Miguel Costa retaliou a matéria e declarou para um correspondente do jornal *Diário de Notícias* (Salvador-BA), a sua indignação com a reportagem do jornal *A Tarde* que sugeria um romance entre ele e a revoltosa Alzira:

Fiquei muitíssimo contrariado quando li na imprensa que a revoltosa Alzira aprisionada pelos bernardistas, perto de Bonfim, era minha amante. Contesto formalmente isso. Alzira, aliás uma mulher educada, regularmente instruída e inteligente, é apenas uma rapariga de vida livre que acompanha a tropa desde o Rio Grande do Sul, ligada eventualmente a oficiais de pequeno posto, e que estava ultimamente em companhia do tenente Hermínio. Como homem casado e de responsabilidades, não posso me conformar com essa 'promoção' da revoltosa, Alzira a 'generalá' (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1926, n. 6712).

O protesto é feito em nome de dois valores caros à sociedade da época: a responsabilidade do cargo de comandante de tropas, ainda que se tratasse de tropas rebeldes; e a condição de casado que lhe impõe responsabilidades sociais. Para afirmar suas “responsabilidades”, ressalta a “falta de responsabilidade” de Alzira: “rapariga de vida livre”, ligada eventualmente a “oficiais de pequeno posto”, promovida a “generalá” à revelia de seus comandantes. Alzira é o elemento de “fora” de um grupo de combatentes, que, embora atuassem também “fora da ordem”, tem apoio de alguns setores da sociedade – os bernadistas –, pois é um movimento de homens, de “valorosos defensores” da ordem.

Interessante analisar nas matérias veiculadas pela mídia, as condições de produção e os sentidos conferidos aos discursos sobre a rebelde *Alzira*. Uma delas torna visíveis as representações de sujeitos políticos materializados como mulheres. Outra torna visível a operacionalidade das “técnicas de poder” que produzem tanto a Alzira rebelde como a heroína romântica. Em ambas, vê-se o funcionamento do *dispositivo amoroso e da sexualidade*, ao produzir representações de Alzira conformadas sob tais sentidos: viver em prol do outro da causa rebelde e/ou em torno do sexo e da sexualidade.

A prisão de Alzira tornou-se alvo de críticas tanto por parte dos legalistas como também dos rebeldes, já que parte a mídia impressa incumbiu-se de produzir a imagem negativa da Coluna Prestes e de seus integrantes, sobretudo, os do sexo feminino. Ao publicar as notícias com o viés desclassificatório, os jornais colocaram sob suspeita, desmoralizavam a conduta que se queria ver identificada como ordeira dos integrantes da Coluna. Afinal, grande parte dos comandantes da Coluna Prestes se sentia ainda pertencentes à instituição militar<sup>73</sup>, investida de valores morais, éticos e disciplinares carregados de moral e disciplina.

A acusação de ser amante do General Miguel Costa desagradou-o, mas foi engenhosamente capitalizada em prol dos interesses de Alzira. Com ou sem fundamento, ser vista como amante interessava a Alzira: ela aproveitou-se disso para manter-se segura em poder dos inimigos. Após a prisão, Alzira ficou sob vigia de um oficial legalista e constantemente era transferida junto com eles, acompanhando passo-a-passo a perseguição aos companheiros da Coluna.

A representação da saga de Alzira, presa no *front* do movimento revolucionário, contrapõe-se às imagens que revelam o modelo normativo de mulher fundada no determinismo biológico, que estabelece características “típicas” da natureza feminina, que define os papéis tradicionais de esposa/mãe/dona de casa. Alzira rompeu com todas essas definições associadas à “natureza” da mulher: ela foi guerreira que portou arma, lutou corpo-a-corpo com o soldado legalista, não demonstrou medo ou fragilidade diante do inimigo, posicionou-se como pessoa em igualdade de condição com os homens. Rompeu, portanto, com os modelos centrados na lógica dicotômica, na lógica das identidades fixas, estáveis, binárias. Rompeu também com a moral social sexuada que possui dois pesos e duas medidas, ao propor que determinadas atitudes ou situações sejam permitidas aos homens e interditas às mulheres. Alzira, por suas ações transgressoras, escapa à naturalização dos papéis sexuais, de uma idealizada essência feminina, cujo destino está ligado ao ventre e à maternidade. Não por acaso,

---

<sup>73</sup>Os integrantes da Coluna que pertenciam à instituição militar, mesmo sendo considerados desertores pelo comando maior, ainda defendiam as convenções conservadoras, moralistas e positivistas da instituição.



foi tomada como exceção, já que suas atitudes e ações desestabilizaram a ordem patriarcal, a dominação masculina.

Outro periódico de grande valor histórico para se compreender, pelo menos em parte, a presença feminina nesse movimento/militar contestatório é *O Jornal*<sup>74</sup>, periódico que circulou na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1910 a 1930. O jornalista Rafael de Oliveira, correspondente desse periódico, em 1927, cobriu a situação dos ex-combatentes da Coluna Prestes durante seu exílio e publicou uma matéria sob o título de “Conversando com Luís Carlos Prestes”. Meses depois, outro jornalista, Luís Amaral, também correspondente de *O Jornal*, visitou os exilados na Bolívia e estampou nas páginas desse periódico o artigo: “Conversando com as mulheres da Coluna Prestes”. Assim, expressou-se Luís Amaral:

Na bandeira da Coluna Prestes, não foram só homens valentes que se empenharam. Empenharam-se também várias mulheres que acompanhavam maridos ou companheiros – oficiais, soldados ou civis, outras eram enfermeiras ou costureiras e houve também uma cozinheira. [...] Morreram algumas pelo caminho, resistiram outras até o fim. Vi-as em La Gaiba, poucas, participando da miséria voraz que delute o pugilo de brasileiros que lá cumprem a pena de morte lenta a que condenam o juízo singular do governo ‘inexorável’; vi-as em Cuyabá e no Garimpo. Não tive impressão de estar falando com vítimas arrasadas ao sacrifício e, sim, com pessoas que, embora exaustas e marcadas pela fadiga, pelos sofrimentos, tem prazer de relembrar os dias amargos que voluntariamente e conscientemente viveram [...], absorvidas pelas dores alheias, que elas, como enfermeiras, cumpria mitigar. (*O JORNAL*, 1927:06).

Conforme a notícia veiculada, as mulheres que “voluntariamente e conscientemente” se incorporaram à Coluna Prestes superaram muitas dificuldades e demonstraram resistência e coragem. Elas não se sentiam “vítimas arrasadas ao sacrifício, mas pessoas que embora exaustas e marcadas pela fadiga”, dedicaram-se plenamente à causa rebelde, convivendo diariamente com os perigos e com a morte. Engajadas na luta como

---

<sup>74</sup> O periódico *O Jornal* circulou na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1910 a 1930. Nessa época, o jornal era dirigido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, mais conhecido por Assis Chateaubriand - jornalista dinâmico a quem se deve o pioneirismo da televisão no Brasil. Em 1927, Chateaubriand era o diretor de *O Jornal* e foi ele quem enviou correspondentes à Bolívia para cobrir a vida dos rebeldes da Coluna Prestes no exílio.

companheiras, esposas, enfermeiras, costureiras e cozinheiras, o jornalista, assim, identificou sua atuação. Não por acaso, ele ressalta que essas “várias mulheres” cumpriram, na experiência da Coluna, o papel tradicional de servir aos outros, de cuidar dos outros, de deixarem-se absorver “pelas dores alheias”, “que elas como enfermeiras, cumpria mitigar”. Assim, o sentido conferido é o da atuação tradicional, dentro da ordem, como enfermeira que cuidava dos outros. O termo combatente ou vivandeira foi excluído do discurso. Afinal, o autor tinha em vista tecer elogios à presença das mulheres na Coluna e, provavelmente, evitar qualquer referência que pudesse denotar desqualificação.

Dentre todas as mulheres que participaram da marcha da Coluna Prestes, *Elza* foi a única que deixou registro de sua fala. Em 1927, o jornalista Luís Amaral foi enviado como correspondente de *O Jornal* para cobrir a vida dos sobreviventes da grande marcha no exílio, na Bolívia, Paraguai e Argentina. Nessa oportunidade, Elza declarou ao jornalista que gostaria de voltar à sua pátria, a Alemanha. Todavia, isso era impossível, pois ela não tinha recursos para tal. Ao ser indagada pelo jornalista se estava arrependida de ter acompanhado a tropas, ela lhe respondeu, em seu nome e das demais mulheres, que não havia arrependimento e nem mesmo desejo de voltar para o Brasil (*O JORNAL*, 1927:06).

A campanha de desmoralização das mulheres que participaram da Coluna, efetivada pela imprensa pró-bernadista, usou e abusou do episódio da prisão das rebeldes na Bahia. Assim, como já foi visto anteriormente, o jornal *Diário de Notícias*, de Salvador, destaca, em 16/04/1926, a prisão de Alzira. As mulheres que atuaram na marcha da Coluna Prestes foram objeto de notícia veiculada na primeira página do jornal, identificadas como “criminosas rebeldes ou uma delas como “a bella generala e a piedosa enfermeira”. Os adjetivos não são gratuitos. Eles incluem num só grupo dois pólos opostos: ou a mulher má, indomável, mandona, como a “generala”; ou a mulher boa, abnegada e piedosa, como a enfermeira.

Os leitores interpelados por essas construções conceituais podem elaborar uma interpretação depreciativa sobre a participação das mulheres na Coluna. Não parece ser outra a conclusão de Luís Antônio Ribeiro, fazendeiro

que escreve ao jornal para contestar a notícia veiculada pelo jornal *A Tarde*, de 20/03/1926, na qual Hermínia é elogiada e Alzira desclassificada. Segundo a missiva do “zeloso fazendeiro”:

É admirável que haja informantes tão maus e perversos que tenham elogios a pessoas desclassificadas, investidas dos mais baixos e vis sentimentos. A verdade nua e crua é outra. A mulher que acompanha uma horda dessa natureza, cometendo em sua passagem quase sempre em todos os lugares, toda a sorte de perversidades [...] não pode ser classificada de boa índole, nem ter bom coração. São meras espiãs revoltas (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 16/04/1926)

Na construção de Luis Antônio Ribeiro, considerada por ele mesmo “verdade nua e crua”, Hermínia e todas as mulheres que acompanhavam a Coluna, essa “horda” de aventureiros e malfeitores, são “meras espiãs revoltosas”. Com tal nomeação, o autor da carta tem em vista desclassificar não apenas as mulheres, mas todos os integrantes da Coluna. Na condição de espiã, os sentidos nela inscritos podem ser o de mulher dissimulada, não-confiável, que usava de todos os meios para ter acesso aos acampamentos governistas em busca de informações sobre estes inimigos da Coluna. Tal denúncia ressentida revela uma outra face: o da efetiva e valorosa atuação de Hermínia. Ela foi uma das mulheres que mais conseguiu destaque como participante da marcha da Coluna Prestes. Comandantes, ex-integrantes, memorialistas, imprensa e diversas pessoas da sociedade civil deram ênfase à sua significativa presença junto aos rebeldes militares.

Na maioria dos relatos dos memorialistas, Hermínia foi retratada como uma “valente enfermeira”, como mulher que conquistou a simpatia dos comandantes, soldados rebeldes e até mesmo dos legalistas. Por outro lado, sua conduta livre, corajosa, independente e dedicada à causa dos rebeldes tornou-a alvo de comentários maldosos e pejorativos de pessoas da sociedade civil.

Igualmente aliado à campanha desmoralizadora e difamatória contra as mulheres da Coluna, encontrava-se o periódico *Diário da Bahia*, de Salvador. Assim, em 13/05/1926, ele veicula matéria acerca da ousadia das “bandoleiras”, adjetivo dado às mulheres que acompanhavam a Coluna:

As bandoleiras têm fôlego de 7 gatos. As guerreiras como são chamadas as bandoleiras montam a americana e quase não se diferem dos homens senão pelas formas e feitio do rosto, suportando marchas das mais violentas [...] em Minas do Rio de Contas, as rebeldes jogaram *foot-bal*, no 'stadium' do *club* esportivo daquela Villa, tendo tomado parte no time as bandoleiras (DIÁRIO DA BAHIA, 13/05/1926).

No discurso acima, são produzidas e veiculadas representações de mulheres guerreiras a partir de imagens, valores e idéias, papéis e significações conferidas e identificadas como de gênero masculino. Confere-se visibilidade à presença e atuação das mulheres na Coluna, mas desde que desatreladas do padrão normativo de conduta feminina. São “guerreiras” e “bandoleiras”, isto é, são seres desviantes, reconhecidas fora do signo feminino, dentro da norma do sistema binário do sexo/gênero.

Nessa mesma linha, atua o periódico *A Noite* (n. 337), de Salvador. Em 18/03/1926, ele veicula matéria contrária ao movimento, no geral, desclassifica todos os seus integrantes nos seguintes termos: “velhos, mulheres e meninos, gente de todas as idades de ambos os sexos, desde menino novo até velhos em termo de caducar”. Na representação do jornal, a campanha armada, liderada por Prestes em oposição ao ‘governo legalista’ e ao comando institucional militar, teve forças para carregar incautos e incapazes de pensar e agir com racionalidade e convicção política. Assim, ela mantinha em suas fileiras apenas segmentos da sociedade dela excludente, como mulheres, crianças e velhos.

Observa-se, assim, como age a mídia impressa. Ela opera como uma “tecnologia social de gênero”, isto é, “técnicas e estratégias discursivas por meio dos quais o gênero é construído” (LAURETIS, 1994:240). Tal gênero é pensado como tecnologia, como representação, como produto e processo de diferentes tecnologias sociais, aparatos biomédicos, epistemológicos, práticas críticas internacionalizadas e práticas de vida cotidiana (Idem, ibidem: 207). Conter, deter e reduzir a atuação das mulheres no entorno do gênero feminino revela-se uma operacionalidade da mídia-impressa, dessa tecnologia social que opera no sentido de produzir/reproduzir o sistema sexo/gênero, ou seja, “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”. (FOUCAULT, 1992:124).

Os discursos produzidos pela mídia impressa são relevantes porque registram a presença das mulheres em campos de combates antes não suspeitáveis ou reconhecíveis. Além disso, eles expõem e revelam atitudes e posições sobre a assimetria entre homens e mulheres dentro e fora da guerra. Eles revelam, sobretudo, formas aprioristicamente dadas, algumas delas dentro do gênero e muitas delas fora dele. Isso nos permite dizer que os conceitos e seus significados podem variar de um sistema discursivo para outro, de uma cultura para outra, já que cada sociedade produz “um sistema simbólico, ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com os valores e hierarquias sociais”. (LAURETIS, 1994:210-211).

As mulheres que atuaram nos campos de guerra e guerrilhas foram representadas por meio de diferentes suportes materiais e incorporadas na memória e no imaginário social como mulheres dentro do gênero – dedicadas, abnegadas, piedosas, vítimas, heroínas, mães – e também fora dele – indomáveis, valentes, aguerridas, guerreiras, rebeldes, Amazonas, bandoleiras. Se os sentidos primeiros reafirmam a construção e a naturalização do feminino na ordem patriarcal, os segundos confrontam essa ordem, desestabilizaram-na ao desfamiliarizar estereótipos pré-concebidos e reiteradores da divisão sexuada dos papéis, das relações sociais e da atuação no mundo.

Não por acaso, em nenhum dos nove jornais pesquisados, as mulheres receberam a denominação de *vivandeiras*. Nem a imprensa pró-bernadista, empenhada em desclassificar a Coluna Prestes, fez uso dessa construção, embora ela também remetesse a sentidos pejorativos, como o de “prostituta” ou “semi-prostituta”. Também a mídia simpática ao movimento evitou utilizá-la, pois algumas significações positivas de gênero a ele conferidas eram fortes no imaginário social. Assim, a idéia de mulheres livres, que “viviam a verdadeira vida” não interessava à ordem patriarcal, ao poder masculino.

No processo de naturalização e de desnaturalização da ordem, existe uma outra causa possível para a recusa estratégica da mídia em não nomear as mulheres integrantes da Coluna Prestes como “vivandeiras”. Parece-me que tal denominação inscreve-se no contexto que a produziu, das guerras nacionais dos séculos XVIII e XIX, considerado um momento ultrapassado pelo movimento de modernização do século XX. Fazer uso de tal

construção não interessa nem aos defensores da Coluna nem aos seus detratores, pois poderia identificá-las com um passado com a qual nenhuma das partes gostaria de ser reconhecida.

## **5.2 – O retorno das vivandeiras: os discursos políticos contemporâneos**

Silenciadas pela mídia impressa dos anos 20 e 30 do século XX, as vivandeiras reapareceram nos discursos políticos da década de 1960 – no contexto do regime militar no Brasil. O termo “vivandeira” ganhou visibilidade no vocabulário político do período, quando o Marechal Humberto Castelo Branco, presidente do país durante os anos de 1964-1967, reclamou em discurso proferido em 1964, dos civis que chamavam seu governo de militarista<sup>75</sup>, rotulando seus opositores de “vivandeiras”. Segundo o Marechal, ele sabia quem eram esses opositores. Ele os identificava “a todos”. São muitos deles os mesmos que, desde 1930, “como vivandeiras alvoroçadas, vêm aos bivaques bolir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar”. ([www.educativaterra.com.br](http://www.educativaterra.com.br)).

Ressaltar tal termo foi recurso retórico utilizado pelo presidente militar para reafirmar alguns propósitos ante os civis que lhes faziam críticas. Um deles é o de identificar-se como militar experiente no velho jogo dos civis de seduzir e envolver os militares em prol de seus interesses políticos, ao custo da indisciplina das tropas, tal como a representação das vivandeiras no imaginário da corporação e da sociedade em geral. Um outro propósito era o de demarcar seu território como presidente e oficial formado na disciplina do Exército que não cederia às provocações e afagos daqueles que, ao criticar e rotular seu governo de militar, queriam dele participar ou usufruir de suas benesses, tal como as vivandeiras. Enfim, parece-nos que os sentidos de oportunista, interesseiro, comerciante, agente da desordem permeiam a referência de vivandeiras que o presidente Castelo Branco usou para desclassificar seus críticos.

---

<sup>75</sup>O texto na íntegra do General Castelo Branco encontra-se disponível no site [www.educativaterra.com.br/almanaque/gaspari](http://www.educativaterra.com.br/almanaque/gaspari) 22/12/1999. Acesso em: 02/04/2005.

Tais sentidos, presentes no imaginário social, foram reafirmados na representação do presidente, em que se cria a imagem das vivandeiras como mulheres aproveitadoras que iam aos acampamentos militares tirar vantagens e desestabilizar militares. Para Castelo Branco, os civis excluídos do governo instalado pós-golpe de 1964 deveriam, tal como os militares, ser proibidos de opinar e de se imiscuir do Estado, pois apenas atrapalhavam, criavam caso.

Ressaltar o sentido pejorativo das representações produzidas sobre a atuação das mulheres na guerra e silenciar a dimensão positiva aportados para a força instituinte dos discursos, principalmente, mas não exclusivamente, daqueles veiculados pela mídia impressa. Como a atuação do discurso envolve um público maior e, sobretudo, reafirma cotidianamente valores, idéias, crenças e tradições, normas, papéis e significações, ele funciona como eficiente tecnologia produtora de assujeitamentos ao seu regime de verdade. Ele opera, engendrando no imaginário social, construções sociais, lingüísticas e culturais produzidas como naturais, como inerentes à ordem das coisas. Como ressalta Baczo,

o imaginário social [...] é uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis de suas relações com ela [...], o imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz dos dispositivos do controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais (1985:310-311).

Sob tal perspectiva, entende-se porque o termo “vivandeiras” foi, e ainda é, na maioria das vezes, usado de forma pejorativa e desclassificatória. Assim, contemporaneamente, vivandeira é mulher que se aproveita das ocasiões de guerras para se beneficiar, para se vender. Vivandeira é representação construída pela imagem de mulher que, segundo Castelo Branco, se metaforiza por similaridade com os maus políticos. Do seu ponto de vista, ambos, vivandeiras e políticos são aproveitadores de situações para conseguir vantagens, disponíveis para serem cooptados para quem acenar com mais vantagens, para quem pagar mais.

As representações como matrizes e efeitos das práticas sociais integram a memória social. Assim, a representação de vivandeira retomada pelo presidente militar ressaltou o sentido negativo do oportunismo e da aventura, em prejuízo ao da dedicação, coragem e destemor das combatentes, de modo a reafirmar a política binária, a divisão sexuada dos papéis sociais.

Sob tal lógica sexista e transgressora, o jornalista Élio Gaspari escreveu, em 1999, um artigo intitulado “Cuidado com as vivandeiras<sup>76</sup>”. O texto faz referência a uma crise militar na aeronáutica. Refletindo sobre tal crise, o jornalista insiste na máxima de que “os militares não devem se meter em assuntos políticos, assim como os civis não devem se meter em encrencas militares. Isso é coisa de vivandeiras”. Em síntese: de mulheres que não reconhecem seu lugar “na ordem das coisas” e se intrometem em assuntos que não entendem e não são de sua alçada. Mulheres que, fora de seus devidos lugares, participaram das guerras e guerrilhas, acompanhando as tropas e criando confusão e desordem civis imiscuíram-se em assuntos da caserna. Da mesma forma, militares que se envolveram na política, pareciam vivandeiras, mulheres que não deveriam se envolver nem em uma coisa nem em outra. Segundo o jornalista,

As vivandeiras sumiram da política nacional em 1985, quando o último dos generais-presidentes deixou o palácio pela porta dos fundos. Nunca é demais lembrar o que acontece às vivandeiras. Percorrendo o passado recente, por ordem cronológica, sucede-lhes o seguinte: 1) João Goulart. Empossado na Presidência da República em 1961, a despeito da oposição dos três ministros militares, meteu-se a montar um dispositivo nos quartéis. Acreditava que se o Congresso não lhe desse as reformas que pedia, poderia valer-se da tropa fiel e emparedá-lo. Acabou no Uruguai. Voltou morto ao Brasil, em 1976. 2) Carlos Lacerda foi a maior vivandeira da história republicana. Boliu com os granadeiros em 1954 e abriu uma crise que acabou no suicídio de Getúlio Vargas. Acabou preso, em 1968. Esses dois casos podem levar à impressão, falsa, de que são as vivandeiras que provocam as extravagâncias do poder militar. Esse foi o erro do marechal Castelo Branco. Vacilou na hora de baixar o chanfallo nos vivandados. São vivandados os granadeiros que saem à procura das buliçosas vivandeiras. Enquanto lhe conveio, o marechal Costa e Silva usou os políticos para chegar à Presidência da República. [...] O vivandado passou a perna nas vivandeiras. Vivandaram o empresariado, a banca e todas as instituições sindicais do patronato. [...] As vivandeiras passaram a perna nos vivandados. Deixaram a conta da repressão política nas costas dos militares e foram tomar champanha com a turma da Nova República. [...] Vivandeiras e vivandados são vírus mutantes de uma

---

<sup>76</sup>Para maiores esclarecimentos, conferir o artigo na íntegra no site [www.educativaterra.com.br/almanaque/gaspari](http://www.educativaterra.com.br/almanaque/gaspari) 22/12/1999. Acesso em: 02/04/2005.



mesma praga. Deve-se aos presidentes civis, de José Sarney a FHH, a condução dos negócios do Estado sem recursos a esse tipo de malandragem política ([www.educativaterra.com.br](http://www.educativaterra.com.br)).

No trecho, “vivandeiras e vivandados [...] vírus mutantes de uma mesma praga [...] a malandragem política” é visível o sentido pejorativo conferido às vivandeiras e aos políticos e militares que se comportavam como elas. Como se vê no discurso, vivandeira é imagem de mulher oportunista que se aproveita das ocasiões de guerras para alcançar seus objetivos, vendendo-se e vendendo seus serviços/favores/opiniões aos vivandados. Para o autor, assim também agem os políticos e militares oportunistas que, em malandragem política e não por princípios políticos, usam e abusam de seu poder de cooptar vivandeiras: são os vivandados. Tais representações sociais em sua dinâmica “expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado” (JODELET, 2001:21). São representações reafirmadas e, ao mesmo tempo, também criadoras de sentidos, orientadoras de ação, dos modos de pensar e agir dos indivíduos e dos grupos.

Nessa dinâmica, as representações são discursivamente veiculadas e reafirmadas de modo a orientar a ação, a imprimir sentidos, isto é, o meio pelo qual conferimos significado às experiências vividas e, nelas, às relações sociais estabelecidas. Não por acaso, nas referidas situações de crise política, Castelo Branco e Élio Gaspari investem na imagem das vivandeiras e no perigo que elas acenam de desestabilização da ordem, ou seja, sentido desestabilizador e desnaturalizador dos papéis sociais prescritos. As referências às vivandeiras e vivandados remetem para uma matriz de significação e para modos de organização tecidos no interior das instituições. Como bem atenta Castoriadis, “a instituição social histórica é aquilo em que e por que se manifesta e é o imaginário social” (1995: 277). O termo vivandeira, nos enunciados de Castelo Branco e Élio Gaspari, remete ao um campo de imagens em que foi formulada para conformar o “magma das significações”, tendo em vista que “a significação é o co-pertencer de um termo e daquilo a que ele remete, progressivamente, direta ou indiretamente” (CASTORIADIS, 1995:390).

Dessa forma, à medida que o termo é veiculado com sentido pejorativo, ele alimenta a configuração de uma identidade unívoca e fixa para as vivandeiras, independentemente da diversidade de suas atuações e de seus diversos significados. Torna-se, assim, uma identidade definida e definitiva das diversas e diferentes mulheres que atuaram nos campos das guerras.

Nas eleições de 2002, a conotação pejorativa das “vivandeiras” foi novamente veiculada por Élio Gaspari, guardião da memória. Em análise sobre as articulações políticas daquele momento político, o jornalista, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*<sup>77</sup> (08/09/2002), denominou o deputado petista Aloísio Mercadante de “vivandeira reincidente”. Tal identificação é estendida ao Partido dos Trabalhadores, acusado pelo jornalista de “querer brincar de namorar militares”, em razão do apelo feito por Mercadante de que “os militares poderão ser nossos parceiros na reconstrução do País”.

Em sua crítica aos petistas, ao seu sinal de aproximação com os militares, outrora – seus inimigos -, expresso na fala de Mercadante, Élio Gaspari retoma a imagem das vivandeiras para denunciar o que considera “malandragem política”, jogo político rasteiro. Assim, o jornalista não hesita em definir tal atitude como a de uma vivandeira oportunista e interesseira, pois “quem vive atrás de simpatia de militar é namorada de tenente”, ou seja, “vivandeira”. O autor ressalta justamente as imagens negativas constitutivas da representação das mulheres no campo das guerras, presentes no imaginário social: namoradeiras, sedutoras, oportunistas, intrigantes e interesseiras.

Tal estratégia discursiva aponta para o funcionamento do poder, para o modo como as relações de poder, representacional e discursivo, operam instituindo valores, identidades, verdades. Assim, ao definir que “quem vive atrás de simpatia de militar é namorada de tenente, ou seja, vivandeira”, o autor desqualifica o posicionamento político do partido. Ao mesmo tempo, reafirma o sentido pejorativo conferido à ação das mulheres na guerra, deslegitimando sua presença e atuação no espaço da política.

No discurso contemporâneo, o termo “vivandeira” ganha visibilidade, bem como seu sentido pejorativo, usado pelos políticos da situação e da oposição. Assim, na crise política do ano 2005, que abalou o governo do

---

<sup>77</sup> Ver artigo completo no jornal *Folha de São Paulo* 08/09/2002, Caderno Políticas, p. 24.

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, muitos insultos entre líderes políticos e parlamentares foram trocados. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, atacou os petistas ao afirmar que “o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está perdido e fica rodando como peru bêbado em dia de carnaval”. Foi retrucado pelo deputado José Genoíno, presidente do Partido dos Trabalhadores, com a provocadora declaração de que “o PSDB está agindo como um protagonista agourento, como vivandeira de crise, [...] porque não sabe ficar de fora do poder”<sup>78</sup>. ([www.noolhar.com.política](http://www.noolhar.com.política)).

A vivandeira foi ressemantizada no discurso acima como uma “protagonista agourenta”, aquela que fomenta, que cria a crise para se valer dela, para que ela seja necessária, para que ela possa oferecer seus préstimos e respectivos preços. É visível a atribuição de novo significado à palavra – oportunismo político, malandragem política -, embora, a expressão mantenha traços o sentido original representado no imaginário social de seus criadores.

As recorrências a tal construção não cessam por aí. As vivandeiras continuam sendo a ancoragem para as representações que revelam o jogo político no Brasil contemporâneo. Uma matéria veiculada na *Revista Brasileira de Imprensa*<sup>79</sup> centra suas críticas ao governo do presidente Lula, sob o título de “Vivandeira de Plantão”. O texto provoca e convoca a sociedade brasileira a exigir a punição dos culpados pelos crimes de desvio de dinheiro público e corrupção. O autor recomenda a apuração das denúncias até as últimas instâncias e conseqüências, salientando que, “a sociedade organizada e, muito menos os militares, não aceitam ser usados e guiados pelas vivandeiras de plantão, que emergem dos porões em épocas de crise como lagartixas saindo dos entulhos”. ([www.abi.org.br](http://www.abi.org.br)).

Aqui, há uma interessante inversão: as vivandeiras são justamente as pessoas que estão no poder, embora não devessem estar, pois não mereciam estar, já que são do partido dos trabalhadores. Tal como as vivandeiras, elas estão fora de seu lugar. Caberia à “sociedade organizada” e

---

<sup>78</sup>Texto na íntegra encontra disponível no *site*: <[www.noolhar.com/política](http://www.noolhar.com/política)>. Acesso em: 19/05/2005.

<sup>79</sup> O referido texto da Revista Brasileira de Imprensa está disponível no *site* [www.abi.org.br/](http://www.abi.org.br/). Antônio Avelar 24/07/2005. Acesso em: 20/09/2005.

aos “militares” estabelecer a ordem, recolocar as coisas (e pessoas) nos seus devidos lugares: retirar essas vivandeiras de plantão. Todavia, mantém-se o mesmo sentido depreciativo conferido à representação das vivandeiras: mulheres fora da ordem, dissimuladas, interesseiras, traiçoeiras, oportunistas e camufladas que “emergem dos porões”, em épocas de crise e de guerras, como “lagartixas saindo dos entulhos”. Esses enunciados podem ser considerados matrizes nas quais se constituem as formações discursivas, entendidas como “um grupo de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço”, conforme afirma Foucault (2004:133).

Nessa perspectiva, os atores sociais não estão à parte da sociedade, já que, como diz Foucault, o “autor como princípio de agrupamento do discurso” (1996:26), age e atua indissociável da realidade social. É nesse jogo de forças que os silêncios se consolidam, pois ao reduzir a ação das mulheres no espaço das guerras à representação das vivandeiras significadas pejorativamente, constrói-se um silêncio sobre suas múltiplas atuações nos palcos de combates. Daí a necessidade de se investigar outros registros sobre a presença das mulheres nesses espaços, de se buscar desnaturalizar a invisibilidade de sua presença na guerra, sobretudo, de se historicizar a construção das vivandeiras.

Como afirma Ecléia Bosi, um dos “aspectos mais intrigantes é o da construção da memória” (1979:27), pois os indivíduos são capazes de reconstruir constantemente os acontecimentos e seus significados, imbricando neles sentidos e silêncios. Os deslizamentos discursivos revelam que nem sempre o significado dos discursos está presente na linguagem explicitamente referenciada, pois as palavras possuem desdobramentos significativos de sentidos. É necessário, portanto, perceber os movimentos circulantes e os deslocamentos que marcam as definições entre o discurso e o silêncio e como esses criam as representações sociais.

Nessa teia de significação que conforma o imaginário social, inscrevem-se as representações dos espaços políticos/militares como o de homens fortes e viris, orientadoras da supremacia do masculino sobre o feminino. O silêncio sobre a presença das mulheres nesses espaços é revelador da distância entre a prescrição e as vivências. Além disso, quando o

silêncio é quebrado pelo ruído de suas presenças é preciso desqualificá-las de modo a assegurar esses espaços como território masculino, como lugar onde se exercita a dominação masculina.

No discurso de uma marcha militar, o termo “vivandeira”, ainda que frequentemente usado de forma pejorativa, revela uma motivação positiva, porque é romantizada para vangloriar os feitos das guerras. Nesse discurso, permite-se conferir visibilidade às mulheres que acompanham as tropas em marcha e combatem junto a elas, pois os soldados necessitam delas como enfermeiras/amantes, companheiras de lutas. É uma presença autorizada e objeto de registro não porque lá elas estiveram, mas porque julgadas importantes para levantar a moral das tropas.

As imagens das vivandeiras integraram a rede de sentidos que povoavam o imaginário social e há de se considerar que esse imaginário inventa/cria/recria a realidade. Trata-se de realidade conformada pela representação do sistema do sexo/gênero que, pela visão masculina/patriarcal/militar legitima a presença das mulheres quando esta se presta a uma utilidade: a de servir os outros. Nesse caso, ela é significada positivamente, como mãe/enfermeira que cuida dos soldados feridos, dedica-se totalmente aos outros e à pátria. Algumas são até mesmo transformadas em heroínas, de modo a servir de exemplo para outras mulheres. Quando, porém, a atuação das mulheres na guerra foge desse padrão, mostra-se independente e combativa, ela precisa ser silenciada ou desclassificada para manter a ordem.

Dessa maneira, é preciso analisar os sentidos socialmente dados à representação das mulheres na guerra. Isso implica desnaturalizar a construção do nome “vivandeira” como restrita à negociante de víveres ou do seu próprio corpo e atentar para as várias outras possibilidades de sua enunciação. São possibilidades inscritas dentro e, sobretudo, fora do sistema sexo/gênero e que revelam como ele foi e ainda é usado para desclassificar as mulheres que se deslocaram para os campos de guerra, que ousaram construir-se como sujeitos, donas de si e de seus próprios corpos, de suas vidas.

Nesse sentido, os espaços bélicos são espaços reveladores do exercício de poder, ao conferir sentidos, estabelecer regras, produzir inclusões

e exclusões, normalizar condutas das mulheres que nele atuaram. Não são significados imprimidos a tais experiências, pois nos discursos citados, não havia mulheres nas guerras, mas “vivandeiras” que acompanhavam as tropas. Ao usar a expressão “vivandeiras”, os militares e civis criaram uma tipologia política própria para neutralizar as ações das mulheres nos espaços das guerras. Todavia, as representações sociais atuam na realidade social como “sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 2001:22).

Atentar para a dimensão mantenedora e criadora das representações sociais é indispensável para se perceber não apenas a homogeneidade, mas principalmente a instabilidade e a multiplicidade das experiências dos sujeitos históricos. Como assinala Joan Scott:

Os sujeitos são constituídos discursivamente e a experiência é um evento lingüístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. A experiência é a história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas (1999:42).

Pensar os sujeitos constituídos discursivamente permite-nos deslocá-lo para a posição da experiência, isto é, é na experiência e a partir dela que se engendra a história do sujeito, das mulheres, das vivandeiras. Assim, a experiência da atuação das mulheres na guerra não acontece fora dos significados que se inscrevem nas relações sociais, históricas, dentre elas, as relações de sexo-gênero. Como bem ressalta Teresa de Lauretis, as tecnologias do gênero têm o “poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações sociais” (1994:228). Não por acaso, a presença e ações das mulheres na guerra foi objeto da produção de um significado social: o silêncio ou a resignificação sob a forma de vivandeira. Todavia, ainda citando a autora, por se encontrar assujeitada, e também consciente desse assueitamento ao sistema sexo-gênero e ao seu regime de verdade, o sujeito/mulheres/vivandeiras teria condição de sair dele e de contestá-lo, confrontá-lo. Segundo Lauretis, sair do gênero é possível porque todo discurso comporta “pontos cegos” ou “o *space-off* de suas

representações, espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios dos aparelhos de poder – conhecimento. (Idem, ibidem: 237)

Hermínias, Elzas, Alziras, Anas, Marias foram mulheres constituídas na experiência da guerra e do gênero; foram igualmente conhecidas fora do gênero, vivandeiras, esse "sujeito excêntrico" que viveram a vidas verdadeiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese “deve valer por tudo o que nela não deveu caber”.<sup>80</sup> Início minhas considerações finais parafraseando um excerto utilizado por Guimarães Rosa para significar o caráter provisório do estudo realizado. Afinal, sinto que a tese se foi, acabou, sem ainda ser alguma coisa. Todavia, tem o seu valor uma vez que me fez ver mulheres que escolheram “viver a verdadeira vida”, vivandeiras transgressoras que enfrentaram os campos de batalha e outras frentes de combates, que ousaram se expor, lutar por espaços definidos como fora de seus domínios.

Incluídas como objeto das falas de outros, expressas no conjunto documental – linguagens textuais e visuais - usado na pesquisa, essas mulheres se tornaram visíveis graças ao esforço empreendido de rastrear sua presença e ação nos palcos da guerra. E, sobretudo, ao meu propósito de apreender os sentidos conferidos às representações construídas e disseminadas por meio de diferentes discursos, acerca dessa participação na guerra. Trata-se de experiência que, conforme explicitou Elza ao jornalista de *O Jornal*, essa combatente e demais companheiras consideravam significativa na conformação de suas subjetividades, haja vista que não se arrependeram de ingressar na Coluna Prestes, não queriam voltar, fariam tudo de novo, caso fosse necessário.

As representações das vivandeiras emergem nos variados discursos, construções que tentaram conter o efeito desestabilizador que a presença das mulheres no palco das guerras poderia causar à ordem patriarcal, androcêntrica e heterossexual. Conferir sentidos negativos – de “prostitutas”, “semi-prostitutas”, “desgarradas aventureiras”, “rebeldes” etc – e também positivos – “heroínas”, “mães da pátria”, “abnegadas enfermeiras”,

---

<sup>80</sup>Uso aqui o trocadilho, “um livro deve valer por tudo aquilo que nele não deve caber”, empregado por Guimarães Rosa na obra *Tutaméia*, no qual, pelo jogo da linguagem, o autor privilegia o não-dito, evidencia o vazio da obra, ou seja, o “não lugar”, aquele que é sustentado pelo universo paradoxal criado pela própria linguagem de Guimarães Rosa. Ele troca o já assimilado, comum, por aquilo que é incomum, causando, assim, pelas inversões que propõe em *Tutaméia*, um estranhamento ao pensamento convencional. (ROSA 1985).



dedicadas esposas etc – foi estratégia discursivamente engendrada com vistas àquele propósito. Isso porque, nos discursos sobre as vivandeiras, a guerra foi reafirmada como espaço de domínio masculino. Em vista disso, as imagens da presença e atuação das mulheres foram predominantemente investidas de significação pejorativa, anteriormente referida. Quando aparece o sentido positivo é para reafirmar a função tradicional de um ser que não tem existência própria, que vive para cuidar dos outros.

Nesse sentido, as imagens produzidas sobre as mulheres na guerra reduzem-se a dois pólos: dentro da ordem / fora da ordem. Embora, na maioria dos registros, elas se encontrem representadas como pessoas disciplinadas, serviçais e ordeiras, há também referências visíveis sobre mulheres que transgrediram normas, reinventaram papéis, se auto-inventaram. Estiveram, portanto, “dentro” e “fora” da ordem patriarcal e androcêntrica, “dentro” e “fora” do gênero.

As referidas imagens ocultam, portanto, a pluralidade constitutiva da experiência de cada uma delas no cotidiano da guerra e as nuances existentes. A produção da identidade unívoca de vivandeira para as diversas experiências nos campos de batalha teve como propósito silenciar e/ou desclassificar as ações das mulheres combatentes.

A pesquisa realizada revela-nos, portanto, que os registros sobre as mulheres na guerra são falas masculinas sobre o feminino, são versões, leituras da experiência passada, realizadas por homens, e encontram-se significadas conforme a visão patriarcal e androcêntrica que produz e reproduz a divisão binária dos papéis sociais, pautada na diferença biológica. Foi possível perceber, nesses discursos, o funcionamento do poder masculino que instala e reafirma a assimetria nas relações entre homens e mulheres graças ao uso político da diferença. Assim, as representações das vivandeiras reafirmam o binarismo do sistema sexo/gênero, já que reiteraram papéis e sentidos diferenciados para homens e mulheres combatentes.

Embora, historiograficamente silenciada, a presença das mulheres na Coluna Prestes e na Guerra do Paraguai foi objeto de diferentes registros e referências. As “Marias Guerreiras”, reverenciadas pelo exército brasileiro desde o período da independência, são uma evidência da capacidade das mulheres de enfrentar condições adversas, de atuar como combatentes.

Até mesmo Ana Néri embora produzida como heroína da Guerra do Paraguai, não pode ser percebida sem a sua face vivandeira, estrategicamente ocultada pela instituição no seu processo de heroicização.

Os silêncios e mitificações, discursivamente produzidos sobre as mulheres na guerra, escondem, no seu avesso ou na sua outra face, a efetiva e diferenciada participação e ocupação do espaço bélico por elas. As representações dessa atuação, materializadas nas imagens das vivandeiras, detêm a participação nos limites autorizados e, ao mesmo tempo, ultrapassam esses mesmos limites. São representações que as revelam como combatentes aguerridas, corajosas e audaciosas tais como seus companheiros de tropas, que não foram identificados como “vivandeiros”.

Não há como ignorar que “as mulheres guerreiras sempre existiram desde que o mundo é mundo, mas sua presença tem sido negada ou deturpada pelos pesquisadores patriarcais, por não se encaixar no modelo fraco, passivo e submisso que ainda hoje se espera do sexo feminino” (*REVISTA UM OUTRO OLHAR*, 1999: 2).

Conferir visibilidade à presença das mulheres na guerra, de modo a denunciar e romper com a *política do esquecimento* da atuação feminina nesse espaço, foi um dos objetivos a que me propus no presente estudo e que acredito ter concretizado. Afinal, entendo que as vivandeiras não foram somente assujeitadas, produzidas pelos discursos masculinos e modelos patriarcais de mulher e de conduta, mas foram também sujeitos históricos instituídos na experiência da guerra.

O esforço realizado de apreender as vivandeiras sob determinados pontos de vista da linguagem, em diferentes materialidades discursivas, esteve balizado no entendimento de que

não podemos escolher uma linguagem em uma liberdade absoluta, e que cada linguagem se apodera do que “deve ser dito”. Outra coisa é acreditar que somos fatalmente dominados pela linguagem e que só podemos dizer o que ela nos leva a dizer. Não podemos jamais sair da linguagem, mas nossa mobilidade na linguagem não tem limites e nos permite tudo questionar, inclusive a própria linguagem e nossa relação com ela. (CASTORIADIS, 1995: 153)

Assim, nem “fatalmente dominada”, nem totalmente livre, teci na materialidade lingüística deste trabalho de pesquisa os fios visíveis e, principalmente, os invisíveis da história das vivandeiras. Nessa construção, busquei responder à pergunta de Chiavenato (1983:126) sobre a atuação das mulheres na Guerra do Paraguai: “quem escreverá um dia a história das putas que não se prostituíram?”.

## 1 FONTES IMPRESSAS

### 1.1 Memórias e diários

BURTON, sir Richard Francis. *Cartas dos campos de la Guerra del Paraguay*. Rio de Janeiro: Bibliotexa do Exército, 1997.

CABANAS, João. *A Coluna da morte sob o comando do tenente João Cabanas*. 4 ed. Rio de Janeiro: s/e, s/d.

CAMARGO, Aspásia; GOES, Walder. *Meio século de combate: um diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

COSTA, Francisco Félix Pereira. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay*. Rio de Janeiro: Livraria Guimaraes, 1870, 4 vols.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai – o comando de Osório*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, v. 2, Tomo II; v. 3, Tomo I.

FERREIRA, S. Dias; MACHADO, Sadi do Valle. *A Marcha da Coluna Prestes*. Pelotas: Livraria O Globo, 1928.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959 (5 volumes)

JOURDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert e Cia, 1890.

LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes*. 2 e. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LINS DE BARROS, João Alberto. *Memórias de um revolucionário*. 1ª parte: A marcha da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. 3 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

PIMENTEL, J. S. de Azevedo. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

RODRIGUES SILVA, José Luis. *Recordações da Campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

SEEBER, Francisco. *Cartas sobre la Guerra Del Paraguay (1865-66)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Rosso, 1907.

SILVA, João (capitão). *Farrapos de nossa história: a marcha da Coluna Prestes do extremo Sul às cabeceiras do rio Apa*. São Nicolau (RS): s.e., 1959.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *Marcha das forças (expedição de Mato Grosso): 1865-6*. São Paulo: Melhoramentos, 1928.

\_\_\_\_\_. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

## 1.2 Arquivos Públicos: correspondências e relatórios

Arquivo da Fundação da Biblioteca Nacional (RJ) - Coleção de Canções Populares, folha 1071. PALMEIRIM, Luis Augusto. *Cancioneiro de músicas populares*. Coleção recolhida e inescrupulosamente trasladada para canto e piano por César A. das Neves. Essa poesia apareceu por volta de 1850, e com ela a música.

Arquivo Nacional (RJ) – Correspondência do Comando em Chefe com várias autoridades sobre assuntos referentes à Guerra do Paraguai. Vol. 12

## 1.3 Bibliotecas públicas

Biblioteca Estadual de Salvador (BA) - Coleção de jornais raros

Biblioteca do Exército (RJ) – Correspondências de Guerra

Biblioteca do Senado (DF) – Obras raras da literatura memorialística

## 2 FONTES MANUSCRITAS

### 2.1 Arquivo da Fundação Getúlio Vargas – (RJ)

CEPEDOC – Centro de Estudos Pesquisa e Documentação Contemporânea. Cópia manuscrita original do Diário de Marcha da Coluna Prestes.

## 3 FONTES DA MÍDIA IMPRENSA NACIONAL

### 3.1 Jornais e revistas

AMARAL, Luis. Conversando com as mulheres da Coluna Prestes. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1927, p.06.

DONATO, Hernani. A grande marcha - mulheres na Coluna Prestes. In: *Jornal Leitura*. São Paulo: S/A - IMESP, 13(145), junho de 1994.

*Jornal A Noite*, Salvador-BA (1924-1927).

*Jornal A Tarde*, Salvador-BA (1924-1927).

*Jornal Correio do Povo*, (A vivandeira transmite experiência), Porto Alegre, 26/12/2004.

*Jornal O Estado de São Paulo*, SP (1924-1925).

*Jornal Noticiário do Exército*, Ano XLV, n. 9.900, Brasília, 11/10/2001.

*Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Políticas, 08 de setembro de 2002, p. 24.

*Jornal O Publicador Goyano*, Goyas, 27 de novembro de 1886 – Arquivo do IPEHBC - GO.

*Jornal O Conservador*, Nazaré-BA (1924-1926)

*Jornal O Democrata*, Salvador-BA (1924-1926)

*O Jornal*, Rio de Janeiro (1924-1927)

*O Nordeste*, Fortaleza-CE (1925-1926)

*Diário da Bahia*, Salvador-BA (1924-1927)

*Diário de Notícias*, Salvador-BA (1924-1927)

*O Estado de São Paulo*, 1978.

*Revista um outro olhar*. São Paulo, n.30, Mar/Jun, 1999, p. 2.

*Revista Latino-Americana de Enfermagem*. v..8 no.5, Ribeirão Preto/SP, Out. 2000

## **4 FONTES TEXTUAIS DISPONÍVEIS ON LINE**

### **4.1 Jornais e revistas**

<http://www.na.com.br/1998/ocro>. Acesso em: 20/03/2005

<http://memorial.sdcs.k12.ca.us//LESSONS/20.denoviembre/soldaderas.html>.

Acesso em: 20/03/2005.

<http://www.contenidos.com/historia/mujer/revolu2.html>. Acesso em: 20/03/2005.

<http://www.terra.com.Br/istoedinheiro/311/economia>. Acesso em: 02/04/2005. (autor Fábio Altman).

## **5. FONTES ICONOGRÁFICAS**

### **5.1 Iconografias da imprensa ilustrada internacional**

*Jornal Notícia Ilustrada do Londres*. Vivandeira no exército francês – 1859

Disponível [www.85eme.or/his/cantuk](http://www.85eme.or/his/cantuk). Acesso em: 18/06/2005

*Jornal Notícia Ilustrada do Londres*. Vivandeira na frente armada do exército francês (1859). Disponível [www.vivandiere.net/vivonhorse.jpaga](http://www.vivandiere.net/vivonhorse.jpaga). Acesso em: 18/06/2005.

### **5.2 Iconografias da imprensa ilustrada nacional**

#### **5.2.1 Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional**

*Revista Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro 02/04/1865

*Revista Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro 03/09/1865

Gravura de Methessel – Saída do Exército de Tuiuti em 1866.

Fotografia de oficial com crianças

*Revista da Semana*, Rio de Janeiro. Maio, 1925, p.14.

Gravura de Ângelo Agostini. *Semanário Cabrião*, São Paulo, 1865-1866.  
*Revista Nosso Século, Brasil 1910-1930*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

### 5.3 Iconografia de Museu Nacional

Foto de Adenor Gondim (séc.XIX) - Paço Municipal de Salvador.  
 Acervo da Câmara dos Vereadores de Salvador-BA. "Ana Nery". Victor Meirelles, óleo sobre tela, séc. XIX.

### 5.4 Iconografias de Museus Internacionais

Museu das Armas - Paris (França) - vivandeira/cantineira (1870 -1871)

Museu Napoleônico de Fontainebleu (França)

Museu Público Casa de Hertford – França – Vivandeiras de Bresta (Jean-Baptiste Pater ) - Coleção de arte de Wallace.

Museu McCord da História Canadense, Montreal, 1898. W. Not. Arquivos Fotográficos Notman

Museu Royal das Armas e História Militar ( Bruxelas – Bélgica)  
 Disponível [www.vivandiere.net/photo](http://www.vivandiere.net/photo), Acesso em: 20/07/2005

Museu Mitre, Buenos Aires – Argentina

### 5.5 Iconografias *online* - acervo particular

[www.memory.loc.gov/ammem/mussmhtml/mussm](http://www.memory.loc.gov/ammem/mussmhtml/mussm). Acesso em: 25/07/2005.

[www.vivandiere.net/dormusic1906](http://www.vivandiere.net/dormusic1906) Acesso em: 25/07/2005.

[www.clearwaterhats.com/ladies\\_hatsone.htm](http://www.clearwaterhats.com/ladies_hatsone.htm). Acesso em: 20/10/2005.

[www.sallyqueenassociates.com/girls61](http://www.sallyqueenassociates.com/girls61). Acesso em: 16/06/2006.

<http://dressreform.tripod.com/vivcant.html>. Acesso em: 20/06/2006.

[www.85eme.or/his/cantuk](http://www.85eme.or/his/cantuk). Acesso em: 18/06/2005.

[www.walcout.be/dossier/dossier.dossier-](http://www.walcout.be/dossier/dossier.dossier-) Photos Jean Lanneau. Acesso em : 29/07/2005

[www.vivandiere.net/hist.html](http://www.vivandiere.net/hist.html). Acesso em: 02/04/2005.

[www.vivandiere.net/vivonhorse.jpaga](http://www.vivandiere.net/vivonhorse.jpaga). Acesso em:18/06/2005.

[www.vivandiere.net/cigarviv](http://www.vivandiere.net/cigarviv). Acesso em: 20/07/2005.

[www.vivandiere.net/vivtin](http://www.vivandiere.net/vivtin). Acesso em: 15/06/2006.

[www.jhoje.com.br](http://www.jhoje.com.br). Acesso em: 02/04/2005.

[www.regqm.com/scultures](http://www.regqm.com/scultures). Acesso em: 28/09/2005.

[www.vivandiere.net/JohnVerhoevenstatue.jpg](http://www.vivandiere.net/JohnVerhoevenstatue.jpg). Acesso em: 20/08/2005.

[www.vivandiere.net/femalezou](http://www.vivandiere.net/femalezou). Acesso em: 20/07/2005.

<http://dressreform.tripod.com/vivcant.html>. Acesso em: 20/07/2005.

[www.vivandiere.net/parisviv.jpg](http://www.vivandiere.net/parisviv.jpg). Acesso em: 25/07/2005.

[www.vivandiere.net/photo](http://www.vivandiere.net/photo). Acesso em: 02/06/2005.

<http://dressreform.tripod.com/vivcant.html>. Acesso em: 20/06/2005.

[www.vivandiere.net/vivstuff](http://www.vivandiere.net/vivstuff). Acesso em: 15/06/2005.  
[www.vivandiere.net/imperialviv.jpg](http://www.vivandiere.net/imperialviv.jpg). Acesso em: 15/06/2005.  
[www.vivandiere.net/1914](http://www.vivandiere.net/1914). Acesso em: 25/07/2005.  
[www.vivandiere.net/dor1909](http://www.vivandiere.net/dor1909). Acesso em: 25/07/2005.  
[www.nossosaopaulo.com.br](http://www.nossosaopaulo.com.br). Acesso em: 12/05/2005.  
[www.filatelia77.com.br](http://www.filatelia77.com.br). Acesso em: 20/05/2005.  
[www.educativaterra.com.br/almanaque/gaspari22/12/1999](http://www.educativaterra.com.br/almanaque/gaspari22/12/1999). Acesso em:  
02/04/2005.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE JR, Durval Muniz de. O historiador naif ou a análise historiográfica de ex-comunhão. In: GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Ensaio sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

ANJOS, Klênia Maria Reis. *A campanha dos voluntários da pátria e a construção da identidade nacional*. Brasília: UnB, 2005 (Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História).

ÁVILA, Simone Moreira. *A construção da subjetividade feminina na obra de literária de Francisca Clotilde, Emília de Freitas e na revista "A Estrela" (1899-1921)*. Brasília, UnB, 2007. (Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História)

ANDRADE, J. M. F. *História da Fotorreportagem no Brasil*. Janeiro: Elsevier: 2004.

ARRUDA, Ângela. *Feminismo, Gênero e Representações Sociais*. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB, Brasília, UNB, vol. 8, n.1/2, 2000.

ALVAREZ, M.C;MISKOLCI, R. SCAVONE, L. *O Legado de Foucault*. São Paulo: UNESP, 2006.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. EINAUDI, vol.5 *Anthropos-Home*., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARONE, Fernando. *Memória cotidiana e comunicação: práticas memoriais na escola*. In: *Trajectos Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. 2003.

BARTHES, Roland. *O obvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

\_\_\_\_\_. *O sistema da moda*. Lisboa: Edições 70, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

BIERSACK, Aletta. *Saber local, história local: Geertz e além*. In.: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BEJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 165-177.

BÉRGSON, Henri. *Matière et Mèmoire*. 7 ed. Paris: PUF, 1896/2004.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 8 ed. Brasília: UnB, 1995, vol. I.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A . de Queirós, 1979.

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos Nômades: corporização e diferença sexual na teoria feminista contemporânea*. Buenos Aires, Paidós, 2000.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma (orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella. "A mulher e o espaço público", in *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/CNPq/MCT, v.9, no.18, 1989.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción*. Madrid: Cátedra/ Universitat de València/ Instituto de la Mujer, 1997, p. 21-22 (Feminismos)

\_\_\_\_\_. *Corpos que pesam: sobre os limites descursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Carlos Augusto. *As heroínas do Brasil: perfis biográficos da história do Brasil*. São Paulo: s/e, 1956.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se preta com muito bom leite, prendada e carinhosa: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888)*. Brasília, UnB, 2006 (Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História).

CARVALHO, Maria Meire de. *A invenção das vivandeiras: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada*. Goiânia: UFG, 2001. (Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História).

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. Uma crise da História? A História entre Narração e Conhecimento. In.: Pesavento, Sandra J. (org.) *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre, ed. Universidade, UFRGS: 2001.

CHIAVENATO, J. J. *Os voluntários da pátria e outros mitos*. São Paulo: Global, 1983.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. Trad. de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

CONNELL, Robert. *Políticas de masculinidade*. Educação e Realidade. Vol. 20 (2), jul/dez, 1995.

CORREIA, Anna M<sup>a</sup> Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Cléria B. da e KERN, Maria Salete (orgs.) *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15/Marco Zero, 1999.

COSTA, Sílvio. A Comuna de Paris e as mulheres revolucionárias. In: *Revista Fragmentos de Cultura*. Goiânia: UCG, mai/jun. 2003, v. 13, n.31, p. 573-582.

CUNHA, Marco Antonio. *A chama da nacionalidade: ecos da guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d.

DEBRAY, Regis. *Critique de la raison politique*. Paris: Gallimard, 1983.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto (orgs). *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. In: SWAIN, Tânia Anvarro (org.). *Feminismos: teorias e perspectivas*. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB, Brasília, UNB, 2000, vol. 8, n.1/2.

DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de O e BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Carlos Chagas, 1992.

DINIZ, Arioaldo da Silva. A iconografia do medo. In: KOURY, Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e Memória: ensaios de Antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 113-149.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: Editora Ibrasa, 1987.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DOURADO, M. Teresa Garritano. *Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande, Editora Universidade Federal do Mato Grosso, 2005.

DUBY, Georges e LARDREAU, Guy, *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle, (org.) *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, v. 4, 1991.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1994.

DURKHEIM, Émile. Représentations individuelles et représentations collectives. In: *Sociologie et philosophie*. Paris: PUF, 1967 (1898).

ELIAS, Nobert. *O processo civilizatório: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1996.

FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1998.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Tecnologias, memória e esquecimento: da modernidade à contemporaneidade. In: *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*. Porto Alegre:Ago. 2005, v.1, n.27, p.49-57

FLAX, Jane. *Pós-moderno e relações de gênero na teoria feminista*. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (org.). *Pós-modernidade e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 217-250.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. 11 ed., V.1. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. 11 ed., V.1. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 12 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Leituras filosóficas. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pachcoal. Henrique Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882). In: *Revista de História, Cultura e Arte*. Uberlândia: UFU, v. 9, n. 14. Jan.-Jun. 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad.Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GRIZE, Jean-Blaise. Lógica natural e representações sociais. In: JODELET, Denise (org). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2001.

GUILLAUMIN, Colette. *Sexe, race et pratique du pouvoir*. Paris: Cote-femmes editions, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadenos Pagu*. Campinas, Unicamp, v.5, 1995.

HARDING, Sandra. A Role for Postcolonial Histories of Science in Theories of Knowledge? Conceptual Shifts In: *Is Science Multicultural?* Postcolonialism, Feminism and Epistemologies. Bloomington-Indianapolis: Indiana University, s/d, p. 1-9.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós- modernismo: história, ficção, teoria*. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2001. In: JODELET, Denise. *Representações Sociais*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2001.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAROUSSE, Koogan. *Pequeno dicionário enciclopédico*. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1982.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

\_\_\_\_\_. *Semiotics and Experience in Alice Doesn't – Feminism, Semiotics, Cinema*. Bloomington: Indiana University, 1984.

LE GOFF, J. J. Documento/monumento. In: LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003, p.536.

LEITE, Miriam L. Moreira. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, B; LEITE, Miriam L. Moreira. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. (orgs) 3 ed. Campinas: Papirus, 1998, p, 37-74.

LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade*. Brasília, UnB, 2007 (Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História).

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documento de pesquisa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

LOURO, Guacira Lopes (org.). Pedagogias da sexualidade. In: *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 153-172.

\_\_\_\_\_. *Corpos que escapam*. *Revista Labrys*. N. 4 Ago/Dez. 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOUZEIRO, José. *Ana Néri: a brasileira que venceu a guerra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Mondrian, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: 1997.

MARTINS, Carlos José. Utopias e heterotopias na obra de Michel Foucault: pensar diferentemente o tempo, o espaço e a história. In: ORLANDI, Luiz B. L.; RAGO, M; VEIGA-NETO, A. (orgs), *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 85-98.

MOREL, Edmar. *A marcha da liberdade: a vida do repórter da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: vozes, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Império, o piano e o ensino da “miserável música” em Minas Gerais no século XIX. In COSTA, Cléria Botelho da e KERN, Maria Salete. *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15/Marco Zero, 1999.

\_\_\_\_\_. *Um toque de gênero: escola e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: UnB/FINATEC, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sobre gênero, sexualidade e o segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamentos*. 2008.

MUNIZ, Diva do Couto G; NAVARRO-SWAIN, Tânia. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Santa Catarina: Ed. Mulheres. Belo Horizonte: PUC, 2005.

\_\_\_\_\_. Você disse imaginário?. In: NAVARRO-SWAIN, T. (org.). *História do plural*. Brasília: UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. In: *Revista Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, v.4., n.2,1996, p.130-153.

\_\_\_\_\_. Amazonas brasileiras? Os discursos do possível e do impossível. In: *Recherches Qualitatives*, v. 19. Quebec: Université du Quebec à trois Rivières, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é lesbianismo*. Primeiros Passos / 131. São Paulo: Brasiliense, 2000a.

\_\_\_\_\_. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In.: NAVARRO-SWAIN, Tânia (org.). *Textos de História. Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unb. Brasília: UnB, vol.8, n.1/2, 2000b.

\_\_\_\_\_. Unveling relations:women and women on Carrol Smith-Rosenberg research. In: *Journal of Women's History*, vol. 12, n.3. Autumn, 2000c.

\_\_\_\_\_. Quem tem medo de Foucault: feminismo, corpo e sexualidade. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Orgs.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000c, p. 138-158.

\_\_\_\_\_. Identidade, para que te quero? In: GONÇALVES, Ana Tereza; SOUZA, Armênia; SERPA, Élio; BITTECOURT, Libertad. *Escritas da história: intelectuais e poder*. Goiânia: UCG, 2004, p.33-52.

\_\_\_\_\_. O normal e o "abjeto": a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Labrys: revista eletrônica*, n.6, 2004, Disponível em: [www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/sumariogeral.htm](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/sumariogeral.htm) Acesso em 20/05./2005.

\_\_\_\_\_. A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas. In: ALVAREZ, M.C; MISKOLCI, R; SCAVONE, L. (orgs). *O legado de Foucault*. São Paulo: UNESP, 2006, p.118-137.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Santa Catarina: Ed. Mulheres: Belo Horizonte: PUC, 2005, p.09-13.

\_\_\_\_\_. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. In: [www.oblatas.org.br/artigos\\_detalhes.asp](http://www.oblatas.org.br/artigos_detalhes.asp). Acesso em 20/12/2007.



NICHOLSON, Linda. *Interpretando o Gênero*. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH-CCE-UFSC, vol. 8, nº 2/2000, p. 9-41.

NOVA, Cristiane. A "história" diante dos desafios imagéticos. In: *Projeto História – história e imagem*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, Nov.2000, n. 21, p. 141- 162.

NOGUEIRA, Otaciano. *A Constituição de 1824*. Brasília: Escopo/CED, 1987.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o "Império" Inca*. Brasília, UnB, 2006 (Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História).

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP, Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. 5 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ (org.). *Discurso Fundador: A Formação do País e a Construção da identidade Nacional*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Leitura*. 5 ed. Campinas: Cortez/UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

O'BRIEN, Patrícia. A História da Cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn (org.) *A Nova História Cultural*. Rio de Janeiro: Martins Fonte, 1995, p. 33-62.

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: Achard, P. et al. *Papel da memória*. Trad. J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PERNIDJI; Joseph E; PERNIDJI, Maurício E (orgs) *Homens e mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

PESAVENTO, Sandra J. "Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário", in *Revista Brasileira de História – Representações*. São Paulo: Contexto/ANPUH, vol.15, n.29, 1995.

\_\_\_\_\_. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In: Nodari, E.; Pedro, J. M. & Lokoi, Z. M. G.. *História: fronteiras*. São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, ANPUH, 1999.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: *Cadernos Pagu Dossier: História das mulheres no ocidente*, Fazendo história das mulheres, no.4, 1999.

PERROT, M. ;DUBY, Georges. Escrever a História das Mulheres. In: DUBY, Georges, org. *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *As Mulheres e os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. N. 3, v.2. Rio de Janeiro: Vértice, 1989, p. 03-15.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, B; LEITE, Miriam L. Moreira. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. (orgs) 3 ed. Campinas: Papirus, 1998, p. 75-112.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu Trajetórias do gênero, masculinidade...* Campinas: Unicamp/NEG, n.11,1998.

\_\_\_\_\_. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In.: Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos e outros (org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre, editora Universidade / UFRGS, 2000, p. 41-58.

\_\_\_\_\_. A história repensada com ousadia. (prefácio). In: JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana M. e GROSSI, Miriam Pilar (org.), *Masculino, feminino, plural*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1998.

RAGO, Margareth. Libertar a História. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias nietzchianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 255-272.

RIBEIRO, Déa Fenelon. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. In: *Projeto História*. História e Cultura. São Paulo: Educ, n.10, 1993.

ROSA, João Guimarães: *Tutaméia, terceiras estórias*. 6 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROSEMBERG, Liana Ruth Bergstein. *Pedro Américo e o olhar oitocentista*. Rio de Janeiro: Barroso Produções, 2002.

SALLAS, Elizabeth. *Soldaderas em los ejércitos mexicanos: mitos y história*. México: Editorial Diana, 1995.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. América do Sul em armas – Negros Guerreiros. In: *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro: Vera Cruz, n.13, Nov.2004, p. 28-30.

SAMUEL, Raphael. Paisagens oníricas. In: *Projeto História – história e imagem*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, Nov.2000, n. 21, p.11-24.

\_\_\_\_\_. Escopofilia. In: *Projeto História – história e imagem*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, Nov.2000, n. 21, p.25-37.

SANTOS, J. B. C. *Análise do Discurso: unidades e dispersão*. Uberlândia: Entre Meios, 2004, p.23.

SANTOS, Délio Freire dos (org.). *Cabrião: Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867*. São Paulo: UNESP.

SACKIVILLE West, Victoria. *Santa Joana D'Arc*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. V.20, n.2, 1995.

\_\_\_\_\_. Experiência. Tornando-se visível. In: *Falas de gênero*. Teorias. Análises. Leituras. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999, p.21-55..

\_\_\_\_\_. *Prefácio a Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu (3) 1994, p. 11-27.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: BURKE, Peter, org. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Alberto Moby Ribeiro da. Mulheres 'distinguidas' e mulheres do povo no Paraguai do pós-guerra da tríplice aliança: desigualdade social e direito de cidadania feminina durante a regeneración. In: *Usos do Passado'*— XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

SILVA, Hélio. *1926 – a grande marcha*. 2 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo, org. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOTANG, Susan. *Sobre Fotografia*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

SOUZA, Bernadino José. *Heroínas baianas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

SPINK, Mary J;MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológico para análise das práticas discursivas. In.: SPINK, Mary J. (org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, Cortês, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). *O Conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, G; PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente (Séc. XX)*. São Paulo/Porto: Ebradil/Afrontamento, v.05, 1991, p. 31-93.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, George. *História da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

TORAL, André Amaral de. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1999, vol.19 n.38.

\_\_\_\_\_. Guerra do Paraguai: história e polêmica. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 09, n.24, Maio-Agosto de 1995.

\_\_\_\_\_. *Imagens em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

TILLY, Louisie A. Gênero. História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, 3, 1994.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília, UnB, 1998.

VELOSO, M. e MADEIRA, A. *Leituras Brasileiras*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.